



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Jornalismo e Democracia – A cobertura mediática dos movimentos de direita radical nos países ibéricos

(2019-2022)

Carlota Gomes Pinto Grilo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Jornalismo

Orientadora: Professora Maria Inácia Rezola

Lisboa,

Julho de 2022

DECLARAÇÃO

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original e inédito que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Carlota Gomes Pinto Grilo

(Carlota Gomes Pinto Grilo)

AGRADECIMENTOS

Por toda a inspiração, ajuda, disponibilidade e paciência prestada, presto os meus mais sinceros agradecimentos à professora Maria Inácia Rezola, que foi incansável ao longo da construção deste trabalho. Sem a professora, dificilmente teria realizado algo de que tanto me orgulho.

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos meus colegas de mestrado, por fazerem este caminho comigo.

Agradeço aos meus pais, por me incentivarem a continuar o meu percurso académico, que culminou num desafio cheio de aprendizagens fundamentais para um futuro brilhante. Aos meus avós, por estarem sempre orgulhosos. E às minhas irmãs por esperarem sempre mais de mim e por estarem sempre presentes.

Agradeço às minhas amigas, por serem uma fonte de motivação e ânimo. Por me ajudarem a manter os pés assentes na terra.

E por fim, mas não menos importante, agradeço ao Tomás, por ter estado sempre ao meu lado durante a construção deste projeto.

Resumo

As tendências antidemocráticas vividas no mundo, com especial foco na Europa, têm vindo a intensificar-se ao longo dos últimos anos. Nos vários países europeus verifica-se um crescimento de partidos políticos autoritários, extremistas e populistas. A liberdade, nomeadamente dos meios de comunicação social, tem sido fundamental para avaliarmos o estado da democracia em cada país. Não é possível haver uma democracia sem um jornalismo livre, e dispomos já exemplos de países onde os meios de comunicação são controlados pelos Estados. Noutros casos, a forma como tem sido feita a cobertura destes partidos extremistas dá-lhes visibilidade e faz com que o papel dos *media* possa ser posto em causa.

Em Portugal e Espanha permanecem na memória as ditaduras que marcaram para sempre o percurso político destes países. Ainda assim, nos últimos anos, tem-se observado um crescimento de partidos populistas.

O objetivo deste trabalho é compreender, através de uma análise comparativa entre os jornais *Público* e *El País*, de que forma é feita a cobertura dos partidos *Chega e Vox*, e se se percebe uma aproximação dos países ibéricos às tendências antidemocráticas europeias. Foram selecionadas peças jornalísticas de três momentos eleitorais distintos em cada país e analisadas com recurso à análise de conteúdo. O estudo constatou que a cobertura mediática dos países ibéricos não é muito distinta e poderá ser um mecanismo de aproximação da população aos movimentos de direita radical.

Palavras-chave: democracias; autoritarismo; onda reversa; imprensa; extrema-direita

Abstract

The anti-democratic tendencies experienced in the world, particularly in Europe, have been growing over the years. In several European countries there is a growth of authoritarian, extremist, and populist political parties. Freedom, particularly from the media, has been fundamental for us to assess the state of democracy in each country. It is not possible to have a democracy without free journalism, and there are already examples of countries where the media is controlled by the States. In other cases, the way in which these extremist parties have been covered gives them visibility and causes the media's role to be called into question.

In Portugal and Spain, the dictatorships that forever marked the political path of these countries are still in memory. Even so, in recent years there has been a growth of populist parties.

The main objective of this work was to understand, through a comparative analysis between the newspapers *Público* and *El País*, how the Chega and Vox parties are covered, and if there is a perception of an approximation of the Iberian countries to the European anti-democratic tendencies. Journalistic pieces from three different electoral moments in each country were selected and analyzed using content analysis. The study found that the media coverage of the Iberian countries is not very different and could be a mechanism for bringing the population closer to the radical right movements.

Keywords: democracies; authoritarianism; reverse wave; press; far right.

Resumen

Las tendencias antidemocráticas que se viven en el mundo, con especial foco en Europa, se han ido intensificando a lo largo de los años. En varios países europeos hay un crecimiento de partidos políticos autoritarios, extremistas y populistas. La libertad, particularmente de los medios de comunicación, ha sido fundamental para que podamos evaluar el estado de la democracia en cada país. No es posible tener una democracia sin periodismo libre, y ya tenemos ejemplos de países donde los medios están controlados por los Estados. En otros casos, la forma en que estos partidos extremistas han sido cubiertos les da visibilidad y cuestiona el papel de los medios.

En Portugal y España aún se recuerdan las dictaduras que marcaron para siempre el rumbo político de estos países. Aun así, en los últimos años ha habido un crecimiento de los partidos populistas.

El objetivo principal de este trabajo fue comprender, a través de un análisis comparativo entre los periódicos *Público* y *El País*, cómo se cubre a los partidos *Chega* y *Vox*, y si se percibe un acercamiento de los países ibéricos a las tendencias antidemocráticas europeas. Se seleccionaron y analizaron mediante análisis de contenido piezas periodísticas de tres momentos electorales diferentes en cada país. El estudio encontró que la cobertura mediática de los países ibéricos no es muy diferente y podría ser un mecanismo para acercar a la población a los movimientos de derecha radical.

Palabras clave: democracias; autoritarismo; onda inversa; prensa; extrema-derecha

Palabras-Llave: olas de democratización, democracias; autoritarismo; onda reversa; prensa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
A DEMOCRACIA E OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO	11
1. DIREITA EXTREMISTA E DIREITA RADICAL (POPULISTA).....	16
2. O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	18
CAPÍTULO II.....	22
A TRANSIÇÃO PORTUGUESA.....	22
1. O PAPEL DOS <i>MEDIA</i> NA TRANSIÇÃO	27
2. A EXTREMA-DIREITA PORTUGUESA E O PARTIDO <i>CHEGA</i>	32
CAPÍTULO III	39
A TRANSIÇÃO ESPANHOLA.....	39
1. O PAPEL DOS <i>MEDIA</i> NA TRANSIÇÃO	45
2. A EXTREMA-DIREITA ESPANHOLA E O PARTIDO <i>VOX</i>.....	48
CAPÍTULO IV	55
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS <i>MEDIA</i> PORTUGUESES E ESPANHÓIS	55
1. QUESTÕES METODOLÓGICAS E <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	55
2. DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	59
2.1 VARIÁVEIS DE FORMA.....	59
2.1.1 <i>Título da peça</i>	59
2.1.2 <i>Autor da peça e profissão</i>	59
2.1.3 <i>Gêneros jornalísticos</i>	60
2.1.4 <i>Dimensão da peça</i>	60
2.2 VARIÁVEIS DE CONTEÚDO.....	60
2.2.1 <i>Tema principal</i>	60
2.2.2 <i>Personagem central</i>	61
2.2.3 <i>Destaque dado aos partidos de ultradireita</i>	61
2.3 VARIÁVEL DO DISCURSO	62
2.3.1 <i>Tom</i>	62
2.3.2 <i>Fontes</i>	62
CAPÍTULO V	64
COBERTURA DE MOMENTOS ELEITORAIS PELOS JORNAIS PÚBLICO E EL PAÍS – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	64
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
PEÇAS JORNALÍSTICAS	90
<i>PÚBLICO</i>.....	90
<i>EL PAÍS</i>	100
BIBLIOGRAFIA	108
ANEXOS	116

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Análise noticiosa <i>Público</i>	116
Tabela 2- Análise noticiosa <i>El País</i>	117

INTRODUÇÃO

O tema dos processos de democratização continua a ser hoje muito atual e imensamente importante para se perceber a evolução dos sistemas políticos nos vários países do mundo. Tal como dita a História, os processos de democracia sempre se revelaram cíclicos, alterando o panorama político, social, cultural e económico de muitas sociedades.

Depois de uma marcante terceira onda democrática com início em 1974 (Huntington, 1991), o mundo registava um número de democracias bastante superior ao de autocracias. No entanto, questionava-se a sua longevidade e capacidade de fazer perdurar no século XXI um mundo predominantemente democrático.

Lamentavelmente, nesta segunda década do século XXI, de forma ainda mais intensa, observamos diferentes processos antidemocráticos e tendências autocráticas distintas por todo o mundo. De forma muito própria e cada um à sua maneira, vemos emergir discursos abertamente autoritários, racistas e anti-democráticos (Ballestrin, 2018). Esta crise democrática, que já vem dando sinais desde os anos 2000, apresenta múltiplas origens e afeta vários países espalhados pelo mundo (Ballestrin, 2018). Face a este panorama, ser-nos-á possível afirmar que a terceira onda democrática está a chegar ao fim, vivendo-se na Europa e no mundo um período democrático reverso? Uma grande questão será também perceber quais serão os principais desafios feitos a sociedades que viveram com as suas liberdades individuais asseguradas até aqui. Em muitas zonas do globo a liberdade de expressão e consequentemente a liberdade de imprensa estão a ser altamente comprometidas.

Realçando o caso português, o 25 de Abril, que foi o gatilho para o início da democratização noutras partes do mundo, teve como principal objetivo pôr fim ao regime ditatorial e proporcionar a instauração de um regime democrático no país. Ainda que o estabelecimento sólido da democracia tenha demorado, Portugal conseguiu criar condições necessárias para se posicionar como um país democrático. A memória histórica do que foi viver em ditadura e da instabilidade política até à Constituição de 1976, deveria ter força suficiente para manter o país afastado de correntes extremistas. No entanto, já se questiona se Portugal estará ou não a acompanhar as tendências autoritárias ou populistas da Europa. Temos assistido à ascensão do partido político *Chega* que, não se considerando de extrema-direita, tem uma forte conotação populista. Discute-se a

capacidade que terá este partido de ter uma voz e relevância política dominante em Portugal, como já acontece com partidos de ideologias semelhantes em muitos países europeus

No caso espanhol, desde o regresso à democracia que as questões relacionadas com a independência e autonomia na tomada de decisões da Comunidades Autónomas têm sido tidas em conta, de forma a evitar conflitos entre os nacionalismos e os regionalismos. No entanto, a tensão gerada entre as regiões espanholas ganhou uma outra dimensão com o referendo não oficial da Catalunha, com o objetivo de garantir a sua independência face a Espanha, em Outubro de 2017. Este processo deixou patente o aumento do apoio pela primeira vez em 40 anos, a um partido de extrema-direita em Espanha: o *Vox*.

Neste sentido, destacamos o papel dos *media* tanto enquanto peça fundamental, como gerador de controvérsia no que toca à mediatização dos partidos de direita radical que atuam como uma ameaça à própria democracia.

Ao longo deste trabalho pretendemos, à luz da imprensa, perceber se Portugal e Espanha caminham ou não em direção às tendências antidemocráticas que se vão descobrindo e vivendo na Europa. Focando-nos no suposto “excepcionalismo ibérico” que tanto se falava e na forma como é feita a cobertura mediática dos *media* portugueses e espanhóis aos partidos tidos como de direita radical, este trabalho terá como objetivo realizar um estudo comparativo, analisando uma amostra de notícias num jornal de cada país - *Público* e *El País* - e avaliar as suas principais tendências.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo prende-se com o enquadramento dos vários períodos de transição democrática que ocorreram ao longo dos anos em todo o mundo e pela caracterização do conceito “ondas democráticas” (Huntington, 1991). Apresenta também a definição dos conceitos de “extrema-direita”, “direita radical” e “populismo”. Assim sendo, é também referido o papel que os *media* têm tido na cobertura destes movimentos. O segundo e terceiro capítulos pretendem fazer uma retrospectiva daquilo que foram as transições democráticas portuguesa e espanhola e qual o papel dos *media* nesses momentos. A ponte para a atualidade faz-se através dos novos partidos políticos *Chega* e *Vox* e a forma como os *media* fazem a sua cobertura. O quarto capítulo prende-se com a apresentação das questões metodológicas e das variáveis de análise. Foram recolhidas 150 notícias, 75 de cada jornal. A análise de conteúdo foi o método utilizado. No quinto capítulo, são apresentados os resultados da análise das

notícias recolhidas em três momentos eleitorais diferentes de cada país compreendidas entre 2019 e 2022, relativamente à forma como os movimentos de direita radical dos países ibéricos foram noticiados.

CAPÍTULO I

A DEMOCRACIA E OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO

O mundo e as sociedades estão em constante mudança. As organizações têm vindo a moldar-se face às alterações sociais, culturais, económicas e políticas. A própria democracia tem-se mostrado cíclica ao longo dos últimos séculos, ou até mesmo dos últimos anos. Samuel Huntington (1991) apresenta-nos o conceito de “vagas” ou “ondas” democráticas para que se compreendam os avanços e recuos da democracia. A primeira grande onda democrática, com início em 1820, foi principalmente impulsionada pela ampliação do sufrágio a uma grande parte da população masculina nos Estados Unidos (Huntington, 1991). Sendo que se prolongou quase durante um século, esta onda levou à implementação de 29 democracias. Em 1922, a chegada de Mussolini ao poder assinala o início da primeira onda reversa, que fez com que em 1942 existissem apenas 12 estados democráticos no mundo. Ainda assim, com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, foi-se abrindo caminho para uma segunda vaga de democratização. Em 1962 contava-se com 36 democracias a nível mundial. Não obstante, seguiu-se de imediato uma onda reversa, que só chegou ao fim em 1974/75.

A terceira e última vaga de democratização foi a que maior impacto gerou nas democracias mundiais (Huntington, 1991). A Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, marcou o seu início e foi o despoletar de um movimento democrático global. Entre 1974 e 1990, pelo menos 30 países fizeram a transição para a democracia. Cada país teve as suas especificidades culturais, económicas e políticas, que os levaram a adotar a democracia nesta terceira onda. Mas há também aspetos comuns que foram capazes de a promover e que poderão ter impacto e relevância no futuro de avanços ou colapsos democráticos (Huntington, 1991).

O primeiro aspeto realçado por Huntington prende-se com o aprofundamento dos problemas de legitimidade dos regimes autoritários, numa altura em que os valores democráticos já eram mundialmente aceites. Paralelamente, a legitimidade destes regimes (autoritários) teve dificuldade em manter-se, não só devido a fracassos económicos como militares. Por outro lado, o crescimento económico da década de 60 fez elevar os padrões de vida, aumentando os níveis de educação e permitiu a expansão da classe média urbana de muitos países. Um terceiro fator, com bastante impacto, prende-se com a mudança

marcante na doutrina e atividades da Igreja Católica, manifestadas no Concílio do Vaticano, onde se passa a rejeitar os regimes autoritários e a apoiar as democracias. As mudanças políticas de atores externos, como é o caso da União Europeia (CEE), dos Estados Unidos e da União Soviética, foram também fundamentais para a terceira vaga de democratização. Por último, destacamos o chamado efeito “bola de neve”, que fez com que demonstrações das transições na vaga anterior estimulassem e fornecessem esforços subsequentes na democratização de muitos países na terceira onda (Huntington, 1991).

Perante isto, Huntington questionou-se se esta terceira vaga democrática seria um processo contínuo e duradouro, parte integrante de uma cada vez maior revolução democrática, ou, se pelo contrário, estávamos perante apenas mais uma expansão limitada da democracia em países que já a tinham experimentado anteriormente (Huntington, 1991). Não só vinte anos separam a obra de Samuel Huntington dos nossos dias, como já se tinha assistido à sucessão de ondas reversas depois de vagas democráticas. Inclusive, em 1990 países como o Sudão e a Nigéria, democratizados na terceira onda, tinham já voltado a regimes autoritários (Huntington, 1991).

Na possibilidade de uma terceira onda reversa democrática já nos anos 90, Huntington apresentou uma série de fatores que poderiam estar na sua génese. A fraqueza dos valores democráticos entre os grupos de elite e a população em geral é a primeira característica apresentada. A economia, e o papel desempenhado na sociedade, pode também gerar conflitos sociais e, conseqüentemente, levar as populações a acreditar em certas medidas de carácter mais radical, e que estas só poderiam ser impostas por regimes autoritários. Por outro lado, o autor destaca a polarização social e política, normalmente introduzida por governos de esquerda, que querem a rápida introdução de grandes reformas económicas e sociais. Como consequência, surgem grupos conservadores das classes médias altas que tentam excluir do poder político os movimentos populistas de esquerda e os grupos de classe baixa. Por sua vez, o terrorismo, enquanto desestabilizador da lei e da ordem, leva também a um enfraquecimento das estruturas democráticas. A intervenção ou conquista por uma potência estrangeira não democrática é também um aspeto referido pelo autor. E, por último, o efeito bola de neve, que consiste no desencadeamento de colapsos ou derrube dos sistemas democráticos em vários países, normalmente por influência uns dos outros.

Passados quase vinte anos da obra de Huntington, vimos ser hoje possível responder a algumas das questões colocadas pelo autor, fazendo a comparação com os

fatores apresentados nos anos 90. Foram vários os estudiosos que se debruçaram sobre este tema e nos foram dando pistas do panorama atual das democracias em todo o mundo. *O Regresso das Ditaduras?*, a mais recente obra de António Costa Pinto (2021), aprofunda o tema das democracias dos tempos modernos e a forma como se têm enfraquecido nos últimos anos. Seguindo a lógica de Huntington, podemos hoje afirmar que estamos perante uma terceira onda reversa. Por outro lado, “muitas ditaduras conseguiram sobreviver ao fim da Guerra Fria e à terceira vaga de democratização, demonstrando grande capacidade de adaptação e resiliência, e outras são novas ou sofreram mudanças ligeiras” (Pinto, 2021, p.7). Enquanto a China poderia servir de exemplo de uma ditadura resiliente, a Hungria e a Turquia são dois países que, face ao seu passado histórico, se têm tornado ditaduras que se “vestem como democracias” (Gandhi, 2008, citado em Pinto, 2021, p.8). Segundo Costa Pinto (2021) este tem sido o modelo dominante das novas ditaduras, que funcionam enquanto “regimes híbridos” ou “autoritarismos competitivos” ((Levitsky & Way, 2010, citado em Pinto, 2021, p.8). Não sendo reproduções do que foram as ditaduras do século XX, ambas partilham características comuns. É o caso da personalização do poder, de um partido único e dominante e de uma repressão considerável das liberdades fundamentais dos indivíduos. No entanto, esta nova vaga reversa

(...) pode muitas vezes ser confundida com a degradação de regimes democráticos, cujos contornos são ainda incertos. A chegada de novos partidos e líderes populistas de direita radical ao poder é o símbolo da erosão da democracia. Estes líderes e partidos chegam ao poder de forma aparentemente legal e é partir dele que provocam a erosão da democracia e a institucionalização de uma ditadura (Pinto, 2021, p.73).

A “morte” das democracias já não precisa de ser feita às mãos de homens armados, mas sim a partir de líderes que as desgastam lentamente, muitas vezes de forma quase impercetível. (Forti, 2021) Esta é, segundo o autor, a grande marca distintiva das ditaduras desta nova vaga (Pinto, 2021). Por sua vez, Cas Mudde (2020) diz-nos que ao longo dos anos e principalmente no século XXI, tem sido feita uma integração e normalização da ultradireita, com foco na direita radical populista. É de notar que, em 2019, três dos cinco países mais populosos no mundo - os EUA, o Brasil e a Índia-, tinham líderes de ultradireita (Mudde, 2020). Na Europa, a tendência parece manter-se a mesma. A Hungria e a Polónia, também mencionadas por Costa Pinto, já têm os seus governos

completamente controlados por partidos de direita radical populista. A Áustria, a Bulgária, a Itália e Eslováquia incluem nos seus governos partidos deste tipo e o Reino Unido e a Dinamarca mantêm os seus governos com o apoio de um partido de direita populista (Mudde, 2020). Estes partidos começaram, de forma cada vez mais natural a entrar no círculo político, ganhando visibilidade e apoio por parte das sociedades mundiais, e em particular, europeias.

Enquanto Samuel Huntington nos apresenta três vagas de democratização e duas ondas reversas, Cas Mudde afirma estarmos a passar já por uma quarta vaga de ultradireita. Com início nos anos 2000, começaram a surgir partidos políticos extremistas, “uma vez que existe um ‘namoro’ declarado com sentimentos da direita extremista (como o antissemitismo, o revisionismo histórico e o racismo) nos meios de comunicação social e na política” (Mudde, 2020, p.15). No fundo, o que o autor pretende realçar, e que distingue esta quarta vaga, é o facto da direita radical ou a direita extremista terem conseguido evoluir e chegar à política *mainstream*. Conseguiram esbater as fronteiras que separavam a direita “convencional” da direita radical, atraindo um corpo de eleitorados considerável. Ao mesmo tempo, estas ideias da direita radical populista são já muitas vezes debatidas em círculos do sistema político e há também partidos tradicionais que tendem a adotar estas mesmas políticas e ideias, apresentando-as simplesmente de forma mais moderada (Mudde, 2020). Paralelamente, estes partidos de direita radical, concorrendo a eleições, têm conseguido tornar-se “mais relevantes para a formação de governos: Antes de mais, houve cada vez mais partidos a entrar no governo, de formas diferentes” (Mudde, 2020, p.32).

Este fenómeno pode explicar-se através de três aspetos ou “crises” sociais que marcaram profundamente o arranque do século XXI: os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 e os que a este se seguiram; a crise financeira de 2008; a emigração massiva de refugiados em 2015. “Todas as democracias ocidentais foram afetadas, embora de formas diferentes, abalando o *status quo* político nacional e internacional e provocando uma onda sem precedentes de protestos islamofóbicos e populistas” (Mudde, 2020, p.30). É através destas questões conflituantes que os partidos de ultradireita por todo o mundo fazem a ponte para os temas que querem ver abordados e refletidos: são estes a imigração, a segurança, a corrupção e a política externa.

A imigração é vista como um desencadear de problemas sociais e económicos. Para além de se considerar que muitas vezes é também um problema de integração pelos

próprios imigrantes, é um problema de aceitação por parte dos locais. Mudde fala-nos no conceito de “islamofobia”, isto é, o medo generalizado do comportamento dos muçulmanos nos seus países (Mudde, 2020). Isto leva-nos então à questão da segurança. “Os grupos de ultradireita são obcecados com a segurança, mas interpretam o conceito de uma forma muito mais ampla do que a mera segurança física dos indivíduos” (Mudde, 2020, p.44). Ou seja, a segurança aqui é apresentada como garantia de “bem-estar” do Estado, em que tudo o que possa de alguma forma criar insegurança, tem de ser controlado ou eliminado (Mudde, 2020). A corrupção, por seu lado, é vista como um desequilíbrio na nação atribuído às elites e aos partidos de direita e por isso algo que a ultradireita afirma querer combater. Por sua vez, Mudde destaca o conceito de política externa. A ultradireita procura o sucesso do seu próprio país, sem se preocupar necessariamente com as relações internacionais que cria. Isto não significa que a ultradireita se oponha a todas as formas de cooperação internacional, mas não é uma prioridade. Neste sentido, conseguimos compreender o porquê de muitos líderes de partidos de ultradireita serem contra ou altamente céticos em relação à União Europeia (UE) e aos benefícios que tem ou pode vir a trazer aos seus países. A crise dos refugiados e as medidas tomadas por alguns líderes europeus fizeram aumentar a desconfiança e hostilidade para com a UE. Tem sido discutida identidade e funcionamento da União Europeia. Alguns líderes nacionalistas de extrema-direita, como Marine Le Pen (União Nacional), Viktor Orbán (Fidesz) e Jaroslaw Kaczynski (Direito e Justiça) defendem a existência de Estados-membros fortes e soberanos, em vez de uma Europa federal. Pretendem uma reforma europeia, mas não demonstram ainda intenções de abandonar a União Europeia. (Mudde, 2020).

Complementando o já anteriormente referido por Mudde, Anne Applebaum (2020) apresenta-nos um outro fator impulsionador do crescimento da ultradireita: a nostalgia. Applebaum (2020) confere particular atenção aos nostálgicos restauradores, que se aproveitam de uma “nostalgia por um passado idealizado” e não reconhecem os erros e problemas dos regimes. Normalmente esta nostalgia anda lado a lado com teorias da conspiração e tentativas de arranjar bodes expiatórios, responsáveis pelos problemas da atualidade e da própria nação (Applebaum, 2020). Muitos partidos de ultradireita alimentam-se desta narrativa.

Segundo os novos líderes, estes partidos surgem para chegar às massas, falar a linguagem dos populares, defendem o “sentido comum”, e distinguem-se formalmente

das ideologias do passado. Não só o mundo mudou, como as próprias sociedades mudaram. Por outro lado, o medo das mudanças rápidas que estamos a viver, não só no mundo do trabalho, como nas comunicações, tecnologia, provocou uma verdadeira crise cultural e de valores dificilmente comparável a épocas anteriores (Forti, 2021).

1. Direita extremista e Direita radical (populista)

Como referido no capítulo anterior, um pouco por toda a Europa desde o despoletar das crises económicas, dos movimentos migratórios, assim como da descrença e até desconfiança nos políticos e instituições tradicionais (Gomes & Barata 2019), temos assistido a uma radicalização política e, conseqüentemente, a uma polarização em torno “da clivagem esquerda/direita, que tem, historicamente orientado a vida política” (Duarte & Marchi, 2016, p.213). Os movimentos da ultradireita existentes apresentam várias formas, ideologias e conceitos diferentes. A verdade é que, com o passar dos anos, as suas características e especificidades também se vão modificando, impossibilitando uma conceptualização estática sobre o que são e o que representam. O termo fascismo, segundo Forti (2021), já não se aplica nos dias de hoje, porque marca um tempo cronológico correspondente ao período entre guerras. “Para a contemporaneidade seria necessária outra macro categoria para definir este novo fenómeno a que assistimos” (Forti, 2021). Ainda assim, é possível identificarmos, dentro da diversidade da ultradireita, dois subgrupos principais, a direita extremista e a direita radical. Estes dois conceitos serão estruturantes ao longo de todo o trabalho e, portanto, merecem a maior atenção. Ainda que haja muitos aspectos ideológicos que difiram entre partidos e movimentos de ultradireita, é possível também encontrar semelhanças e aspetos que os unem.

No que toca à democracia, têm posições antagónicas. A direita extremista rejeita a essência da democracia e a ideia de igualdade política, assim como a da governação por maioria absoluta. A direita radical populista, por sua vez, apoia a democracia, ainda que “desafie muitas vezes as instituições e se oponha aos valores centrais da democracia liberal, incluindo os direitos das minorias, o Estado de direito e a separação de poderes.” (Mudde, 2020, p.41). Ou seja, são a favor de uma democracia iliberal. Este conceito, inicialmente formulado por Fareed Zakaria em 1997, prende-se quando, num país ocorrem eleições livres e justas, mas a votação do povo recai sobre partidos racistas, fascistas, separatistas e outros agentes publicamente contrários à paz e à integração. Por outro lado, também dizemos que uma democracia se torna iliberal quando existem

governos eleitos legitimamente, mas que ignoram os limites constitucionais e privam a população que os elegeu ou aceitou de direitos fundamentais.

Assim sendo, enquanto a direita extremista é mais revolucionária, a direita radical tenta adotar uma posição mais reformista (Mudde, 2020).

Segundo a perspectiva de Cas Mudde (2020), a direita extremista tem na base da sua ideologia a crença nas desigualdades naturais, que não são, por sua vez, “da competência do Estado” (Mudde, 2020, p.35). É importante referir que, dentro do que é a direita extremista, a mais conhecida das ideologias é o fascismo. São apologistas da hierarquia do poder, baseada nas diferenças, pelo que acreditam haver grupos de indivíduos superiores a outros. A maior parte dos grupos de ultradireita “baseiam a sua identidade principalmente em categorias étnicas e raciais” (Mudde, 2020, p.36). Se o antissemitismo consistia no principal preconceito da ultradireita do século XX, a islamofobia “tornou-se o preconceito que define a ultradireita da quarta vaga” (Mudde, 2020, p.39). Nos dias de hoje está a viver-se uma generalização do medo irracional do Islão e dos muçulmanos, também muito devido ao terrorismo.

Por fim, importa esclarecer o conceito de populismo, e compreender, segundo a perspectiva de Cas Mudde, como o poderemos definir. Sendo uma das palavras mais ouvidas na política do século XX, Mudde interpreta-a como sendo uma “ideologia débil”, na qual é feita uma distinção entre o “povo puro e a elite corrupta”. Os populistas afirmam ser a voz do povo, que os partidos de direita mainstream tentam silenciar.

Cientes das diferenças existentes entre direita extremista e direita radical, muitas vezes estes dois grupos de ultradireita fazem por marcar de forma consistente o que os distingue, para atraírem um maior número de seguidores. Enquanto uns se aproximam bastante a partidos de direita *mainstream*, outros “parecem-se com gangues criminosos” (Mudde, 2020, p.58). O número de filiados é muito variado. Tanto podemos encontrar partidos de massas, como temos partidos de ultradireita de um homem só. Vão-se constituindo diferentes partidos e grupos de ultradireita, de formatos distintos, ampliando assim a rede de opções disponíveis dentro deste espectro (Mudde, 2020).

2. O papel dos meios de comunicação

Vivemos hoje num mundo em que a informação, em particular a informação política, é recebida e transmitida de forma muito mais rápida do que alguma vez o foi. A informação circula, muitas vezes sem ser regulada, apresentando uma multiplicidade de opiniões, factos, narrativas falsas e enganadoras (Applebaum, 2020). As sociedades precisam de ter acesso ao que as rodeia, de cruzar informação para compreender o como, e muitas vezes, o porquê dos acontecimentos. Por outro lado, o excesso de informação e a facilidade no acesso possibilitado através das redes sociais e a internet vieram trazer o perigo de fazer as pessoas acreditar em tudo o que vêem e lêem. Para se viver em democracia, a liberdade de expressão e, consequentemente, a liberdade de imprensa têm de ser “intocáveis”. Só uma sociedade informada e capaz de construir sentido crítico vive democraticamente.

Nos nossos dias, os limites à comunicação social são também um limite às liberdades do indivíduo. Em muitos países do mundo, observamos já um controlo sufocante ou desmedido dos principais meios de divulgação de informação. A profissão do jornalista, em alguns países implica correr muitos riscos para garantir o direito do indivíduo a manter-se informado e ter acesso à informação, sendo que muitas vezes é ameaçado ou menosprezado. Nesse sentido, é-nos possível afirmar que nesses mesmos países se denota já uma degradação do conceito de democracia.

Como nos diz António Costa Pinto (2020), as ditaduras da atualidade denotam um forte controlo e gestão de grande parte da informação, sendo que esta começa por ser também centralizada no poder. A censura é universal a todas as ditaduras, e, em alguns casos, é acompanhada por mecanismos de propaganda que vão tentando moldar a “verdade oficial” do estado (Pinto, 2020). A imprensa é também fortemente controlada, a sua circulação pode ser limitada e a sua distribuição pode ser feita unicamente através de canais estatais. Inclusive, os jornalistas podem ser suspensos ou até presos, por acusações de ofensa e difamação aos políticos. Tudo isto não deixa de ser feito de uma forma muitas vezes disfarçada. Nas ditaduras contemporâneas, a liberdade de expressão não é formalmente proibida como o foi nas ditaduras do século XX, mas nada é publicado sem o aval e aprovação do regime. Nada melhor do que o caso da Hungria para exemplificar esta realidade. Tal como nos diz Anne Applebaum (2020), desde 2013 que o governo húngaro tem tomado medidas pouco democráticas. Para além de ter criado um sistema político em que nenhum partido de oposição pudesse ganhar as eleições, retiraram

o direito de financiamento aos mesmos para as suas campanhas. Para além disso, uma empresa detida pelo Estado tomou conta de grande parte dos meios de comunicação social (Applebaum, 2020). Inclusive, em março de 2020, Viktor Orbán, primeiro-ministro desde 2010, aprovou uma lei que autorizava o governo a prender jornalistas por um período até cinco anos, se estes criticassem a estratégia governamental no combate ao coronavírus (Applebaum, 2020). Outro caso problemático é a Polónia, onde o partido Lei e Justiça tomou controlo da emissora pública estatal, substituindo os seus funcionários por membros da “(...) extrema-direita mais radical dos meios de comunicação online, começaram a transmitir propaganda de inequívoco louvor ao partido no poder, polvilhada de mentiras facilmente refutáveis, às custas dos contribuintes” (Applebaum, 2020, p.15).

Paralelamente, é sabido que durante esta quarta vaga de ultradireita apresentada por Mudde (2020), começaram a surgir também muitos meios de comunicação associados e ligados à ultradireita. O autor diz-nos que isto se deveu não só ao crescimento e forte introdução dos partidos de ultradireita no *mainstream*, mas também ao forte desenvolvimento das redes sociais. “São cada vez mais os meios de comunicação social *mainstream* que não só promovem a agenda da direita radical, como também se mostram cada vez mais disponíveis para apoiar políticos e partidos da direita radical” (Mudde, 2020, p.116). Neste contexto, e sem qualquer pretensão de exaustividade, é fundamental referir o papel que tem sido atribuído às redes sociais.

Desde os anos 90 que a internet começou a ter forte relevância, e também os movimentos de extrema-direita se aproveitaram da sua possibilidade de forte expansão e divulgação através do *online*. Desde o início da última década que o digital se tornou o principal meio de comunicação da direita radical. Foram inclusive criados sites e outras páginas na internet, que promoveram a criação de grupos ligados ao radicalismo de direita, que utilizam estes recursos para construir uma organizada rede de comunicação (Almeida & Caldeira Neto, 2012). Alguns dos líderes de ultradireita como Trump ou Bolsonaro agarraram-se a uma narrativa fortemente alicerçada nas redes sociais como forma rápida de viralizar as suas mensagens. Estas plataformas têm ganho um protagonismo desmedido exatamente por terem captado a atenção de movimentos de ultradireita. Por funcionarem através de algoritmos, muitas vezes estas são geradoras de discursos de ódio com fim propagandístico. Por consequência, a dificuldade dos *media* tradicionais em arranjar técnicas para cobrir estes fenómenos, acabaram, em certa medida,

por se tornar também amplificadores das redes sociais, das suas ideias e narrativas (Fernandes, 2021).

Mudde apresenta-nos ainda uma outra visão do papel dos meios de comunicação enquanto motores de impulsão dos partidos da ultradireita. “Os meios de comunicação social são amigos e adversários da ultradireita. Isto explica-se em parte, pela ambiguidade e heterogeneidade dos mesmos” (Mudde, 2020, p.115). Por outras palavras, é possível admitir que, ainda que a maioria dos meios de comunicação social não sejam apoiantes da ultradireita e expressem o perigo sentido que estes movimentos trazem para a democracia, não deixam de os noticiar. No entanto, sabem que a apresentação e divulgação de notícias sobre partidos da ultradireita vende e atrai visualizações. E, portanto, acabam por dar mais importância e ênfase à ultradireita, por a integrarem em histórias plausíveis de serem publicadas. Os líderes destes partidos são também altamente mediatizados, levando duras críticas por defenderem certas ideias mais radicais (Mudde, 2020).

Face a um jornalismo em crise (Fernandes, 2021), a extrema-direita é a que melhor tem explorado as fraquezas de um sistema em sofrimento há várias décadas. A exigência pelo imediato, a falta de verificação das fontes e de tempo para confirmar com clareza todos os pormenores, faz com que os jornalistas sejam submetidos a práticas viradas para o lucro e não para a informação digna (Fernandes, 2021).

Os casos de Portugal e Espanha não deixam de fugir ao panorama e tendências visíveis noutros países europeus. Não só pela sua posição consideravelmente mais periférica, mas pelo seu não assim tão longínquo passado ditatorial que marcou fortemente as sociedades de ambas as nações. As suas transições democráticas foram consideravelmente distintas. Tal como nos diz Jimenez (2009):

(...) as transições do autoritarismo para a democracia têm sempre uma dimensão tendencialmente político-jurídica, isto porque é feita a configuração de uma nova arquitetura formal que marca as regras e os procedimentos da participação política e da defesa das liberdades e dos direitos fundamentais (Jiménez 2009, p.37).

Neste sentido, podemos também questionar-nos qual terá sido o papel dos *media* enquanto garantes do direito à informação, e qual o seu nível de liberdade na forma como atuaram nos países ibéricos aquando das suas transições democráticas, tendo em conta as suas semelhanças e diferenças.

Nos próximos capítulos, será abordado, de forma sucinta, não só o papel e influência dos *media* no sistema político português e espanhol, como a forma como nos dias de hoje os movimentos de ultradireita se aproveitam da função mediática para ganhar visibilidade.

CAPÍTULO II

A TRANSIÇÃO PORTUGUESA

Segundo Bernardo Pires de Lima e Tiago Moreira de Sá (2005), há várias variáveis capazes de explicar, na sua generalidade, o que foram as transições democráticas na terceira vaga. Ao longo do ensaio *As teorias da transição para a democracia e o caso português*, estes autores apresentam-nos alguns dos pré-requisitos (económicos, sociais, políticos) necessários para uma transição para a democracia. Muitos autores consideram que a Guerra Colonial foi a razão principal para o desencadear do 25 de Abril de 1974 (Rezola, 2020). Estudiosos, tal como António Costa Pinto, consideram que foi o golpe militar do 25 de Abril de 1974 que deu início à terceira vaga de democratização, que depois se estendeu a Espanha, América Latina, afetando também, na década de 80 alguns países asiáticos, chegando à Europa de Leste nos anos 90: “o caso português, pelo seu carácter pioneiro e singular, bem como pela sua hipotética influência nos exemplos posteriores da Europa do Sul e da América Latina, assume particular importância.” (Lima & Sá, 2005, p.127). Não obstante, há também a perspectiva de autores que consideram que a revolução apresentou um carácter tardio. José Medeiros Ferreira (1993) apresenta o 25 de Abril como a última revolução europeia, sendo esta vista como imperfeita, alterando não só a vida política como também os valores sociais (Ferreira, 1993).

Segundo Pires de Lima e Moreira de Sá (2005), há cinco variáveis que melhor definem o processo de transição português. São estes (1) a base de liderança do anterior regime não-democrático; (2) quem inicia e controla a revolução; (3) o ambiente da elaboração da Constituição; (4) *founding elections* e (5) a dimensão internacional da transição. No que toca à base de liderança, a tentativa é compreender quem é que controlava o aparelho de Estado no regime anterior e que de forma é que isso afetou a transição. Os autores apresentam o Estado Novo como um “regime autoritário de base civil”. Esta dimensão, apresentada na Constituição de 1933, subordinava as Forças Armadas ao poder político, atribuindo a chefia ao governo civil. Ou seja, havia uma separação entre o sistema político e as instituições militares. Durante o Estado Novo, as Forças Armadas desempenharam um papel “tutelar sobre o regime, materializada institucionalmente na Presidência da República, o que conduziu a um alto envolvimento da hierarquia das Forças Armadas com o autoritarismo” (Pires de Lima & Moreira de Sá, 2005, p.137). É importante reter então que, “quanto maior for a influência da hierarquia

militar no regime anterior, menor tende a ser o seu papel no processo de transição consequente, sendo igualmente maior o grau de incerteza desta” (Lima & Sá, 2005, p.137). Ora em Portugal, o Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pelo golpe de estado, era composto apenas por militares de nível intermédio, tendo agido contrariamente e sem a aprovação da sua hierarquia.

A segunda dimensão - quem inicia e controla a transição-, vem no seguimento da primeira. Em Portugal, o golpe militar foi controlado pelo MFA que, por sua vez, não representava a instituição militar nem o governo anterior. O movimento levado a cabo pelos militares pretendia ir não só contra o regime, mas contra o próprio Estado. Pires de Lima e Moreira de Sá afirmam que o facto de a revolução não ter sido iniciada pelo Estado, levou não só a uma crise interna, mas também a uma crise nas estruturas militares. Assim, a falta de ligação dos novos detentores do poder ao regime e ao próprio estado, levou a uma revolução que inevitavelmente criou uma forte rutura com o passado, culminando num intenso processo político em Portugal em 1974-1975 O chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC) foi um período originado pela pulverização de vários centros de decisão e uma forte discordância e conflitualidade entre eles (Lima & Sá, 2005).

Ao falar do ambiente de formação da Constituição, é referido pelos autores que uma transição democrática só se pode considerar concluída quando a constituição estiver construída e se esta se basear apenas em princípios democráticos.

Nesse sentido, discute-se o momento certo em que Portugal efetivamente terminou a sua transição, deu início ao processo de consolidação e “formação de consenso entre os mais importantes agentes políticos” (Antunes, 1988, p,78). É certo que o novo texto constitucional é aprovado em Abril de 1976. No entanto, o Conselho da Revolução (um órgão de soberania de legitimidade revolucionária, não eleito pro sufrágio direto e livre) apenas foi extinto em 1982, no âmbito da primeira revisão constitucional (Castaño e Rezola, 2021).

Segundo Linz e Stepan (1996), a variável “ambiente de elaboração da Constituição” explica que existem dois momentos históricos que representam conceitos diferentes que condicionaram a construção da Constituição. O primeiro momento engloba a elaboração de dois pactos (Plataformas de Acordo Constitucional) selados entre o MFA e os partidos políticos, onde o principal objetivo era, como o nome indica, estabelecer um acordo constitucional, isto é, chegar a um acordo quanto a aspetos que deveriam ser

necessariamente consagrados no texto constitucional a elaborar. O primeiro pacto, de Abril de 1975, teve como principal consequência

(...) limitar o alcance do resultado das eleições constituintes, reduzindo o espaço de atuação da nova Assembleia Constituinte e, logo, condicionar a fórmula final da futura Constituição. Em simultâneo, visava-se enfraquecer a legitimidade democrática no processo de transição e a própria predominância dos partidos políticos no regime em construção. (Lima & Sá, 2005, p.137).

Como observa Maria Inácia Rezola (2007), analisando “as disposições da Plataforma relativas aos órgãos do poder, rapidamente concluímos que o órgão nuclear e máximo da nova estrutura política, a consagrar constitucionalmente, é o Conselho da Revolução que disporá de amplos poderes quer sobre o Presidente da República quer sobre o Governo. Se juntarmos a isto a existência de uma Assembleia do MFA, podemos concluir tratar-se de uma proposta de instituição de regime de dominante militar ou dele bastante próximo” (Rezola, 2007, p. 158).

O segundo pacto MFA-Partidos, firmado em Fevereiro de 1976, pretendeu que se chegasse a acordo quanto ao futuro “da estrutura institucional e constitucional portuguesa” (Lima & Sá, 2005, p.139). Decidiu-se a “extinção da Assembleia do Movimento das Forças Armadas, a redução dos poderes do Conselho da Revolução, (...) e a eleição por sufrágio direto do Presidente da República” (Lima & Sá, 2005, p.139). No entanto, apesar da substancial redução do poder militar, o Conselho da Revolução continuou a figurar entre os órgãos de soberania a ser consagrados constitucionalmente, outorgando-se-lhe as “funções de Conselho do Presidente da República, de garante do regular funcionamento das instituições democráticas e do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da Revolução” (Rezola, 2007, p. 311-312).

Relativamente à elaboração da Constituição, esta foi aprovada a 2 de Abril de 1976, baseando o novo modelo institucional do Estado numa democracia pluralista. Nela estava contemplado o sistema político de partidos, a legitimidade eleitoral e o princípio da representatividade. No entanto, Linz e Stepan (1996) consideram que ainda se podia encontrar na Constituição elementos tidos como não-democráticos, nomeadamente a permanência de “domínios reservados de poder” (Linz & Stepan, 1996). Nesse sentido, são “sugeridas” duas datas distintas que podem ter marcado o fim do processo de transição em Portugal. Em julho de 1976, quando o I Governo Constitucional tomou posse ou em agosto de 1982, altura em que foi feita uma revisão constitucional “que extinguiu

o Conselho da Revolução e terminou com a “tutela” militar sobre o regime democrático” (Lima & Sá, 2005, p. 139).

A quarta dimensão - *founding elections* (eleições fundadoras) -, conceito pensado por Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter (1986)-, foi fundamental para que o novo sistema político conquistasse legitimidade perante a sociedade vigente. Assim, diz-se que as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril de 1975, foram o ponto de viragem na transição portuguesa. Isto porque foram as forças democráticas envolvidas que conseguiram sobrepor-se à esquerda revolucionária (civil e militar), fazendo-a perder legitimidade e consequentemente dando mais protagonismo aos partidos políticos, “(...) equilibrando a equação entre o poder político-partidário e o poder militar (...)” (Lima & Sá, 2005, p.140). Por outro lado, começaram a manifestar-se de forma ativa grupos sociais contra o “processo revolucionário, com destaque para a Igreja Católica” (Lima & Sá, 2005, p.140). Neste sentido, é também pertinente referir a ação de atores políticos e forças democráticas como o Partido Socialista (PS), o Partido Popular Democrático (PPD), o Partido do Centro Democrático Social (CDS) e os setores moderados do MFA, que juntos foram capazes de fazer recuar o movimento revolucionário, que chegou efetivamente ao fim no dia 25 de Novembro de 1975. “Todo este contexto foi fundamental para a definição posterior do edifício político português, enquanto sistema civil e organizado essencialmente em torno dos partidos fundadores da democracia” (Lima & Sá, 2005, p. 141).

A democratização portuguesa não dependeu só de fatores internos, mas também de fatores externos. Na visão de Kenneth Maxwell (1995), uma das características mais marcantes e de elevada relevância do 25 de Abril foi o seu próprio impacto internacional, visto que desempenhou “um papel fundamental no grande conflito ideológico do século XX” (Maxwell, 1995, p.180). Ainda que os fatores externos não tenham sido determinantes nas mudanças que se iniciaram em Portugal, é fundamental referir a importância do panorama internacional e o próprio impacto que a revolução portuguesa teve no equilíbrio mundial (Rezola, 2020).

Coincidentemente, o momento em que se davam os primeiros avanços em direção da revolução portuguesa, era também o período em que se vivia a Guerra Fria, que dividia o mundo em dois grandes blocos. A ditadura teve o seu fim numa altura em que se começou a tornar evidente a diminuição da capacidade de ambas as potências em exercer uma hegemonia mundial. O desgaste dos EUA era evidente, não só pelos efeitos provocados

pela Guerra do Vietname e pelo caso Watergate. Por outro lado, é notório o fortalecimento da Comunidade Económica Europeia (CEE) e a rápida implementação da estratégia da URSS na Europa pela *détente* (alívio das tensões da Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética de 1967 a 1979) (Rezola, 2020). O choque petrolífero internacional em 1973 foi também uma das causas que levou ao fim do regime, “tendo em conta que Portugal não conseguia manter a população com combustível subsidiado ao mesmo tempo que fornecia militares para combater em África” (Rezola, 2020, p. 634).

A situação portuguesa, muito por causa da sua vertente colonial africana, representava um potencial perigo para o equilíbrio das forças internacionais. Os EUA, ainda que dessem a Portugal alguma relevância, pela sua posição geostratégica e pela pertença à NATO, demoraram a compreender a situação vivida no país. Não obstante, acabaram por se revelar um forte apoio a Portugal na luta pelo estabelecimento da democracia pluralista. Isto, juntamente com países como a Alemanha e organizações como a Internacional Socialista. A União Soviética, por sua vez, também se quis inserir na luta política, ajudando o Partido Comunista Português (PCP). Deste modo, pode dizer-se que Portugal acabou por ser palco de conflitos entre os dois blocos Ocidental e de Leste (Rezola, 2020).

A possibilidade de emergência de cinco novos países independentes no continente africano alterou as zonas de influência e o equilíbrio das forças. As duas potências entraram numa disputa aberta pelo alargamento das suas áreas de influência, alimentando guerras civis e intervenções armadas externas (Rezola, 2020, p.636).

A forte cobertura mediática a nível internacional, assim como as redes que se foram estabelecendo entre partidos, organizações e entre outros atores internacionais, reforçam a importância e o impacto que o 25 de Abril teve para o exterior. O próprio caminho percorrido para a rápida descolonização representou para Portugal o fim do ciclo imperial e a criação de condições para a democratização e modernização do país que, uma década depois, proporcionaram a integração na União Europeia em 1986. A CEE, teve também um papel preponderante na democratização portuguesa. Em Portugal, como em Espanha e na Grécia, o estabelecimento da democracia foi necessário para garantir os benefícios económicos para a sua adesão na Comunidade, ao mesmo tempo que esta adesão era vista como uma garantia de estabilidade da democracia (Huntington, 1991). Isto, através de incentivos económicos (empréstimos) e sociais (organizações sindicais, fundações...) (Pires de Lima & Moreira de Sá, 2005).

Em suma, como observam Bernardo Pires de Lima e Tiago Moreira de Sá, “a transição democrática portuguesa resulta de uma interação entre processos internos e externos ou, em termos conceptuais, é um caso simultâneo de condicionalidade e consentimento” (Lima & Sá, 2005, p.142).

Também Maxwell diz que o 25 de Abril teve repercussões a nível internacional que acabaram por se propagar, tendo um impacto duradouro:

A vitória dos democratas anticomunistas na luta política de um Portugal revolucionário, ao mesmo tempo que se mostravam inicialmente vencedoras as forças apoiadas pelos comunistas em Angola, no mesmo período foram fatores que contribuíram para o fim da Guerra Fria na Europa, e dando um novo rumo às democracias (Maxwell, 1995, p.180).

1. O papel dos *media* na transição

A Revolução do 25 de Abril de 1974 foi, sem dúvida, um acontecimento marcante na História de Portugal. Foi para o nosso país um “tempo de rutura, gerador de profundas alterações nos valores e na vida social nacional” (Rezola, 2019, p.250), marcando uma nova era. Para os meios de comunicação em particular, esta foi também uma fase de muitas transformações, onde se viveu um período de “saturação ideológica dos órgãos de informação” e uma “impossível neutralidade jornalística” (Rezola, 2019, p.250).

Durante o Estado Novo, a censura existia e tinha duas funções principais. A primeira prendia-se com a salvaguarda da recriação propagandística do Estado de uma realidade ilusória do que era o país na época. E a segunda, mais a nível político, pretendia ser um instrumento de manipulação de ideias e comportamentos, apresentando sempre uma imagem apelativa do regime, protegendo as suas figuras principais. “A censura foi um instrumento fundamental para defender a estrutura política do Estado” (Rolim, 2012, p.2).

Segundo Mário Mesquita (1994), a transição portuguesa foi palco de uma forte disputa entre os sucessores do regime que tentaram atrasar ao máximo possível o desmantelamento dos mecanismos de censura, os que defendiam movimentos revolucionários e vanguardistas e uma censura à posteriori, e os que pretendiam conceções pluralistas do sistema de comunicação social, na tentativa de pôr fim à censura (Mesquita, 1994, p.361). Vários órgãos de imprensa (como o *Diário de Notícias*, *Expresso* e *Jornal Novo*), como refere João Figueira (2007), “lutaram, cada um à sua

maneira, por um projeto político para Portugal” (Figueira, 2007, p.216). Podemos então concluir que a percepção que se tem dos jornalistas e dos meios de comunicação neste período é que foram militantes e atuaram como atores políticos, sendo conhecidos casos que atingiram um mediatismo fora do comum (Rezola, 2019).

O mais importante a reter é que, depois da queda de uma ditadura de quase cinco décadas, a comunicação social teve uma intensa necessidade de se tornar livre e de reorganizar as suas estruturas. Não obstante, foi alvo de várias pressões e de uma forte tensão ideológica, um forte controlo político “criando fortes resistências, tanto no plano militar como na opinião pública” (Cádima, 2001, p.329).

As principais questões colocadas por Rezola (2019) prendem-se então com as principais transformações que os *media* sofreram ao longo do período de transição democrática, qual o seu papel na luta revolucionária e quais as relações criadas com os novos poderes políticos (Rezola, 2019).

Um dos aspetos mais importantes a ter em conta é, sem dúvida, a passagem brusca que Portugal sofreu, de um sistema rígido de censura e controlo de informação para uma liberdade e pluralismo não só a nível político, mas também de informação. A imprensa escrita, ainda que talvez ultrapassada pela rádio e pela televisão, não deixou nunca de ter um papel central em Portugal.

Para além de toda a mobilização popular, a rutura mais evidente com o regime ditatorial foi a abolição da censura (Rezola, 2019). O MFA proclamava o fim da censura e do exame prévio, a promulgação da liberdade de expressão e de pensamento sob qualquer forma, e a publicação de uma nova Lei de Imprensa (Rezola, 2007). Pretendia-se uma reformulação profunda dos meios de comunicação e das práticas jornalísticas. Não obstante, e sob o pretexto de que era necessário proteger certos segredos de estado e evitar desordem na opinião pública, foi criada, a julho de 1974, uma Comissão “Ad Hoc” para a imprensa, Rádio e Televisão, que se manteria em funções até à publicação de uma nova Lei da Imprensa. Esta surge enquanto mecanismo de vigilância depois de abolida a censura. Havia um conjunto de temas definidos que poderiam ser censurados (ofensas a novos dirigentes políticos, referências a operações militares, incitamento a greves e manifestações não autorizadas, ataques ao Programa MFA, etc.), assim como possíveis multas e penas consequentes. A Comissão “Ad Hoc” dependia diretamente da Junta de Salvação Nacional (JSN) e era apenas constituída por militares. Evidentemente que a sua atuação não agradou aos meios de comunicação social, ao Sindicato dos Jornalistas e às

organizações políticas. No entanto, esta só foi formalmente extinta em 1975, com a aprovação da Lei da Imprensa que declarava que “não se poderia conceber o processo democrático em curso sem a liberdade de expressão de pensamento”. Não obstante, isto não impediu que no verão de 1975 voltassem a existir mecanismos repressivos. Pouco depois, em Setembro desse mesmo ano, foi anunciada a Lei da Censura Militar, determinando a proibição de “divulgação de relatos, notícias, comunicados, moções ou documentos sobre acontecimentos ou tomadas de posição em unidades ou estabelecimentos militares, salvo se provenientes de fontes militares oficiais” (Rezola, 2019, p.252).

Ainda que nunca tenham sido postas em prática, estas medidas de controlo e condicionamento da informação geraram forte controvérsia entre jornalistas e forças político-partidárias que lutavam pela democracia (Rezola, 2019). Os órgãos de comunicação social envolvem-se na intensa luta política do período, sendo pragmático, a este respeito, o *Caso República*, que ganhou considerável mediatismo não só nacional como internacional, e que foi posteriormente considerado um dos momentos mais emblemáticos do processo revolucionário português (Rezola, 2019). Visto inicialmente como um conflito de trabalho entre jornalistas e gráficos acerca do conteúdo publicado no jornal, devido a ideologias políticas distintas, rapidamente evoluiu para uma crise política no início do processo revolucionário (Mesquita, 1994). As divergências dentro e a propósito do jornal proporcionaram também divisões claras dentro do Movimento das Forças Armadas. A crise que daí surgiu teve como principal objetivo a contestação ao poder militar, face à legitimação de vários partidos pelas eleições para a Assembleia Constituinte. Isto é, este conflito serviu de pretexto aos vencedores das eleições de Abril de 1975 para reclamar a retirada dos militares do poder e a transferência deste para os detentores da legitimidade eleitoral. O principal ponto de fricção e descontentamento prendeu-se exatamente com a orientação e linha editorial que o jornal seguia, sendo acusado de se ter transformado no órgão social do Partido Socialista (Rezola, 2019). O *caso República* não é um caso isolado. Todo o sistema de médios foi sacudido com convulsões. Também o caso da Rádio Renascença “pode ser entendido como uma consequência do desenrolar do processo revolucionário. O conflito que se gerou no interior da emissora da Igreja teve uma influência significativa no rumo que Portugal viria a trilhar após o Verão Quente de 1975” (Ribeiro, 2014, p.239).

Foi através de todos estes casos que foram discutidos vários temas nomeadamente a Lei de Imprensa, o controlo operário, a organização das estruturas jornalísticas, os poderes atribuídos aos órgãos de controlo das redações (Mesquita, 1994).

As mudanças nos órgãos de comunicação começa imediatamente depois da queda da ditadura, traduzindo-se num primeiro momento, no afastamento de administradores, diretores e chefes de redação. É o caso de *O Século*, do *Jornal do Comércio*, *Diário de Lisboa*, exemplos que refletem como os *media* não foram exceção no que tocou à “limpeza política” que percorreu a generalidade os sectores de atividade durante a revolução, atingindo níveis inéditos, face à forma proactiva e dinâmica como os jornalistas se mobilizaram. Foram também fechados jornais com algum tipo de ligação com o regime ditatorial, como foi o caso do *Época* ou *Novidades*, e das agências *Lusitânia* e *ANI* (Fonseca, 1995; Fonseca & Gomes, 2017).

Se os primeiros momentos depois do 25 de Abril ficam marcados pelos saneamentos na comunicação social, “a capacidade de mobilização e o poder das comissões de trabalhadores tornam-se evidentes depois do 28 de Setembro e do afastamento de Spínola da Presidência da República, assistindo-se ao progressivo controlo pelos trabalhadores da informação na maior parte dos jornais, sobretudo dos diários.” (Rezola, 2019, p.253). Esta realidade teve inevitáveis reflexos nos conteúdos jornalísticos e, segundo o Conselho de Imprensa (1979), “os jornais passam a ser carregados de ideologia, verificando-se uma explosão de tendências abrangendo os leques de opções políticas possíveis nas várias fases da Revolução” (Conselho de Imprensa, 1979, p.101,). Disputados pelas diferentes forças políticas e militares, os jornais tornam-se também atores políticos (Figueira, 2007), onde muitas das mensagens eram contraditórias, denotando-se uma mistura de desorganização com uma forte pressão de várias opiniões e posições políticas. A informação era, na sua maioria malcuidada e pouco sucinta (Mesquita, 1994).

Outro problema que veio intensificar a crise dos jornais, foi a estatização dos mesmos na sequência das nacionalizações de março de 1975. Ainda assim, este problema esbateu-se com o aparecimento de títulos como o *Jornal Novo*, *O Tempo*, *O Jornal*, *A Luta* (Gomes, 2018). Logo após o verão de 1975, estes jornais iriam protagonizar uma luta para quebrar a informação “estatizada e monolítica, num contexto de recrudescimento da confrontação político-ideológica” (Rezola, 2019, p.254). Tal como nos é apresentado pelo Conselho de Imprensa (1979), este foi um período onde se

intensificou a influência e manipulação de partidos políticos na imprensa, principalmente por membros ligados ao Partido Comunista e a movimentos de extrema-esquerda.

A agitação e envolvimento dos *media* na Revolução não foram exclusivas da imprensa. A rádio e a televisão foram também atores do processo revolucionário, nomeadamente na movimentação dos militares no dia 25 de Abril. O seu protagonismo ficou patente no próprio dia 25 de Abril dado que a televisão foi um dos primeiros alvos a ser atingido pelo Movimento dos Capitães e a rádio foi amplamente utilizada para divulgar, nesses dias, os seus comunicados.

A Revolução veio extinguir a maioria dos mecanismos propagandísticos do Estado Novo e reestruturar tantos outros. Foi o caso da televisão (RTP), da Emissora Nacional e da Rádio Renascença, onde foram também afastadas pessoas ligadas ao anterior regime (Rezola, 2019).

O designado Processo Revolucionário em Curso traduziu-se também numa revolução nos *media*, não tendo apenas passado pela abolição da censura ou por uma mera alteração da Lei de Imprensa. Nos primeiros momentos, os *media* encontravam-se ainda em grande incerteza e dificuldade em definir novas normas e rotinas. Esta incerteza não se cingia apenas aos *media*, mas a todas as dimensões sociais, culturais, económicas, na tentativa de definir um novo regime. Foi, portanto, um processo conjunto, onde estava em causa o futuro de Portugal, onde se tentava alinhar as redações dos *media* com o poder político. “A crise do estado, os novos centros de poder militar, a crescente força dos movimentos e partidos políticos, assim como a indefinição quanto ao rumo a seguir e a consciência do poder dos *media*, são alguns dos fatores que contribuem para que estes se transformem num alvo apetecível e disputado” (Rezola, 2019, p.260).

Os *media* tiveram um papel bastante influente, não tendo funcionado unicamente enquanto canais de transmissão das mensagens vindas dos novos dirigentes. Foram órgãos ativos na revolução, na difusão de ideias e pensamentos políticos, na formulação da opinião pública. Acima de tudo, foram capazes de construir uma relação forte entre *media* e política (Rezola, 2019).

2. A extrema-direita portuguesa e o Partido *Chega*

Depois do 25 de Abril, Portugal nunca mais contou com um partido político verdadeiramente fascista (pelo facto de serem também proibidos pela própria constituição desde 1976), ainda que, depois da queda do regime, a direita radical portuguesa tenha procurado a rearticulação através de várias outras instituições (Almeida, 2015).

Riccardo Marchi (2012) divide a ação da direita em Portugal em três fases (Marchi, 2012). A primeira, de 25 de Abril de 1974 a 11 de Março de 1975, caracteriza-se por várias tentativas da direita radical em criar partidos políticos que reunissem as forças de direita ainda ativas e dispostas a reagir. Ainda que a maioria delas tenha fracassado, estas fizeram parte da resposta imediata da direita no pós-revolução. A fase 11 de Março de 1975 a Novembro de 1975, é caracterizada pela passagem da direita radical (ou extrema-direita) à clandestinidade. O seu principal objetivo era combater diretamente as organizações de esquerda. Este foi um período marcado por ações de guerrilha, bloqueios de estradas e atentados terroristas anticomunistas (período das duas intencões (liderados pelo Movimento Maria da Fonte e pelo Exército de Libertação de Portugal). Estas eram apenas algumas das táticas utilizadas pelos grupos extremistas de direita do período durante o designado verão quente de 1975 (Almeida, 2015). Por fim, a última fase identificada por Marchi inicia-se a partir do 25 de Novembro de 1975, caracterizando-se pela retoma das ambições eleitorais da direita radical, que serão frustradas nas eleições legislativas de outubro de 1980.

Os anos 80 trouxeram consigo o surgimento de novas personagens no panorama da direita radical portuguesa. Um exemplo disto é o Movimento da Ação Nacional (MAN) (1984/85). Extinto em 1992, este definia-se como um “movimento cultural e político, de carácter nacionalista, revolucionário e popular” (Almeida, 2015, p.105.). O MAN defendia fortemente uma postura ofensiva e reacionária, tentando captar a atenção de todos aqueles que se sentiam descontentes com a democracia portuguesa. Muitas eram as referências feitas ao passado, apresentando a ideia de que tinham sido vividos tempos gloriosos, “cuja herança deveria ser defendida e preservada” (Almeida, 2015, p.107). Para os membros do Movimento, a identidade da nação portuguesa estava diretamente ligada aos valores e tradições do povo, que na sua construção passava pelo povo branco e homogéneo, excluindo a influência de outras “raças” na sua construção identitária (Almeida, 2015).

O Movimento de Ação Nacional foi o primeiro a romper com o paradigma nacionalista universalista, introduzindo em Portugal o discurso exclusivista do nacionalismo etnocêntrico (Costa, 2011, p.772). O discurso mobilizado durante o Estado Novo, no qual Portugal era caracterizado como um grande império multirracial, é radicalizado e substituído por argumentos racistas, muito ligados à “pureza da raça”. A perda das colónias foi para a direita radical portuguesa um golpe duro e de difícil aceitação. No que toca aos membros do MAN, estes eram na sua maioria jovens residentes em Lisboa e nas periferias, mas também provenientes do norte do país, de classe baixa ou média. Muitos deles faziam ou tinham feito parte de grupos *skinhead* de extrema-direita (Almeida, 2015).

A cultura do *skinhead* era já notória em Portugal desde os anos 80 e 90, em várias cidades do país. Os discursos nacionalistas, racistas e anticomunistas que começam a surgir, atraem este grupo visto como ativistas com grande potencial.

O final dos anos 90 coincidiu com a explosão do uso da internet como meio de comunicação. A direita radical não foi exceção, e acabou por recorrer ao meio digital para atrair novos membros e criar relações internacionais.

Ainda que os grupos *skinhead* tenham sofrido várias alterações e reorganizações ao longo dos anos 90, estes não constituíam em Portugal ou formavam parte de nenhum partido político claramente identificado com a direita radical. Só na viragem do milénio, a criação do Partido Nacional Renovador (PNR) veio mudar essa tendência. Até então, a maioria dos partidos de direita radical tinham dificuldade em legalizar-se ou angariar assinaturas suficientes. O PNR aproximou-se dos setores *skinheads*, órfãos de uma organização política desde a dissolução do MAN. É a partir de 2007 que o PNR começa a ganhar a atenção dos *media*. Não obstante, o desempenho eleitoral do partido sempre se mostrou insignificante.

Segundo o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, o jornalismo português não soube dar resposta quando o chamado excecionalismo português caiu, em 2019. Até então, a extrema-direita que existia em Portugal era “marginal e fragmentada, politicamente inapta, associada à violência e ao crime organizado”. As suas ideias eram ainda pouco estruturadas e organizadas. Daí que, ao longo do tempo, a extrema-direita tenha deixado de ser um tema interessante para debater ou investigar. Os trabalhos jornalísticos eram poucos, revelando uma evidente falta de preocupação com o fenómeno. A grande maioria dos investigadores debruçava-se sobre o fascismo histórico e não sobre a extrema-direita

que vinha a ganhar força nos tempos modernos. Mesmo com o exemplo da ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e com Bolsonaro no Brasil e a manipulação informativa que ambos faziam, em Portugal, muitos jornalistas não estavam preparados para cobrir e combater devidamente o aparecimento do Partido *Chega*, de André Ventura (Fernandes, 2021).

Não admira, no entanto, que a extrema-direita tenha chegado tarde a Portugal, pela falta de confronto que o país teve com a imigração, com o multiculturalismo ou com a religião. Por isso, o único aspeto no qual a extrema-direita portuguesa podia escrutinar era o da estigmatização da etnia cigana. Foi essa a estratégia adotada pelo *Chega*, a par da hipervalorização das forças de segurança, a partir de onde se desenvolveu toda a retórica populista e securitária (Marchi, 2020). Segundo as investigadoras Susana Salgado e Paula Espírito Santo, as condições para o estabelecimento da ultradireita já se encontravam reunidas em Portugal, mas ainda não tinha surgido um líder político eficaz (Borges, 2019). A questão não se prende com a diminuição da moderação dos portugueses, mas por serem aliciados com soluções rápidas para problemas antigos e pelo crescente protagonismo mediático do partido de extrema-direita. O facto de o sistema ser marcado por um enviesamento à esquerda, pautado pela excessiva intervenção do Estado à custa da perda do poder dos cidadãos, intensificou a tendência. Por outro lado, os partidos políticos têm-se mostrado pouco eficientes na resposta às rápidas transformações em curso em Portugal e na Europa, principalmente em questões como a justiça e segurança (*Chega*, 2019).

Por não ter sido a primeira vez que a direita antissistema tenta investir em Portugal, é importante compreender os fatores que fizeram crescer esta força política. Nos últimos anos tem sido notória a expansão do *Chega*, o partido criado em 2019 por André Ventura e que tem sido considerado pelos estudiosos um partido de ultradireita populista. No entanto, é feita uma banalização à denominação ou ao carácter populista do partido, que o que pretende com isso é recolher o maior número de descontentes que optam pela abstenção do voto (Marchi, 2019). Para compreendermos a sua essência, assim como do seu líder, consideramos ser necessário fazer uma contextualização sobre o percurso de ambos.

André Ventura, atual deputado da Assembleia da República e presidente do *Chega*, licenciou-se em Direito na Universidade Nova de Lisboa e doutorou-se em Direito Público pela National University of Ireland, onde desenvolveu a tese *Towards a New*

Model of Criminal Justice System in the Era of Globalised Criminality. Foi também vereador da Câmara de Loures entre 2017 e 2018. Para além de ter lecionado em diversas instituições de ensino, foi também comentador da CMTV, em temas relacionados com Segurança e Justiça, Política e Desporto (Chega, 2021).

O “fenómeno” André Ventura é algo relativamente recente nos *media* e na sociedade portuguesa (Dias, 2020). A rápida ascensão de Ventura deveu-se em grande medida ao enorme destaque dado pelos meios de comunicação aos seus discursos controversos, agarrados ao “politicamente incorreto”, na tentativa de se tornar um “líder carismático” (Dias, 2020). É inegável que o partido *Chega* vive principalmente do discurso do seu líder, capaz de inundar as rádios, jornais e televisão (Martins et. al, 2019). Muitos destes *media* vêem as posições de André Ventura como extremistas, xenófobas, racistas e machistas. Por outro lado, a sua mensagem é e vai sendo replicada nas redes sociais, que têm um papel ainda mais preponderante na disseminação dos seus ideais (Palma et. al, 2021). Neste sentido, surge a questão de quem será o principal “culpado” pela criação do fenómeno “André Ventura: se os *media* tradicionais, se as redes sociais.

Ainda que a comunicação social tenda a inserir o partido *Chega* dentro do espectro político da extrema-direita, do ponto de vista da ciência política, Riccardo Marchi classifica-o como um partido populista da nova direita radical (Santana, 2021).

Desde 2016 que André Ventura beneficia desta atenção desmedida pelos órgãos de comunicação. Alguns autores referem inclusive a criação de uma “celebridade mediática” (Palma et. al, 2019). Antes de 2017, quase todas as referências feitas a Ventura derivaram da sua presença enquanto comentador na CMTV, e eram, por isso, provenientes de páginas ligadas aos meios de comunicação do grupo Cofina. Porém, quando em 2017 se candidata à presidência da Câmara Municipal de Loures e leva para centro da discussão política o tema da população cigana, os meios de comunicação generalistas ganham interesse por André Ventura, fazendo constantemente referência àquilo que dizia sobre o tema (Palma et. al, 2019).

Em 2018, ainda antes da data de formalização do partido, o *Chega* começa a ter alguma visibilidade nas redes sociais (especialmente no Facebook), principalmente por causa do seu líder André Ventura. Em 2019, a página de Facebook do *Chega* era já a que mais interações tinha sobre o líder do partido. Antes das eleições legislativas desse mesmo ano, André Ventura tinha uma exposição mediática fora do expectável (Palma et. al, 2019). Isto deveu-se não apenas ao facto de fazer comentário político há uns anos, como

também pela continuidade do seu discurso de ataque à comunidade cigana. André Ventura conseguiu ir lentamente conquistando visibilidade no espaço mediático, sendo que a sua entrada no Parlamento só lhe deu mais mediatismo e visibilidade a nível nacional. Ganhou um palco mediático maior do que qualquer outro partido em ascensão. Em Janeiro de 2021, mês das presidenciais, André Ventura chegou a contar com um total de 2,25 milhões de interações no Facebook e cerca de 10 mil artigos publicados a seu respeito (Palma et. al, 2019). Este momento eleitoral ajudou a amplificar a tendência já anteriormente sentida. Muitos foram os comentadores, cronistas e cidadãos comuns que tentaram explicar através das redes sociais o resultado das eleições, tendo André Ventura garantido o terceiro lugar, com 11,9% dos votos. A presença do líder do partido no Facebook durante a campanha eleitoral foi consideravelmente notável em comparação com os restantes candidatos. O seu crescimento foi ainda mais notório, quando, em 2020, o PSD faz uma coligação com o *Chega* para governar nos Açores. Isto deu-lhe mais força política dentro do sistema democrático, apesar de se considerar “antissistema”. As eleições legislativas de 2022 deixaram patente o crescimento galopante do partido *Chega*, tendo este passado, em menos de dois anos, de 1 para doze deputados no Parlamento português.

Segundo Guimarães (2020), o sucesso do *Chega* deve-se essencialmente ao seu líder, ao seu carisma e eloquência, podendo por isso afirmar-se que se trata de um partido de um homem só (Guimarães, 2020).

É indiscutível que parte da relevância ganha por André Ventura decorre do forte mediatismo que lhe é conferido não só nos meios de comunicação, mas também nas redes sociais. A verdade é que estas plataformas, muitas delas ligadas ao partido e ao seu líder, se retroalimentam. Inclusive, o *Chega* tem plataformas e mecanismos específicos para disseminar *fake news*. É o caso da *Alianza 24* e *Voz Ibérica*. E, segundo o jornalista Pedro Coelho, torna-se difícil fazer a filtragem do que é verdade ou mentira quando se está rodeado de mentiras.

É importante fazer também referência aos chamados *opinion makers*, aqueles que têm influência sobre a opinião pública, e que geram diariamente inúmeras interações acerca de Ventura. Estes podem ser tanto membros do partido, como meros internautas que publicam conteúdo que geram interações sobre André Ventura (Palma et. al, 2019). Até as informações que surgem enquanto crítica ao partido *Chega* e ao seu líder, dão mais visibilidade e importância ao mesmo. Nas redes sociais, destaca-se a página “Chega de

Ventura”, que contribuiu bastante para o aumento de reações face ao partido político. Quanto aos meios de comunicação, é também inegável que tiveram um forte papel na expansão da popularidade de André Ventura. Segundo o MediaLab (2021), de janeiro de 2019 a janeiro de 2021, foram feitas cerca de 37 mil referências a André Ventura em 3.143 sites de notícias diferentes (Palma et. al, 2019). Neste sentido, poderíamos realçar a controvérsia gerada pelo “jornalismo declarativo”, que se cinge a noticiar o que alguém diz, acabando por dar azo à “amplificação acrítica e descontextualizada de declarações problemáticas” (Fernandes, 2021). Oferecer contexto é fundamental em afirmações polémicas ou que se enquadrem no discurso de ódio. Não se pode adotar meramente o politicamente correto nas notícias relativas a este partido. A extrema-direita aproveita-se do conceito desta prática jornalística e o que faz é servir-se dela para manipular a informação promovendo as *fake news*.

As *fake news* são uma estratégia política da extrema-direita e usam-nas para viralizar o seu discurso”, segundo diz Paulo Pena (Fernandes, 2021). As pessoas contentam-se a discursos simplistas e pouco elaborados, sem se preocuparem em verificar aquilo que lhes é apresentado. E no fundo, é isso que faz Ventura: prende o seu discurso em temas fraturantes para, entre outras, se diferenciar de outros atores políticos, conquistar a atenção mediática e proporcionar aos cidadãos uma leitura fácil e atrativa daquilo que pretende apresentar (Marchi, 2019).

Vistas as coisas desta perspetiva, verifica-se uma relação de *win-win* por parte de Ventura e dos *media*: ambos beneficiam com a disseminação de notícias sobre o líder do partido. É perceptível o aproveitamento que Ventura faz do carácter confrontacional, emocional e sensacionalista dos *media* para criar o seu “percurso mediático”, fazendo assim crescer o seu número de apoiantes e seguidores. Por outro lado, o discurso dissonante de André Ventura faz com que certas peças noticiosas tenham um alcance extremamente lucrativo. Esta pode ser uma forte razão para que os meios de comunicação produzam tanto conteúdo sobre Ventura. A extrema-direita é quem melhor tem explorado esta crise do jornalismo. Ainda que este fosse um setor em transformação há décadas, foi a extrema-direita que veio aumentar esta bola de neve (Huntington, 1991). Nos dias de hoje, com a exigência do imediato, “não se dá tempo para cultivar fontes, para ganhar a sua confiança e perceber a sua credibilidade; não temos tempo para ler, para investigar, para acompanhar os partidos” (Fernandes, 2021). O que torna as redações submissas a este tipo de publicações noticiosas é o controlo pelos números e visualizações,

submetendo os jornalistas a práticas mais viradas para o comércio do que para a informação legítima. Cabe ao jornalismo definir e saber identificar os limites aceitáveis da cobertura dos movimentos de direita radical numa democracia ou o que é uma mera estratégia provocatória para estar sempre a ser falado.

Falta tempo para cultivar fontes, cruzar informação, fazer comparações com o que se passa em Portugal e no resto do mundo (Fernandes, 2021). Ainda assim, será importante refletir sobre a longevidade do partido e aquilo que ele poderá continuar a representar. Segundo Mariana Mendes e James Dennison (2020), talvez a elevada personificação do partido e a fraca homogeneidade ideológica possam ameaçar a sobrevivência do projeto (Mendes & Dennison, 2020). Talvez André Ventura tenha sido apenas a consequência de um sistema político em degradação (Tavares, 2019).

CAPÍTULO III

A TRANSIÇÃO ESPANHOLA

A transição democrática espanhola deu os seus primeiros passos cerca de um ano depois do derrube da ditadura em Portugal. Enquanto muitos apontam para a Revolução dos Cravos como o movimento que desencadeou a terceira onda democrática, mas que encerrou múltiplos perigos, a transição espanhola é vista como um exemplo a seguir, ainda que tenha sido fortemente influenciada pela portuguesa (Agüero, 2000). Face à queda abrupta de Marcelo Caetano, os reformadores franquistas ficaram alerta para os perigos que a imobilidade e da continuidade poderiam desencadear, originando uma transição por rutura, decorrente de uma liberalização malsucedida.

Pode então concluir-se, não só por observação, mas também pelos fatores políticos estruturais, que as transições portuguesa e espanhola apresentam diferenças profundas. A forma como o regime autoritário terminou em cada país e o papel das forças militares explica em grande parte essas diferenças (Agüero, 2000). Enquanto a transição portuguesa foi desencadeada a partir de um golpe de estado, do colapso repentino do regime e do desencadeamento de um processo revolucionário, em Espanha foi a morte de Franco que permitiu a “continuidade das elites e a mudança de regime” através de um pacto negociado. Já havia uma previsão e preparação por parte das forças mais influentes em Espanha para proceder a uma transição pós-morte do ditador (Agüero, 2000). No entanto, existiam várias incertezas e algum ceticismo quanto ao rumo que a monarquia e os seus governos iriam seguir. A própria sociedade encarava com receio a mudança face ao eventual estabelecimento de um sistema político democrático no seu país, muito pela instabilidade que tinha caracterizado a vida política nacional desde a Guerra Civil de 1936-1939.

As dificuldades sentidas pela sociedade espanhola em consolidar hábitos democráticos advinham de vários fatores. Espanha tinha vivido até então, comparativamente aos países da Europa Ocidental, um contexto socioeconómico marcado pela pobreza e pelo atraso. E talvez essa tenha sido outra das razões pela qual a rápida implementação de instituições e práticas democráticas não se tenha enraizado com tanta força. Alguns autores afirmam ainda que poderia também explicar o aumento do nacionalismo periférico, tanto na Catalunha como no País Basco, refletindo a baixa prevalência e influência do Estado central. Um outro aspeto que debilitava a

implementação da democracia era a intervenção por vezes pouco legítima da Igreja Católica (Powell, 2006).

A possibilidade de resistência ao rei por parte dos militares espanhóis foi outro fator com peso considerável nas incertezas da transição democrática (Agüero, 1995). Nesse sentido, eram várias as razões pelas quais se pensava que os militares poderiam vir a ser um entrave ao processo de democratização. Segundo Agüero (2000), o primeiro obstáculo prendeu-se com a formação clandestina de uma União de militares (União Militar Democrática - UMD) cujo propósito declarado era organizar uma desobediência massiva, caso a transição do autoritarismo fosse bloqueada por ordens vindas dos generais. Não obstante, “(...) esta união nunca chegou a atuar e os seus líderes foram inclusive presos.” (Agüero, 2000, p.53). Em segundo lugar, o exército espanhol, exército conservador, herdeiro das forças que lutara com Franco na Guerra Civil, estava bastante bem preparado e treinado após ter derrotado o “exército vermelho” (exército soviético que lutou do lado dos republicanos) durante a guerra civil em 1936 (Agüero, 2000). E, nesse sentido, temia que a transição democrática significasse o regresso dos comunistas e, conseqüentemente, de partidos de oposição. Além disso, segundo as leis estabelecidas durante o período ditatorial, os militares tinham como função garantir a continuidade do Estado. Recaía sobre eles a obrigação de garantir a “unidade territorial de Espanha, da bandeira e da língua, o anticomunismo e o respeito pelo passado, a sua ordem institucional” (Agüero, 2000, p. 54). Por último, é fundamental compreender a dimensão da instituição militar, com uma forte presença no Estado de Franco. Qualquer tentativa de a desmantelar significaria a destituição de militares em altos cargos. Para além dos militares serem as figuras das estruturas de defesa e estarem distribuídos pelas várias instituições políticas (Cortes, Conselho do Reino, Conselho Nacional do Movimento), tinham também sob o seu controlo os serviços de informações centrais (Agüero, 2000). Ainda que as condições políticas estivessem a favor da transição, estas razões fizeram com que se criasse alguma incerteza em relação às possibilidades de os militares iniciarem uma transição democrática com sucesso (Agüero, 2000).

Não obstante, a transição democrática foi bem-sucedida, e para tal foi fundamental o sucesso da etapa da liberalização. Em 1975, a sociedade espanhola era já comparável à de outros estados da Europa Ocidental. Isto tendo em conta o seu grau de industrialização e terciarização económica. As taxas de urbanização tinham também sofrido um forte avanço, principalmente devido ao crescimento das sociedades médias.

Mudaram-se hábitos de consumo e o nível de alfabetização cresceu exponencialmente. Houve também forte impacto no desenvolvimento de crenças e valores da sociedade espanhola (Jimenez,2009). Acima de tudo, a partir de 1960, começaram a ganhar forma elementos formalmente associados a uma cultura política democrática. Alguns estudiosos afirmam que com o passar dos anos, foi crescendo o desejo social de superar as feridas deixadas pela guerra civil, procurando a reconciliação entre todos os espanhóis. Durante a última década do regime de Franco, grande parte dos espanhóis atribuía mais importância a valores como a paz, a estabilidade, a ordem, do que propriamente outros como a justiça, a liberdade ou a própria democracia. Segundo Powell (2006), até aos anos 70, mais de metade da população espanhola era apolítica, demonstrando forte indiferença. “Apenas uma pequena minoria desejava o estabelecimento de uma democracia e estava disposta a assumir grandes riscos para apressar a sua chegada” (Powell, 2006, p.7). A emergência dos valores democráticos ocorreu no contexto de uma ditadura autoritária de longa duração, estabelecida como resultado de uma sangrenta guerra civil. Havia, portanto, um forte desejo de evitar a todo o custo um novo conflito armado quando ocorreu a morte de Franco.

Ainda que o desenvolvimento socioeconómico durante o período franquista tenha garantido uma implementação bem-sucedida da democracia, esta não foi condição suficiente para a total democratização do país.

Seria importante referir que o povo espanhol teve também um papel preponderante ao longo do processo de transição. Foram muitos os reformadores civis, como lhes chama Agüero (2000), que foram fazendo as conversações com os militares, promovendo uma agenda política que visava a conciliação e o diálogo. O conhecimento e resposta tardia face à discussão dos assuntos, levou a uma contestação moderada por parte dos militares (Agüero, 2000). Isto porque, visto que o próprio Rei D. Juan Carlos tinha sido nomeado por Franco, os militares não viam razão para não continuar a servir o rei com a mesma dedicação e apoio prestados ao ditador. As medidas inicialmente tomadas pelo rei seguiam a mesma linha do franquismo.

Foi com o referendo de 1976 sobre a Lei da Reforma Política (LRP) e com os preparativos para as primeiras eleições democráticas competitivas, que os militares deixaram de fazer parte da constituição do Governo proposto e o panorama mudou. A LRP serviu como instrumento jurídico que permitiu articular a transição espanhola, do regime autoritário de Franco para um sistema constitucional democrático. Foi com as

eleições de 1977, que se pôde legalmente legitimar o sucessor do regime autoritário, o rei D. Juan Carlos. A presença dos militares no governo do rei dava-lhes a segurança de que nada correria de forma imprevista. A reunião que resultou na LRP e todas as iniciativas de mudança que a seguiram foram uma surpresa para os militares. Esta sucessão de eventos, como a legalização dos sindicatos e partido comunista e certas questões relacionadas com a elaboração da constituição, não deu aos militares outra alternativa senão aceitar todas as decisões tomadas pelos políticos:

Neste aspeto, e do ponto de vista dos militares, a transição da Espanha foi verdadeiramente um caso de democratização de surpresa. Era demasiado tarde quando os militares se deram plenamente conta da extensão da ruptura com o franquismo que a transição já representava. As pessoas em quem eles confiavam para manter as reformas dentro de certos limites acabaram por dar o golpe de misericórdia no franquismo (Agüero, 2000, p.59).

O processo de transição espanhol foi, naturalmente, muito marcado por influências do regime de Franco. Segundo Powell (2006) alguns autores defendem a ideia de que o governo do ditador estava já em crise mesmo antes da sua morte (Powell, 2006, p.12). Por outro lado, muitos outros defendem que a morte de Franco não modificou em nada a vigência do regime, que permaneceu incólume, razão pela qual se coloca muitas vezes o início da transição espanhola aquando da nomeação de Adolfo Suárez como presidente do Governo em 1976 (Powell, 2006). A morte de Franco não significou uma transição imediata, mas levou à proclamação de D. Juan Carlos como rei de Espanha, poucos dias depois. Nesse sentido, pode afirmar-se que ambos os eventos geraram uma dinâmica política radicalmente nova, razão pela qual parece razoável colocar o início da transição em novembro de 1975.

Da mesma forma que é controverso o momento exato do início da transição espanhola, também não existe consenso relativamente ao seu termo. Muitos estudiosos dizem que a transição ficou concluída no momento da aprovação da nova constituição democrática em Dezembro de 1978. No entanto, a mera aprovação da Constituição não ditou necessariamente o fim de transição, por várias razões. A definição de novas regras não garantiu de imediato a sua aplicação, tendo também surgido dúvidas sobre a capacidade dos primeiros governos democráticos em gerar novas políticas no que toca à organização do Estado. As várias contestações ao novo regime por parte de saudosistas da ditadura franquista levaram alguns estudiosos a afirmar que a transição espanhola só

se concluiu em Outubro de 1979, ano em que foram aprovadas por referendo os primeiros estatutos de autonomia da Catalunha e do País Basco. Por outro lado, ainda que o Unión de Centro Democrático (UCD) tenha sido o partido mais votado nas eleições desse mesmo ano, um acordo pré-eleitoral entre o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e o Partido Comunista de España (PCE) permitiu ao primeiro colocar os seus prefeitos à frente das cidades mais populosas de Espanha (Powell, 2006). Finalmente, alguns autores afirmam que o fim da transição apenas se operou com o fracasso do golpe militar de 1981, ou mesmo com a vitória do PSOE nas eleições gerais de 1982. Isto porque, segundo o Powell (2006), se entende que só a partir daí se conseguiram superar os grandes desafios que um processo de democratização. De facto, foi durante o governo socialista de Filipe Gonzalez que se pôs em marcha uma série de medidas importantes capazes de enfrentar a crise económica e facilitar a adesão à CEE e à NATO (Carmona, 1996).

Ainda que grande parte das transições democráticas sejam feitas “de baixo para cima”, o caso de Espanha foge à regra. Foi uma transição feita a partir “de cima”, iniciada pela elite civil. Robert Fishman (1990), por sua vez, define a transição espanhola como um exemplo de um processo democratizante iniciado pelos setores mais pragmáticos do regime, no qual as Forças Armadas e os funcionários da administração central desempenharam um papel muito secundário (Fishman, 1990). A curto prazo, isso teria facilitado o processo de democratização, mas posteriormente levaria o problema da coexistência desse Estado com um novo sistema político democrático, especialmente no que diz respeito às Forças Armadas. Por outro lado, é também dado forte protagonismo aos reformadores do regime, liderados pelo rei, ao mesmo tempo que subestimam o papel das organizações (Powell, 2006). Por fim, segundo a ótica de Donald Share e Scott Mainwaring (1986), a transição espanhola foi feita “via transação”, devido à debilidade das instituições franquistas, sendo que foi promovida não só de “cima”, mas também através da pressão “de baixo”, necessária para impulsionar e promover mudanças profundas (Share & Mainwaring, 1986). Para que se desse lugar a uma solução negociada, nenhuma das partes se poderia sobrepor à outra. Aliás, ambas só são compatíveis com uma ampla mobilização social, quando há elites políticas e sindicais com a vontade e capacidade necessárias para fazer frente a essa pressão “de baixo” com a evolução global do processo, que é precisamente uma das características mais positivas desta transição espanhola (Powell, 2006).

A fase de distanciamento do regime de Franco começou com a morte do ditador e só terminou com a nomeação de Suárez como presidente do Governo, em Julho de 1976. Os primeiros meses do reinado de Juan Carlos foram marcados pelas contradições internas do segundo governo de Arias Navarro (que não conseguiu apresentar uma proposta viável), bem como pela intensa pressão popular. A destituição do presidente desbloqueou o impasse produzido entre os mais moderados e os menos do regime cessante, facilitando um acordo (pelo menos tácito) entre eles em torno da Lei de Reforma Política.

Segundo Linz e Stepan (1996), o fenómeno de consolidação democrática espanhola ocorreu em três âmbitos. Começa por depender das atitudes tomadas. Neste caso, podemos falar em democracia consolidada quando a maioria da sociedade acredita que a democracia e as suas instituições são a melhor solução para governar a sociedade. Por outro lado, a conduta. Um regime democrático só se pode considerar consolidado quando nenhum ator social ou político, económico ou institucional utiliza mecanismos para criar um regime não democrático. E por último, o “estritamente condicional”. Um regime democrático também se consolida quando os conflitos gerados se resolvem através da lei estatal.

Muitos estudiosos consideram a transição espanhola como uma transição muito positiva. No entanto, há também aqueles que consideram que as falhas que hoje são identificadas no sistema político espanhol se devem à natureza do processo de democratização (Powell, 2006). É atribuída uma certa culpabilização ao carácter pouco disruptivo da transição, sendo muitas vezes descrito como um mero acordo entre as elites, sem a consulta da população, e à sombra de uma ameaça evolucionista, que teria levado a uma espécie de democracia para o povo, mas efetivamente sem ele (Powell, 2006).

Fazendo um breve balanço comparativo, seria interessante realçar que em Portugal, ao contrário do que aconteceu em Espanha, ainda que fosse grande o apoio aos partidos democráticos, o controlo do governo por parte dos militares impedia que a transição fosse feita de forma mais rápida. “Em Espanha, o controlo civil da agenda de transição, o apoio público das instituições democráticas emergentes e elevados níveis de união civil foram os fatores que, combinados, fizeram pender a balança a favor do sucesso da democratização” (Agüero, 2000, p.64). Por sua vez, o papel do rei acabou por beneficiar não só do apoio dos militares franquistas, como do povo apoiante de um

processo reformador. É importante referir que também dentro das Forças Armadas espanholas havia uma separação entre conservadores e progressistas (Agüero, 2000).

Ainda que com as suas disparidades estruturais e políticas, ambos os países conseguiram implementar democracias sólidas, ainda que “a um ritmo diferente e por vias muito variadas” (Agüero, 2000, p.51).

1. O papel dos *media* na transição

Tal como no caso português, a transição democrática espanhola não foi só uma transição política, mas dos próprios meios de comunicação e dos jornalistas (Carvalho, 2012). A morte de Franco e as consequentes alterações políticas e sociais deram oportunidade ao surgimento de novas publicações com “posicionamentos políticos favoráveis às mudanças que vinham sendo propostas pelo governo” (Carvalho, 2012, p.6,).

A forte censura dos meios de comunicação durante o governo de Franco tinha como principal objetivo garantir a legitimidade do governo que, através do próprio uso do jornalismo como instrumento político, funcionava segundo os interesses do mesmo. Os jornalistas, eram controlados e o seu trabalho foi também direcionado para o serviço do Estado. Por sua vez, a censura foi estabelecida através da Lei de Imprensa de 1938, uma das principais bases legais para tornar possível o rígido controlo da informação, limitando ao máximo a liberdade de expressão (Ortiz, 2000) Esta lei, submetia os jornais a um número de tiragens e páginas limitadas, à intervenção da escolha dos diretores das publicações, a própria regulação da profissão e consequente vigilância (Barrera, 1997). Muitas destas medidas encontravam-se também presentes na Alemanha Nazi, na Itália Fascista e no Portugal Salazarista (Carvalho, 2012). No entanto, apesar da censura ter sido criada nos primeiros momentos do regime franquista, já se tinham tomado algumas medidas para a sua liberalização. A Lei de Imprensa de Manuel Fraga Iribarne, de 1966, foi fundamental pois terminou com grande parte dos mecanismos de censura e controlo prévio (Carvalho, 2010).

Logo após a morte de Franco, em Novembro de 1975, a manutenção da censura e regulação dos meios de comunicação social por parte do presidente do governo Arias Navarro, revelou-se bastante difícil. Desta forma,

(...) apesar do relativo aumento da censura no primeiro semestre de 1976, principalmente por conta das críticas que os veículos teciam contra o governante, a repressão era uma prática que não condizia com o período transicional que havia iniciado após o final do franquismo (Carvalho, 2012, p.23).

Já em 1977 foi feita a modificação do artigo da Lei de Imprensa de 1966 onde estava decretado que apenas poderiam ser apreendidas publicações que “fossem contrárias à unidade da Espanha, que pudessem ser consideradas uma ofensa à Coroa ou pessoas da família Real ou que atentassem contra o prestígio institucional das Forças Armadas” (Fernández, 2000).

As últimas determinações relativas à liberdade de expressão contavam da própria Constituição espanhola de 1978, que aboliu grande parte dos mecanismos de censura e deu total direito à informação aos cidadãos espanhóis. Ainda assim, durante os anos de transição foram vários os processos jurídicos contra os jornalistas (Mallén, 1990). Por sua vez, o forte crescimento do número de meios de informação verificado até 1977, viu-se reduzido a partir dos anos 80 face a vários fatores, nomeadamente a “crise económica generalizada em Espanha, a falta de incentivos publicitários, o desinteresse dos leitores por assuntos políticos e o atraso tecnológico de antigos jornais” (Carvalho, 2012, p.24).

Não obstante, a crise da imprensa diária foi mais visível nos jornais que tinham surgido antes ou durante o franquismo. Isto porque, para além a falta de rentabilidade decorrente dos elevados custos de produção, a dificuldade de se definirem politicamente no período de transição foi também um obstáculo. Não obstante, este foi um momento de abertura para a criação de novas publicações, sem qualquer tipo de controlo do anterior regime (Carvalho, 2012).

O início do processo de transição foi também um momento propício para a criação de novos grupos de imprensa. Nos anos 80, foi inclusive possível a ampliação e atuação destes grupos noutros meios de comunicação social, tirando protagonismo às antigas empresas jornalísticas. Os grupos “Zeta, Grupo 16 e PRISA foram os principais responsáveis por conquistar, pouco a pouco, o público leitor e a publicidade dos três principais jornais espanhóis no início da década de 70: *La Vanguardia*, *ABC* e *Ya*” (Carvalho, 2012, p.25).

Montero et al (2008) afirmam que este foi um período em que eram visíveis as diferenças entre os jornais “velhos” e “novos”. Enquanto os primeiros se mostravam ainda conservadores, mantendo alguns traços franquistas, os “recém-chegados” tinham

posições mais perto do centro-esquerda e do nacionalismo (Montero et. al, 2008). A procura de identidade dos jornais espanhóis neste período de transição permitiu que aos poucos os “novos integrantes no círculo da imprensa fossem adequados à nova realidade político-social espanhola” (Carvalho, 2012, p.26,). Face a isto, começaram a surgir jornais que se posicionavam a favor de uma reforma do antigo sistema político, apelando à democracia. Segundo Carvalho (2012), este apelo pode ser visto não só como uma posição política, mas também como a necessidade de defesa da liberdade de expressão e de informação jornalística.

Ainda que tenham ganho bastante independência política, os jornais viram-se submetidos às pressões do negócio e obrigados a construir uma identidade específica capaz de chamar a atenção do público, de anunciantes ou dos próprios acionistas das grandes empresas jornalísticas. Foi assim que vários jornais conseguiram ser os grandes protagonistas da transição espanhola (Bourdieu, 1997). Foram também fundamentais para o questionamento de todas as possibilidades acerca do futuro de Espanha, proporcionando aos leitores debates e discussões capazes de o posicionar no centro do debate público, priorizando assuntos políticos, predominantemente democráticos.

O Jornal *El País* foi um dos grandes pilares do jornalismo neste período de transição. Foi em 1976, poucos meses após a morte de Franco, que o jornal publicou a sua primeira edição. A sua criação coincidiu com o início da transição e, por isso, acompanhou em tempo real as mudanças políticas, sociais, económicas e culturais do país, o que lhe garantiu forte prestígio junto aos eleitores (Carvalho, 2012). Neste sentido, o *El País* representou parte do processo de abertura democrática, tendo sempre apresentado os principais atores da transição (Adolfo Suárez, Rei D. Juan Carlos e as Forças Armadas) de forma coerente com a sua posição democrática (Carvalho, 2012).

2. A extrema-direita espanhola e o partido *Vox*

Durante muitas décadas, Espanha foi, tal como Portugal, um dos países que se destacou das tendências europeias por não ter nenhum partido de extrema-direita com relevância (Alonso & Rovira Kaltwasser, 2015). O sistema de partidos na Europa após a segunda Guerra Mundial surgiu num contexto onde as sociedades eram ainda pouco fluidas, com uma fraca presença dos meios de comunicação social, sobrevivência dos velhos valores estratificados e divisões ideológicas profundas. Estes elementos não se verificavam em Espanha nos primeiros anos após a morte de Franco e, conseqüentemente, com o regresso da democracia. Espanha era um país de classes médias urbanas, composta por setores heterogêneos, tanto em termos de educação, nível de vida e origem social (Carmona, 1996). “Esta sociedade era altamente permeável a novas mudanças principalmente no que toca à variação de atitudes e na orientação política” (Carmona, 1996, p.45). Desde 1977, o povo espanhol pôde exercer livremente o direito ao voto. Foram muitos os que se dirigiram às urnas, procurando estar informados relativamente às ofertas políticas existentes. Comparativamente com o resto da Europa, o consenso político existente em Espanha era muito superior, agindo os partidos em função de um objetivo comum, a implementação da democracia. A principal diferença, que também acabou por se esbater, era entre aqueles partidos que tinham apoiado a ditadura e os que tinham participado na oposição da mesma.

Durante o franquismo, os partidos políticos eram proibidos, principalmente os socialistas e comunistas, que eram alvo de uma intensa repressão. Operando na clandestinidade, conseguiram manter as suas estruturas durante a ditadura, ainda que de forma débil. O único partido político legal foi a *Falange Espanhola Tradicionalista y de las JONS*, depois renomeado de Movimiento Nacional.

Logo após a morte de Franco, os membros políticos pertencentes à ditadura estavam em reorganização, ao mesmo tempo que os partidos de oposição tinham ainda pouca visibilidade e seguidores. Depois da publicação da Lei da Reforma Política, foi permitida a legalização dos partidos de oposição PSOE e PCE. Segundo Carmona (1996), em 1977 estavam legalizados cerca de 13 partidos, sendo que a maior parte se inseria no grupo de “semioposição” (Carmona, 1996). No entanto, até à data de apresentação das candidaturas para as eleições desse mesmo ano, o número de partidos legalizados tinha subido para os 78, ainda que alguns tenham sido rejeitados. À exceção do PSOE e do PP

(Partido Popular), o número de apoiantes da maioria dos partidos era escasso (Carmona, 1996).

Relativamente à extrema-direita, apesar das suas diferenças, partilhavam um objetivo comum: continuar o regime ditatorial. Este grupo abrangia não só fascistas, como falangistas, fortes apoiantes do franquismo. Todos estes grupos representavam apenas uma minoria. No entanto, o Partido *Fuerza Nacional* mantinha um certo ativismo. Ainda que nem todos acreditassem nas mesmas ideologias, acabaram por formar a Frente Nacional, numa tentativa de articular posições políticas. Nas eleições de 1977 apresentou-se como *Alianza Nacional del 18 de Julio* (resultado do pacto entre a *Fuerza Nueva* e a *Falange Española de las JONS*), obtendo um número de votos muito pouco significativos. A fraqueza do partido de direita *Alianza Popular* deu à extrema-direita motivação para organizar uma coligação, a denominada *Unión Nacional*, na altura de votar a constituição em 1979 (aquando das Eleições Gerais). Conseguiu efetivamente angariar mais votos, mas o seu período de existência foi pouco duradouro. Em 1982, o apoio eleitoral à extrema-direita desapareceu, face à grande concentração de votos na AP-PDP, que nas eleições desse mesmo ano ficou em segundo lugar, apenas atrás do PSOE. Desde momento em diante, a existência da extrema-direita funciona meramente para marcar presença. A maior parte dos eleitores orientou o seu voto para a direita congregada em torno da *Alianza Popular* e posteriormente, do PP.

A direita em Espanha recebeu uma forte herança do franquismo e foi sempre bastante influenciada pela Igreja Católica. Assim, é perceptível que, no período de transição, se denotasse a falta de apoio eleitoral que tiveram os partidos conservadores. Foi também difícil para a direita espanhola criar um partido estável devido, sobretudo, à presença de direitas nacionalistas pouco ou nada interessadas num projeto total para o Estado. Como referido anteriormente, a direita em Espanha orientou-se principalmente à volta do partido *Alianza Popular* (AP), fundada em 1976. Uma das suas grandes proezas foi conseguir reunir antigos apoiantes do regime de Franco e inseri-las na política na política democrática. “A AP nasceu da fusão de sete grupos, sendo os líderes dos mesmos em todos os casos ministros de Franco (...)” (Carmona, 1996, p.56). Ainda que se pretendesse criar um partido moderno, o facto de grande parte dos seus membros serem identificados mais com o passado do que com as propostas reformistas constituiu um obstáculo à sua afirmação.

Em 1982, a Alianza Popular formou uma coligação com o partido PDP, aos quais se juntaram outros pequenos partidos, de dimensão regional. Esta coligação acabou por se tornar um êxito. Tal como refere Carmona (1996), a substituição da UCD pela AP-PDP em 1982 veio de alguma forma diminuir o grau de fragmentação dos partidos, mas aumentou a sua bipolarização.

Este bipartidarismo, bem acolhido pelos dirigentes conservadores, teve um efeito negativo sobre a referida formação, já que, face à eventualidade de uma possível subida ao poder da direita, o eleitorado denominado «progressista» (centro-esquerda) tendeu a concentrar o voto no PSOE (Carmona, 1996, p.58).

Deste 1982 que as eleições, que tinham lugar em Espanha, espelhavam uma preferência de voto no partido socialista. No entanto, aquando das eleições de 1993 o PSOE perde a sua maioria absoluta, dá-se uma mudança no sistema de partidos e todas as eleições posteriores mostram um forte crescimento do PP (Carmona, 1996).

Foi a partir de finais de 2018, inícios de 2019 que o *Vox* começou a ganhar certa relevância eleitoral e presença institucional. Desde tem crescido de forma galopante (Barrio et al, 2021).

O *Vox* é um partido político espanhol, criado em 2013, impulsionado por antigos militantes do Partido Popular (PP), o partido mais conservador de Espanha desde 1980 (Barrio et al, 2021). São eles Santiago Abascal, Jose Antonio Ortega Lara, Ignacio Camuñas Solís, José Luis González Quirós e Iván Espinosa de los Monteros. O partido foi fundado no contexto de uma intensa crise política e económica, de intensificação do independentismo e de escândalos de corrupção que afetaram fortemente o PP (Barrio et al, 2021). Foi grande a insatisfação que se gerou com o governo de Mariano Rajoy face às políticas seguidas em relação ao grupo terrorista ETA e com a sua posição face ao nível de autonomia das regiões espanholas. Este foi um momento estratégico capturado pelo *Vox*, que aproveitou a oportunidade para se apresentar como a resposta às múltiplas crises sobrepostas. O *Vox* conseguiu denegrir a imagem do PP sob a liderança de Rajoy, acusando-o de não ter conseguido responder de forma efetiva aos desafios postos à identidade nacional e à integridade territorial de Espanha (Barrio et al, 2021).

Desde a sua fundação que o *Vox* tem sido descrito como um partido populista de direita e até mesmo de extrema-direita. Ao contrário de grande parte dos partidos de direita radical que chamam a atenção pelas suas lideranças carismáticas, isso não se

verifica no *Vox*. O *Vox* desenvolveu-se ao longo dos anos por penetração territorial, através do recrutamento de um grande número de ativistas, na tentativa de criar uma identidade coletiva, e sem qualquer tipo de patrocínio institucional externo (Eliassen & Svaasand, 1975). É, acima de tudo, “um partido nacionalista, que defende fortemente a unidade da nação espanhola, o patriotismo, os símbolos e práticas culturais do seu país” (Barrio et al, 2021, p. 241). Defende a recentralização política do Estado Espanhol e mostra forte desdém pelas identidades e líderes nacionais de Espanha, da Catalunha, País Basco e outras regiões autónomas. Os principais inimigos do partido são aqueles que ameaçam a ideia de “Espanha por dentro” (Marcos-Marne et al., 2021, p. 4). Nesse sentido, assume-se também como eurocético, apoiando uma visão nacionalista e de defesa da soberania espanhola.

As ideologias que defende são de carácter conservador. É contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a comunidade *LGBTQ* e o movimento feminista. Neste sentido, partilha traços com o Partido *PiS*, na Polónia (Barrio et al, 2021). É contra a entrada de mais emigrantes no país, principalmente muçulmanos, tendo inclusivamente, apresentado a proposta de construção de um muro em Ceuta e Melilha, para defender o território espanhol. A nível socioeconómico, o partido identifica-se enquanto neoliberal, dando particular ênfase à redução de impostos e ao papel do Estado na economia e em programas sociais (Barrio et al, 2021).

Em 2017, a crise independentista na Catalunha e a crise migratória afetaram de tal forma Espanha que o *Vox* e o seu líder viram os seus militantes crescer de forma considerável. O partido acusa o Estado de ter beneficiado historicamente as províncias separatistas para acalmar os seus líderes. O momento alto do partido de ultradireita espanhol dá-se nas eleições regionais de 2018 na Andaluzia, onde conseguiu obter mais de 11% dos votos e 12 deputados regionais. Até esse ano, o *Vox* era um *outsider* político.

Os líderes dos partidos *Chega* e *Vox* seguiram uma trajetória política semelhante. Ambos começaram por militar na direita convencional, mas acabaram por decidir formar um partido mais radical. No entanto, como referido anteriormente, ao contrário de André Ventura, Abascal não é considerado um líder carismático, nem o seu partido é considerado um partido centrado no líder.

Santiago Abascal é licenciado em Sociologia. Nasceu no País Basco, região de Espanha muito marcada pelo separatismo, e conseqüentemente por ataques terroristas, e esteve desde muito jovem envolvido na organização de movimentos pela união nacional.

Em 1994 entrou para as fileiras do PP, e foi deputado regional entre 2004 e 2009. Em 2013 desvinculou-se do Partido, juntando-se então ao *Vox*. Poderemos encontrar em Abascal também uma inspiração no estilo de Trump, pelas frases icónicas de “Tornar a Espanha grande outra vez” e “O *Vox* veio para ficar”. Tal como Trump, o partido privilegia a comunicação através das redes sociais, tendo um discurso nacionalista e duro, relativamente à imigração, aos bancos e à comunicação social. O papel da internet e das redes sociais tem sido fulcral no seu crescimento institucional e para a criação da tal identidade coletiva necessária para recrutar e mobilizar ativistas para o partido. Segundo Barrio et al (2021), parte do sucesso inicial do partido deveu-se às redes sociais. Ainda que os *media* tradicionais lhes possam dar a visibilidade que pretendem, é nas redes sociais que angariaram e continuam a angariar seguidores e eleitores. Segundo estudos apresentados por Heyne e Manucci (2021) relativamente às interações dos partidos nas redes sociais, o Instagram é a plataforma onde o *Vox* tem tido mais sucesso e que, consequentemente tem priorizado enquanto plataforma de divulgação. O facto do Instagram ser uma plataforma jovem, a sua página consegue atrair uma grande percentagem de usuários jovens (Bernardez-Rodal et. al, 2020, p.3).

Os meios de comunicação e as redes sociais tiveram um enorme contributo para a ascensão e visibilidade destes partidos. O discurso “messiânico” de Ventura (Dias, 2020), assim como o insulto constante de Abascal aos seus adversários, constitui outro grande fator para este crescimento. O facto de ambos os líderes se terem formado em partidos da direita dominante pode tê-los ajudado a receber maior visibilidade e uma imagem menos estigmatizada dos *media* (Mendes & Dennison 2020). Nesse sentido, também poderemos afirmar que o papel dos *media* na legitimação dos partidos de direita radical nos países ibéricos tem certamente sido uma estrutura de oportunidades para ambos (Heyne & Manucci, 2021).

Os *media* são, ao mesmo tempo, o melhor amigo e o pior inimigo dos partidos de ultradireita (Mudde, 2021). Porque ainda que queiram mostrar o seu descontentamento face a partidos de direita tidos como extremistas, dão-lhes tempo de antena e páginas de jornal, contribuindo para despertar o interesse das pessoas. Cabe aos *media*, de forma geral, enquanto garantes da democracia, arranjar mecanismos que a protejam de políticas

extremistas ou que previnam a ascensão de populismos e que não sejam palcos da mesma. Não pode haver subjetividade, imparcialidade ou neutralidade no que toca a assuntos como estes que podem pôr em causa a liberdade de expressão de todos nós (Zelizer, 2019). É por isso importante vermos artigos de opinião na imprensa portuguesa que expõem diversos pontos de vista sobre o tema do populismo, não o tratando com leviandade e dando oportunidade à população de pensar e repensar, sobre os assuntos e criar as suas próprias opiniões. Como já foi visível no passado, e característico aquando da imposição de governos autoritários, estes movimentos ganham força em terrenos frágeis e conjunturas de crise e suspeitas sobre a vida política e os políticos. A grande questão prende-se então com o facto de que se a democracia liberal conseguirá continuar a dar resposta efetiva às necessidades da população que cada vez mais procura ver a desigualdade social esbatida. O silêncio democrático perde pontos face aos discursos eloquentes dos líderes em períodos de fragilidade social (Gouveia Júnior, 2021).

A lógica dos *media* e a lógica política estão cada vez mais em convergência, de forma a proporcionar aos leitores histórias emocionantes e controversas. Por sua vez, os atores políticos estão cada vez mais conscientes de como usar os *media* a seu favor para ganhar visibilidade. Stömbäck (2008) chama-lhe “auto mediatização” (Stömbäck (2008)). Pelo facto de haver mais escrutínio nos meios de comunicação social tradicionais (Fawzi 2019), os políticos dos partidos de extrema-direita têm uma confiança particularmente mais baixa nos mesmos, preferindo recorrer às notícias *online* (Tsfati 2010). O uso das redes sociais também tem impacto no desempenho eleitoral dos partidos populistas. Heyne e Manucci (2021) apontam dois principais motivos. O primeiro prende-se com o facto destas plataformas serem particularmente adequadas para a comunicação de mensagens populistas de direita radical, porque não há um controlo por parte dos *gatekeepers* da comunicação (Engesser et al. 2017). Por outro lado, políticos de partidos de direita radical utilizam nas redes sociais, principalmente o *Facebook* e o *Twitter* termos que não empregam em entrevistas políticas (Ernst, Blassnig, et al. 2019).

Não obstante, a informação e avanços políticos são aspetos fundamentais para que seja moldado e mobilizado o comportamento eleitoral. E sabemos que a desinformação política tende a beneficiar voluntária ou involuntariamente, partidos populistas de direita (van Kessel, Sajuria e van Hauwaert 2020). Daí também se verificar muitos apoiantes destes países de áreas rurais, menos instruídos.

André Ventura e Santiago Abascal não são mais uma exceção. Neste contexto, revela-se pertinente proceder a uma análise comparativa entre os *media* portugueses e espanhóis, procurando perceber a forma como têm feito a cobertura destes partidos. Isto porque foram países que seguiram, ao longo da história, uma trajetória política semelhante. Têm um sistema eleitoral semelhante, sofreram igualmente com a crise económica de 2008 e as consequências que dela advieram. O excepcionalismo ibérico acabou, mas nestes países, por alguma eventualidade, os partidos de direita radical poderão não se estabelecer por razões muito próprias. Aqueles que votaram no *Vox* podem optar por apoiar o PP *mainstream*, no caso de este tomar uma posição mais decisiva sobre a Catalunha, e o *Chega* só prosperará se o debate público continuar a girar em torno de questões culturais e não socioeconómicas altamente fraturantes, como no resto do continente. Como diz Marchi, num artigo para o jornal *Público*, o franquismo em Espanha e o salazarismo em Portugal não são suficientemente traumáticos para a recusa radical do *Vox* e do *Chega*” (Marchi, 2022). Votar em partidos de extrema-direita também revela uma enorme desconfiança e insatisfação para com as estruturas políticas e partidos tradicionais, como do próprio funcionamento da democracia (Betz 2002). O grande objetivo é então compreender, dentro das suas semelhanças e diferenças, a forma como efetivamente, passados anos dos seus regimes ditatoriais, os *media* fazem a cobertura destes países e como estes são descritos principalmente em momentos de eleições.

CAPÍTULO IV

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS *MEDIA* PORTUGUESES E ESPANHÓIS

1. Questões metodológicas e *corpus* de análise

Como pudemos concluir pela leitura dos capítulos anteriores, uma das principais funções do jornalismo é servir sempre da melhor forma possível o público, de acordo com os princípios democráticos (Zelizer, 2004). E nesse sentido, é igualmente importante percebermos de que forma é que o jornalismo influencia o processo eleitoral e as tomadas de decisão políticas. Sabemos que não é uma concepção nova, e que há muitos anos que se observam as ligações entre a imprensa, o público e a política. Mais não sendo, porque o jornalismo é visto como o “quarto poder” e o suposto guardião da democracia e defensor do interesse público (Zelizer, 2004).

Falando de forma ampla, a investigação sobre a dimensão política do jornalismo pode orientar-se em três sentidos (Serrano, 2006). O primeiro centra-se na interação dos jornalistas com as fontes. A segunda, centra-se na interação do jornalismo com o mundo político e com as audiências durante as campanhas eleitorais. São abordadas questões como a liberdade de expressão e o impacto das práticas jornalísticas no processo político (Serrano, 2006). Por outro lado, é também analisada a maneira é que o jornalismo afeta a democracia, sendo que poderá ser um veículo não intencional de propaganda política e partidária e que a agenda pública é influenciada pela agenda dos *media* (Graber et al., 1998). Tem de haver, por parte do jornalismo uma livre coerção política, transmissão de credibilidade, atuando como observador imparcial da atividade política em defesa do interesse público. A terceira dimensão prende-se com a descrição dos processos jornalísticos sob diferentes sistemas políticos. Trata-se de tipologias usadas e revistas durante muitos anos, que estabeleceram um modelo abstrato de avaliação da eficácia do jornalismo em diferentes contextos políticos. Os autores classificam os sistemas mediáticos de acordo com o sistema de governo dominante (Serrano, 2006).

Face ao impacto dos *media* e do jornalismo na sociedade, Blumler e Gurevitch (1995) afirmam que estes de alguma forma têm o poder de enaltecer ou enfraquecer partidos políticos, enquanto forças mobilizadoras dos cidadãos para a defesa dos seus interesses. Esta mudança pode ser principalmente visível durante as campanhas eleitorais, embora não se restrinja apenas a esses momentos. Há muitos autores que afirmam que

existe uma dependência dos políticos e dos próprios eleitores face aos *media* e às mensagens que eles fornecem. Terão os *media* posições-chave no campo político, especialmente na televisão e nos jornais, ou são os políticos que fazem de tudo para chamar a atenção dos jornalistas, utilizando estratégias políticas para disseminar as suas mensagens?

Face a análise da ascensão de partidos de direita radical em Portugal e Espanha, é-nos possível afirmar que o “excepcionalismo” ibérico chegou ao fim. Ambos os países deixaram de ser exceção à regra dos países europeus que têm representação parlamentar da direita radical (Heyne & Manucci, 2021). Pela primeira vez, desde o fim dos regimes ditatoriais de Franco e Salazar, partidos populistas ou de direita radical conseguiram obter representação nos sistemas políticos destes dois países ibéricos. Ainda que o sucesso dos partidos de ultradireita já fosse muito comum por toda a Europa, desde o seu regresso à democracia na década de 70, que Portugal e Espanha eram dois países considerados “imunes” a esta tendência. Ambos os países pareciam mostrar uma forte aversão e resistência aos partidos de direita radical (Alonso e Rovira Kaltwasser 2015). Não obstante, ambos seguiram praticamente o mesmo *timing* na ascensão destes partidos (*Vox* em 2018 e *Chega* em 2019), sendo que, nos dias de hoje estes já são considerados a segunda e terceira maior força política dos seus países, respetivamente.

Assim sendo, a atenção e preocupação dos *media* com a manifestação de movimentos de extrema-direita tem sido visível. No entanto, cada país tem uma forma diferente de noticiar, dependendo dos tópicos aos quais dão mais importância (o chamado *Agenda-setting*), qual a mensagem que querem transmitir, e de que forma é que o fazem. Assim sendo, a forma de transmitir a mensagem vai moldar também a forma como as pessoas pensam e constroem o seu pensamento crítico.

Na procura de respostas à pergunta “*Será que Portugal e Espanha estão a acompanhar a tendência antidemocrática que se espalha pela Europa?*”, e tendo já como base o enquadramento teórico dos capítulos anteriores, foi sentida a necessidade de analisar a imprensa portuguesa e a espanhola de modo a compreender a forma como são noticiados os partidos tidos como populistas ou de direita radical em ambos os países. O nosso estudo passará não só por uma análise quantitativa, que permitirá comparar a cobertura jornalística na imprensa portuguesa e espanhola, mas também uma análise qualitativa, que através da interpretação de indicadores nos apresentará conclusões significativas.

A abordagem metodológica escolhida para realizar o estudo quantitativo foi a análise de conteúdo. O objetivo é comparar a forma como é feita a cobertura jornalística dos jornais *Público* e *El País*. De acordo com o objetivo central, surgiram hipóteses delineadoras do estudo:

- i) Os jornais *Público* e *El País* assumem uma perspetiva semelhante na forma como descrevem os movimentos de ultradireita nos seus países;
- ii) É nos artigos de opinião onde se encontra maior criticismo face aos partidos de ultradireita;
- iii) Há temas abordados que não têm grande relevância política;
- iv) O jornal *El País* demonstra maior neutralidade que o *Público*.

A mostra selecionada para campo de observação contou com 150 notícias do jornal *Público* e do *El País* (75 notícias de cada jornal) relativas aos partidos *Chega* e *Vox* durante alguns momentos eleitorais, entre 2019 e 2022. A amostra selecionada compreende três períodos eleitorais diferentes. Em Portugal, são estes as eleições legislativas a 6 de Outubro de 2019, as eleições presidenciais a 24 de Janeiro de 2021 e as mais recentes eleições legislativas a 31 de Janeiro de 2022. Por sua vez, em Espanha, as eleições gerais de 28 de Abril e as de 10 de Novembro de 2019 e as eleições regionais de Leão e Castela, a 13 de Fevereiro de 2022. O período de recolha pretende incluir peças publicadas quinze dias antes e quinze dias depois do dia das eleições. Todas as peças foram recolhidas das plataformas digitais de ambos os jornais, através dos respetivos motores de busca. As notícias recolhidas no *Público* foram pesquisadas através das palavra-chave *Chega*, *André Ventura*, *Ventura*, *Legislativas 2019*, *Presidenciais 2021*, *Eleições legislativas 2022*. Já no caso espanhol, as palavras-chave foram *Santiago Abascal*, *Elecciones Generales*, *Vox*, *A-28*.

O principal objetivo deste estudo comparativo é perceber as diferenças e semelhanças da cobertura mediática portuguesa e espanhola relativamente à direita radical, assim como apurar se os jornais têm uma posição política marcada que influencie de alguma forma os leitores. A principal razão para a escolha destes dois jornais, *Público* e *El País*, prende-se com o facto de se tratarem de dois diários de qualidade com uma posição semelhante no espectro político e no sistema mediático. Para além disso, foram também tidas em conta as características históricas e editoriais de cada jornal.

Jornal *Público*

O Jornal *Público*, fundado em 1988, foi vendido pela primeira vez nas bancas em 1990. Fundado por um grupo de jornalistas ligados ao semanário *Expresso*, o novo projeto jornalístico contou com o apoio financeiro do empresário Belmiro de Azevedo. Procurou logo de início ser um jornal capaz de criar uma linha editorial muito própria, em formato tabloide, a cores e com duas edições simultâneas em Lisboa e no Porto. Para além de pertencer ao grupo *Sonae*, integra a associação *World Media Network*, de que faz parte também o *El País*. Só em 1995 foi criado o Público Online.

O Jornal *Público*, de periodicidade diária, é um projeto que diz, no seu estatuto editorial, estar em plena sintonia com a contemporaneidade. É assumidamente europeísta. Recusa-se a qualquer tipo de sensacionalismo e tenta responder às “motivações e interesses de um público global”. As suas opções editoriais não são hierarquizadas previamente. Prioriza a opinião pública informada e ativa, sendo esta uma ponta chave na manutenção da democracia. Trabalha para uma relação de rigor e transparência para com os seus leitores (Estatuto Editorial Público).

Jornal *El País*

O *El País* é um diário espanhol fundado em 1976 durante o período de transição democrática. É considerado o primeiro jornal assumidamente democrata, vindo preencher uma lacuna na sociedade espanhola. É propriedade do Grupo *PRISA* e é o jornal com maior tiragem em Espanha. Tal como o público, a sua plataforma *online* data dos anos 90.

No seu estatuto editorial, o *El País* garante a independência, a qualidade e o rigor na forma de noticiar. Caracteriza-se também por ser um jornal de tendência europeísta, defende a social-democracia pluralista e destaca-se por dar grande relevo a informações de âmbito internacional e temas relacionados com a cultura e a economia espanhola. Admite não ceder a qualquer tipo de pressão política, económica ou ideológica que possa de alguma forma comprometer a informação apresentada. Ainda no Estatuto Editorial, é afirmado que o conteúdo é apresentado de forma que o próprio leitor, após o contacto

com a informação consiga formar o seu próprio critério (*Estatuto de la Redacción El País*, 1980).

2. Definição das categorias de análise

Uma vez definida e reunida a amostra, foram estabelecidas categorias de análise que permitissem uma análise detalhada das peças a fim de chegar a conclusões capazes de responder às hipóteses propostas.

A grelha de análise de tratamento das peças recolhidas dos jornais *Público* e *El País* foi realizada a partir de uma base de dados que com 10 variáveis contemplando não apenas a dimensão do conteúdo, mas também do discurso.

2.1 Variáveis de forma

2.1.1 Título da peça

Sendo o título da notícia a porta de entrada da mesma, este revela-se consideravelmente importante para compreendermos logo o assunto central da peça, e muitas vezes, o ângulo da mesma. O título pode, inclusive, influenciar os julgamentos do leitor relativamente à importância dos eventos noticiados. Assim, conseguiremos também analisar qual o jornal que deu mais visibilidade ao tema da direita radical nos países ibéricos e respetivos subtemas. Note-se, no entanto, que o destaque dado à notícia através do seu título pode não espelhar a sua verdadeira relevância.

2.1.2 Autor da peça e profissão

Ter em conta o autor da peça e a sua respetiva profissão ajudar-nos-á a compreender o porquê de o mesmo escrever à luz de certo ângulo ou ponto de vista político. Assim, será possível perceber, se, consoante as suas posições pessoais, os autores das peças em ambos os jornais as fazem transparecer. As peças assinadas atribuem certo grau de responsabilidade ao autor. Há também peças não assinadas, onde é o próprio órgão de comunicação que assume a autoria. Por vezes, as notícias são também retiradas de agências de notícias, como é o caso da agência Lusa.

2.1.3 Géneros jornalísticos

Os géneros jornalísticos são uma variável muito importante para analisar, nomeadamente quando se trata de averiguar qual o mais utilizado para falar sobre os líderes e partidos de ultradireita. Por outro lado, a análise deste indicador permite-nos perceber qual o nível de envolvimento dos jornais no tema em questão. Os artigos de opinião terão sempre um impacto mais significativo na nossa investigação, uma vez que, em nosso entender, mais intensamente espelham a visão dos participantes no jornal. Nesta categoria foram considerados os seguintes géneros: Notícia, Reportagem, Entrevista, Opinião e Editorial.

2.1.4 Dimensão da peça

O tamanho da notícia, de alguma forma, representa a profundidade com que se explora o tema. Quanto mais extensa, mais especificidades poderão ser apresentadas pelo texto. Assim, assumindo como medida uma página A4, agruparam-se as notícias enquanto pequena (até uma página A4), média (até duas páginas A4) e grande dimensão (mais de duas páginas A4).

2.2 Variáveis de conteúdo

2.2.1 Tema principal

A variável *Tema* revela quais os tópicos que suscitam mais interesse ou preocupação por parte da imprensa portuguesa e espanhola. Ao mesmo tempo, é possível comparar em ambos os jornais os temas abordados e perceber os temas e ângulos de abordagem em que mais se foca cada jornal. É também através do tema que temos a perceção da forma como é feito o enquadramento daquilo que é noticiado, e como, conseqüentemente, são feitas interpretações. Tendo em conta a seleção da amostra, a maior parte das peças terá como temática principal os líderes e os partidos de direita radical. Será interessante perceber como divergem depois nas sub-temáticas e ângulo de abordagens.

2.2.2 Personagem central

A variável *personagem principal* pretende enunciar quem é a figura central das notícias: se os partidos, os seus líderes ou outro ator integrado na notícia. Pretende apurar-se se as notícias são escritas mais à volta de Abascal ou Ventura, ou se, ao invés, se centra nos seus partidos. Ou se, por outro lado, o destaque ao líder e ao partido é semelhante ao longo da peça. Após a leitura das notícias recolhidas, foi possível elencar quais os protagonistas das peças noticiosas:

Público: André Ventura; André Ventura e Partido *Chega*; André Ventura e outros líderes; Partido *Chega*; Partido *Chega* e outros partidos; Comunidade ciganas; Deputados do *Chega*; Outros.

El País: Santiago Abascal; Santiago Abascal e Partido *Vox*; Santiago Abascal e outros líderes; Partido *Vox*; Partido *Vox* e outros partidos; Comunidade imigrantes; Deputados do *Vox*; Extrema-direita; Outros.

2.2.3 Destaque dado aos partidos de ultradireita

A análise da relevância ou destaque dado aos partidos tem como objetivo conhecer, em cada peça, a forma como os partidos de direita radical são descritos e consequentemente intervenientes nas notícias (partidos políticos, por exemplo). Durante as eleições houve vários momentos em que foram feitas comparações entre partidos, e a descrição perdia a neutralidade quando referidos os partidos de ultradireita, tanto em Portugal como em Espanha. Assim, o nosso objetivo é analisar, a partir da amostra recolhida, o destaque conferido ao *Chega* e ao *Vox*, e as diferenças (ou não) de abordagem em relação às restantes forças político-partidárias.

2.3 Variável do discurso

2.3.1 Tom

Quando nos referimos ao tom, reportamo-nos à escolha de palavras e adjetivos utilizadas pelos jornalistas ou outros autores relativamente aos acontecimentos apresentados nas peças jornalísticas. O tom pode muitas vezes refletir a posição política do jornalista que voluntária ou involuntariamente se poderá refletir no discurso jornalístico. No presente estudo, a análise do tom das peças baseia-se principalmente nos eventos noticiosos selecionados, nas opiniões das fontes citadas e no discurso levado a cabo pelos jornalistas nos artigos de opinião. Foram definidas três categorias para a variável tom: Positivo, Neutro e Negativo.

O tom positivo refere-se a uma atitude de apoio ou elogio às personagens integradas nas notícias ou mesmo os eventos em causa. Deteta-se o recurso a palavras positivas que demonstrassem aprovação àquilo que está a ser mencionado.

O tom neutro pretende apresentar um carácter imparcial perante aquilo que está a ser descrito. Não se denota opinião ou posição política. Os eventos noticiados são descritos objetivamente, são utilizados adjetivos neutros e não são feitas críticas, positivas ou negativas.

O tom negativo, pode englobar notícias em que haja uma clara contestação aos movimentos de ultradireita e seus líderes, assim como acusação ou crítica por terem determinadas atitudes, e até alguma preocupação face ao seu crescimento. Dada a dificuldade em definir com precisão, esta categoria, consideramos três possibilidades para utilizar o classificador “tom negativo”: contestação, acusação/crítica e preocupação. Esta fórmula permite, em nosso entender, perceber com maior exatidão a mensagem que se pretende passar.

2.3.2 Fontes

As fontes utilizadas na construção das notícias são fundamentais para suportar argumentos, afirmações e posições muitas vezes defendidas nas notícias. Há uma articulação entre os *media* e as fontes que citam para construir uma forma de ver a realidade social. São assim selecionadas diferentes fontes para se apresentar diferentes

pontos de vista. As fontes escolhidas podem, de alguma forma, indicar-nos a posição política dos autores das peças e podem inclusive revelar-nos as inclinações políticas dos próprios órgãos de comunicação. Assim, no caso da cobertura dos movimentos de ultradireita, devemos identificar as fontes mais citadas, tendo também em conta as suas profissões e o que defendem, em termos políticos.

São consideradas fontes todas as personalidades citadas, mas também a origem das peças publicadas, sejam estas de uma agência de notícias, quer de um jornalista que dá a sua opinião voluntariamente. Neste trabalho apresentamos apenas a fonte dominante, ainda que em algumas peças seja mais do que uma fonte citada.

CAPÍTULO V

COBERTURA DE MOMENTOS ELEITORAIS PELOS JORNAIS PÚBLICO E EL PAÍS – Apresentação de resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados na análise feita às peças noticiosas. Como referido anteriormente, as notícias foram avaliadas através de 10 categorias de análise, divididas em três grupos: forma, conteúdo e discurso. Os indicadores de forma estão relacionados com a relevância dada à cobertura jornalística das ações levadas a cabo pelo *Vox* e *Chega* e respetivos líderes. São estes *Título da notícia*, *Autor da peça* e *profissão*, *Dimensão da peça*, *Géneros jornalísticos*. Os indicadores de conteúdo são *Tema* e *Personagem principal*. Já no que toca ao discurso, referimo-nos ao *Tom e Fontes*.

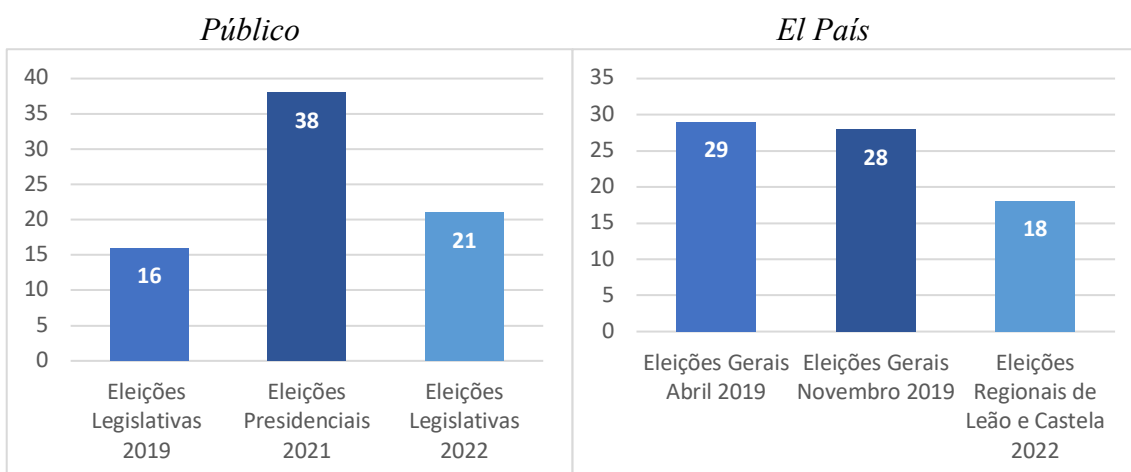


Fig. 1 e 2 – Número de notícias em cada período eleitoral no *Público* e no *El País*.

Primeiramente apresentamos as estatísticas gerais sobre o volume das peças jornalísticas recolhidas, durante os vários períodos eleitorais, em cada jornal. Face ao número total de peças jornalísticas selecionadas (150), podemos concluir que o jornal *Público* apresentou muito mais notícias sobre André Ventura e o seu partido durante os períodos das Eleições Presidenciais de 2021 (38). Já o *El País*, ainda que apresente maior homogeneidade, também deu mais foco ao *Vox* e ao seu líder durante as eleições gerais de Abril de 2019 (29).

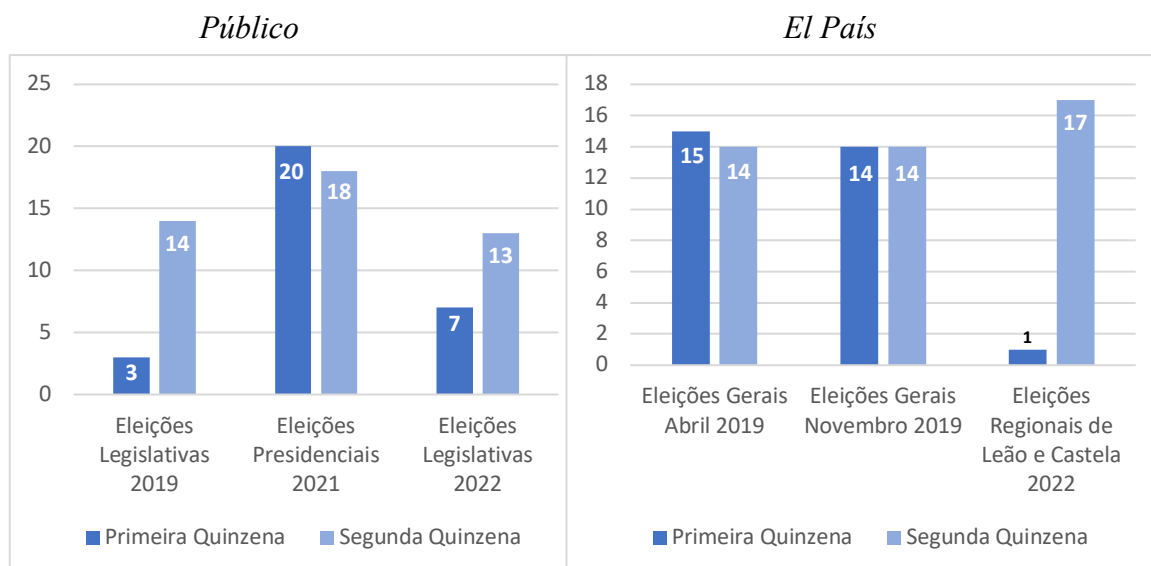


Fig. 3 e 4 – Número de notícias publicadas nas duas quinzenas analisadas (pré e pós-eleições).

Se procedermos a uma análise quinzenal, verifica-se que, no *Pùblico* nas duas semanas seguintes às eleições o fluxo noticioso é bastante superior ao das duas semanas anteriores às mesmas. Ou seja, no caso português, o período pós-eleições foi muito mais fértil em notícias sobre a ultradireita do que o período anterior ao dia eleitoral.

Já no caso espanhol, o *El País* apresenta diferentes coberturas jornalísticas nos diferentes períodos eleitorais. Nas eleições de Abril de 2019, o maior fluxo noticioso ocorreu na primeira quinzena, ou seja, no período pré-eleitoral. No que toca às eleições de Novembro de 2019, o número de notícias é idêntico antes e depois da realização do ato eleitoral, inclusive. Finalmente, no que diz respeito às eleições regionais, registam-se consideravelmente mais notícias nas duas semanas pós-eleições. Assim sendo, podemos concluir que, regra geral, o fluxo noticioso pré e pós-eleitoral foi semelhante em ambas as eleições gerais, mas algo discrepante nas eleições regionais.

Público

Relativamente ao jornal *Público*, foi possível fazer uma análise às várias peças noticiosas selecionadas. As notícias recolhidas foram encontradas a partir de palavras-chave como *Chega*, *André Ventura*, *Ventura*, *Eleições Presidenciais*, *Eleições Legislativas*. Pelo facto de as notícias terem sido encontradas no meio digital, através das palavras-chave acima mencionadas, não foi possível identificar o seu lugar de destaque no jornal. Após a leitura e análise cuidada das setenta e cinco notícias selecionadas, foi possível retirar algumas conclusões.

Título da peça

Para compreender a mensagem presente, ou que se pretende passar por parte dos jornalistas, recorreremos à análise do tom da peça, mas também à análise do título das mesmas. Nos artigos de opinião recolhidos, assim como noutras peças, o título tende a sugerir, logo à partida uma posição negativa de quem escreve face a André Ventura e ao Partido *Chega*. São exemplos disso “*O germe do fascismo*” (Pisco, 2021), “*Esclareça-se: a minha simpatia por Ventura é zero*” (Tavares, 2021), “*Vírus Ventura*” (Salazar, 2021), “*Ventura é pechisbeque político*” (Marques, 2021), “*Não têm lugar à mesa de uma democracia*” (Soares, 2022). Entre os autores destas peças encontramos jornalistas, economistas, figuras políticas de partidos de oposição, advogados.

No entanto, muitos dos títulos dos artigos noticiosos selecionados têm também um carácter negativo face ao partido ou ao seu líder, demonstrando, em alguns casos, o descontentamento ou preocupação também por parte de outras figuras políticas. Vejam-se a este respeito, peças como “*Já só há três países sem extrema-direita na UE. Ontem, Portugal deixou de ser um deles*” (Gomes & Barata, 2019), “*Entrada de extrema-direita no Parlamento deve alarmar partidos*” (Borges, 2019), “*Insulto não diz nada sobre as mulheres, mas tudo sobre Ventura, defende Marisa Matias*” (Lusa, 2021), “*Pela primeira vez em 40 anos há um populista com dois dígitos, avisa Paulo Portas*” (Lopes, 2021).

Autor da peça e profissão

Relativamente às variáveis *autor da peça e sua profissão*, é importante referir que no *Público* apenas oito peças não estão assinadas por nenhum autor, tratando-se de peças transcritas da agência noticiosa Lusa.

Identificar a profissão do autor das notícias é igualmente importante para termos algum contexto de quem é, e quais as suas possíveis posições e ideologias políticas, que o farão ser pouco imparcial face ao tema dos movimentos de ultradireita em Portugal.

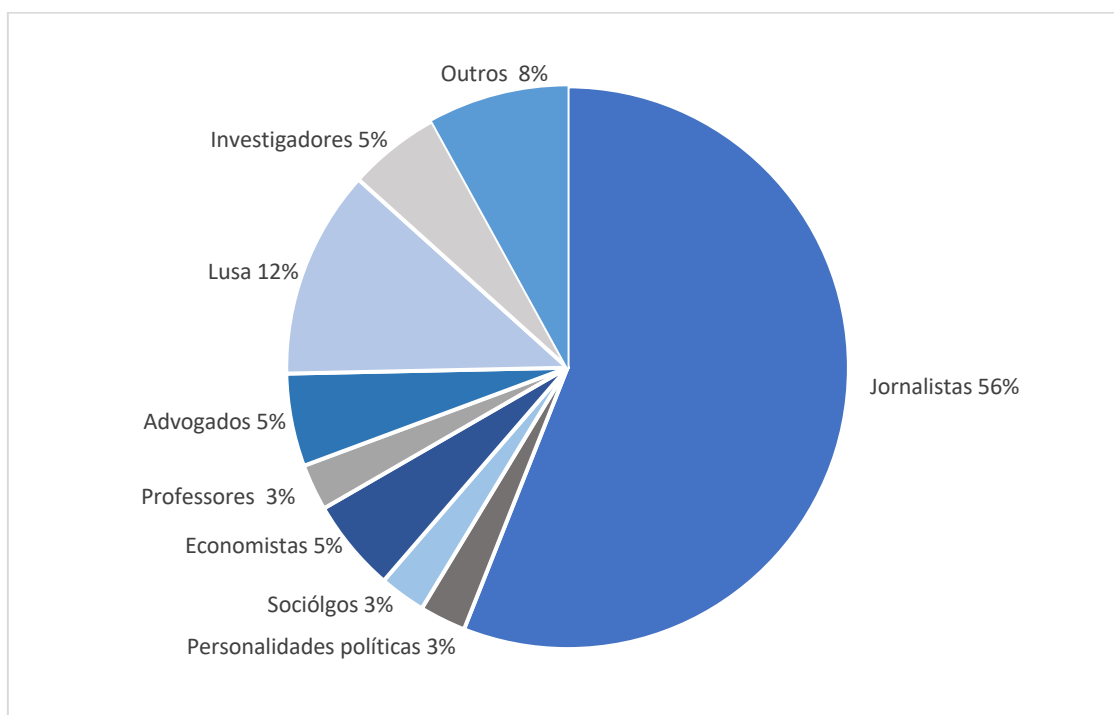


Fig. 5. Principais autores das peças (*Público*)

Em cada uma das notícias recolhidas foi identificada a profissão dos autores, sendo que a percentagem de jornalistas é consideravelmente superior à dos restantes redatores (56%). Ainda assim, é possível identificar notícias transcritas da agência Lusa (12%), notícias redigidas por advogados (5%), investigadores políticos (5%), economistas (5%), personalidades políticas (3%). Estes classificadores foram construídos pela forma como o autor das peças se identifica, ou é identificado pelo próprio jornal. A procura de especialistas ou outros atores políticos para falar sobre esta temática revela a

preocupação do jornal em proporcionar aos seus leitores um maior nível de profundidade e conhecimento face ao tema apresentado.

Nas setenta e cinco notícias recolhidas, são identificados quarenta e cinco autores diferentes, ainda que algumas peças sejam assinadas por dois ou mais intervenientes. Há, no entanto, jornalistas que se destacam pelo número de peças que escrevem, como é o caso de Maria Lopes (12). No que toca aos artigos de opinião, destaca-se no jornal português João Miguel Tavares (4). A identificação do autor em cada peça representa de alguma forma a responsabilidade que lhe é atribuída pelo que é escrito.

Géneros jornalísticos

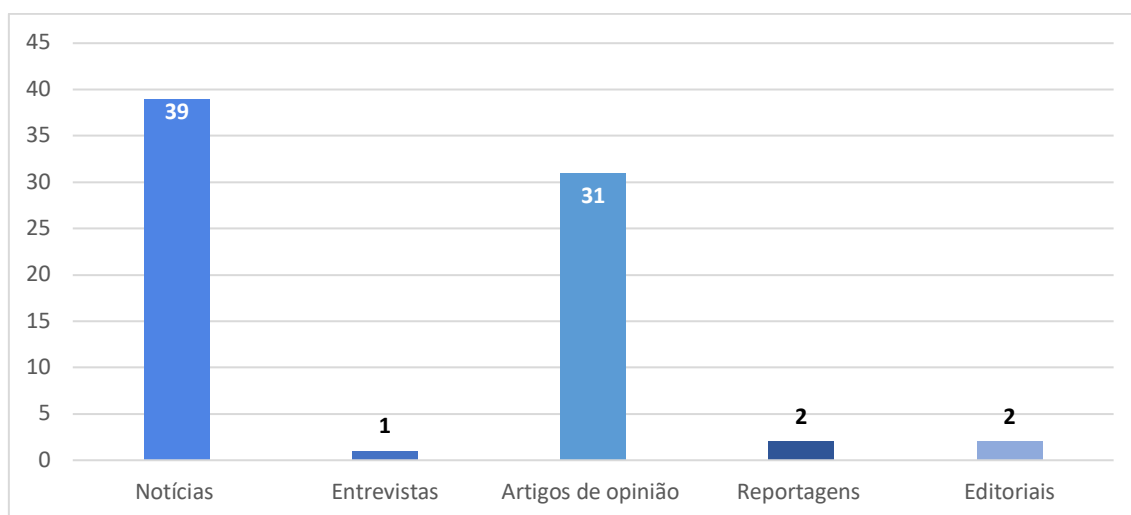


Fig. 6. Géneros jornalísticos (*Público*)

Ao analisar as peças jornalísticas, foi possível organizá-las por géneros. Das setenta e cinco peças recolhidas foram encontradas notícias (39), reportagens (2), entrevistas (1), editoriais (2) e artigos opinião (31). Estas peças foram recolhidas do jornal *Público* em diversas categorias como *Eleições Legislativas*, *André Ventura*, *Chega*, *Presidenciais*, *Reportagem*, entre outras.

Há claramente um maior número de notícias e de peças de opinião, principalmente sobre o Partido *Chega* e o seu líder. No que toca aos artigos de opinião, poderíamos destacar a secção do jornal *Público P3*, mais direccionada para os jovens da geração Z, apresenta artigos que funcionam como espaço de comentário. Os autores participantes na rubrica, apresentam nos factos nas suas peças, que de alguma forma denotam traços da

sua posição relativamente aos assuntos em questão. É o caso da rubrica *O Doutor Explica as eleições* e *Megafone*, onde se abordam variados temas, de um ponto de vista político e económico de direita, marcados por alguma sátira.

Dimensão da peça

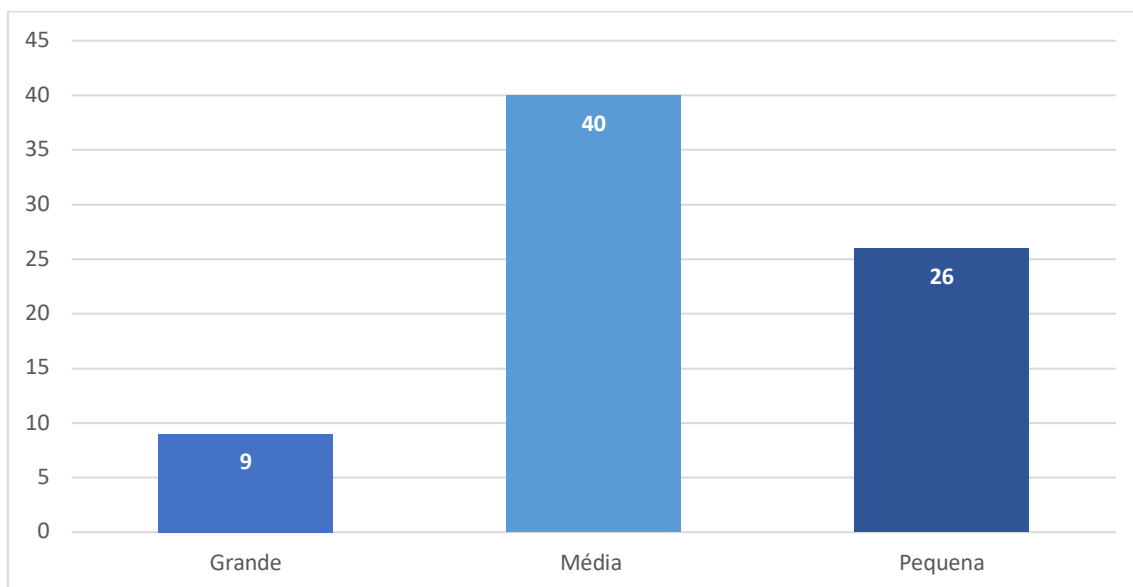


Fig. 7 – Dimensão das peças (*Público*)

A variável *dimensão da peça* é um critério de análise importante para sabermos a relevância que o tema tem para que mereça um enquadramento mais aprofundado e pormenorizado. A dimensão da peça caracteriza, portanto, a importância da notícia e, consequentemente o seu valor noticioso. No caso português, tomando como referência o tamanho de uma página A4, a maioria das peças tem uma dimensão média (53%), não passando as duas páginas. Também há uma tendência para a publicação de notícias mais curtas (26), com conteúdo igual ou inferior a uma página.

Tema principal e subtemas

O objetivo principal do nosso estudo é ter a percepção de como são noticiados os movimentos de ultradireita em Portugal. Assim sendo, dentro dos grandes temas principais, há vários subtemas abordados durante todo o período analisado. A variável *Tema* é fundamental para perceber quais as temáticas tidas como mais relevantes para serem noticiadas, assim como consideradas de interesse comum. Os temas escolhidos pelo jornal e a forma como são descritos vão permitir que os leitores façam as suas interpretações dos eventos sociais. Dos subtemas apresentados, destacam-se:

Eleições Legislativas 2019: Eleição de um deputado de extrema-direita na Assembleia da República; O crescimento da *extrema-direita* em Portugal e no mundo; Propostas feitas por André Ventura; Discriminação à comunidade cigana.

Eleições presidenciais 2021: Manifestações de desaprovação pela presença de Marine Le Pen em Portugal durante a campanha eleitoral de Ventura; Momentos da campanha eleitoral de Ventura em várias regiões do país; Resultados eleitorais e “derrota” de Ventura face a Ana Gomes; O crescimento da direita radical em Portugal; O enfraquecimento do centro-direita em Portugal; Quem são os eleitores do *Chega*.

Eleições legislativas 2022: Quem conseguirá o terceiro lugar nas eleições; Quem são os deputados eleitos pelo *Chega*; O que diz Ventura e a importância de que não seja normalizado.

Personagem principal

A análise das peças selecionadas permitiu identificar que em 42% destas André Ventura é a personagem central.

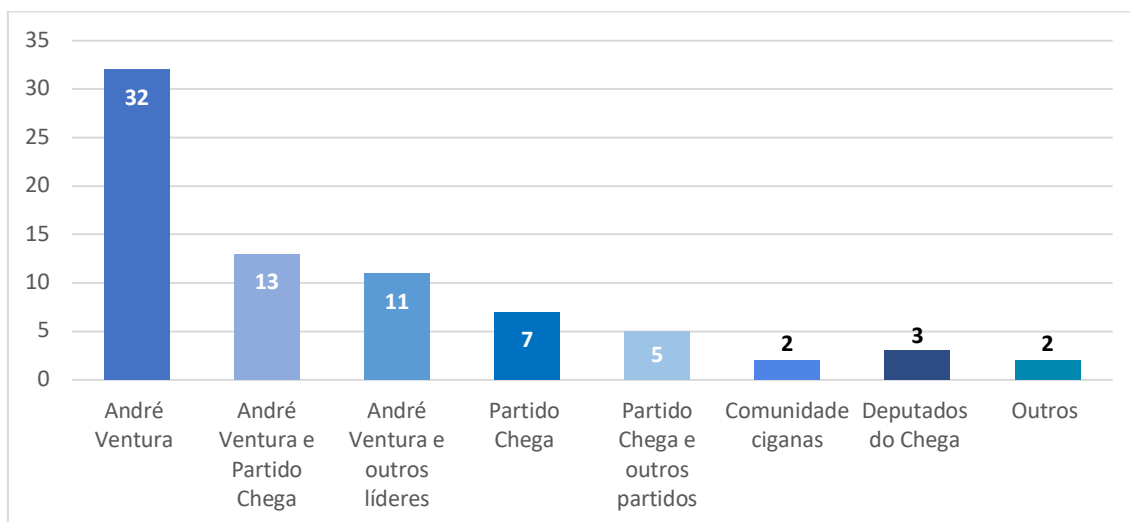


Fig. 8 – Personagem principal (*Público*)

Em treze peças é lhe dado o mesmo protagonismo ao líder e ao seu partido, e apenas em sete delas é dado ao partido mais protagonismo que ao seu líder. Estas conclusões permitem corroborar afirmações feitas anteriormente de que efetivamente o *Chega* depende em muito do seu líder, sendo que na maioria das notícias é Ventura o único membro do partido mencionado. É possível assim afirmar então que estamos perante o partido de um só homem.

Não obstante, são também bastante mencionados os partidos políticos PSD, PS e Bloco de Esquerda.

Destaque dado ao partido de direita

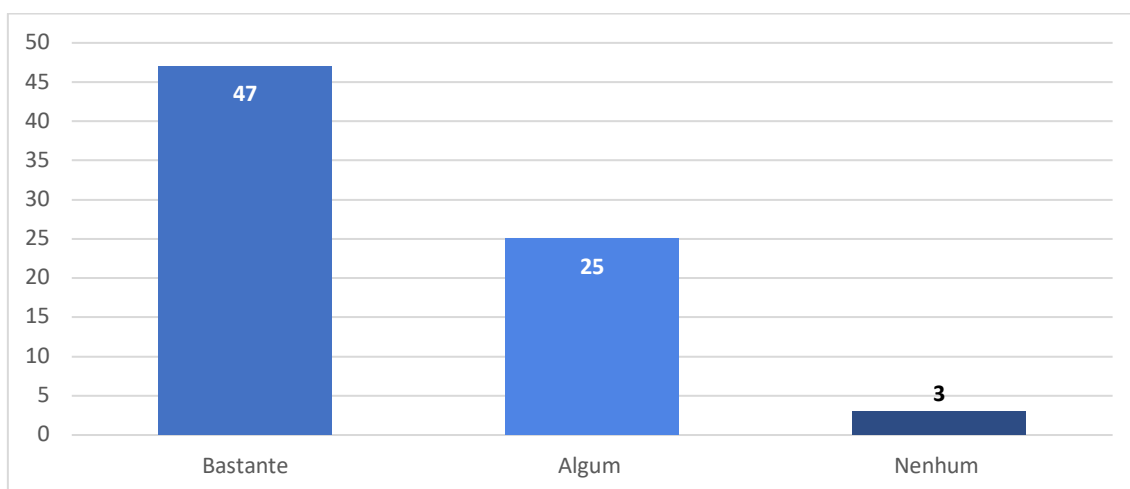


Fig. 9. Destaque dado ao partido de direita (*Público*)

Face ao *corpus* recolhido, foi possível perceber qual o destaque dado ao partido *Chega*. Face ao gráfico representado acima (fig.9) é possível perceber que grande parte das notícias recolhidas dá bastante destaque ao partido. Seja no que toca à preocupação que o partido gera por ter chegado à Assembleia, quer a posição do partido nas campanhas eleitorais, os resultados que obteve, o perfil dos deputados eleitos. Ainda que se dê muito mais destaque ao líder do *Chega* do que ao próprio partido, este último é constantemente mencionado e a forma como é descrito é muitas vezes destacada em relação aos restantes partidos parlamentares.

Tom

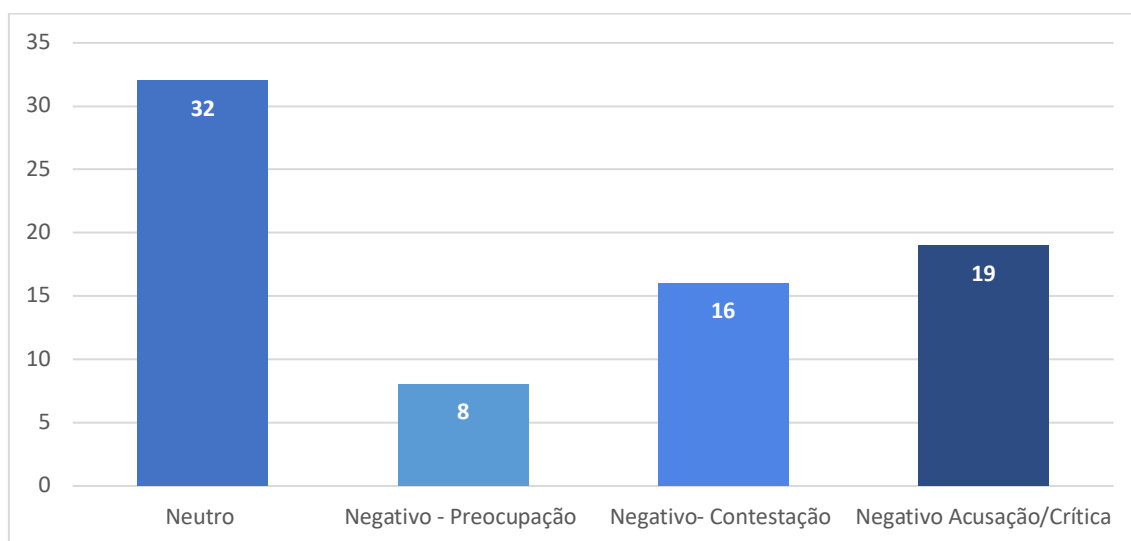


Fig. 10. Tom com que são escritas as notícias (*Público*)

A forma como a notícia é escrita e a entoação utilizada pelo jornalista revela muitas vezes a opinião ou posição do jornalista relativamente ao tema em questão. Podemos avaliar o tom das peças através dos três indicadores escolhidos: positivo, neutro e negativo (contestação, acusação/crítica e preocupação). Ao longo da leitura das peças foi possível identificar que, nesta amostra, não há nenhuma notícia que transpareça uma posição positiva ou de apoio para com o *Chega* ou com o seu líder. A percentagem de notícias de carácter neutro é ainda considerável (43%). No entanto, grande parte das notícias, na sua maioria de carácter opinativo, demonstram uma posição negativa. Há notícias que demonstram uma clara preocupação (11%) não só com a ascensão da extrema-direita em Portugal, sendo que em apenas três anos a sua representação na Assembleia passou de 1 para 12 deputados, mas também no resto da Europa: “A eleição de um deputado de extrema-direita deverá alertar as restantes forças partidárias” (Borges, 2019), “Já sabíamos o quanto a democracia é um sistema frágil, mas estamos em risco de vê-la deteriorar-se se nada fizermos contra o vírus neofascista que a quer destruir” (Estanque, 2021). Há também notícias, apresentadas em tom de crítica e acusação (25%) direccionadas tanto a André Ventura como ao seu partido. São exemplos disso frases como: “Ele não é de extrema-direita por convicção. É de extrema-direita por oportunismo. O que só o torna mais perigoso.” (Tavares, 2019), “Meio pedido de desculpas à

comunicação social” (Lopes, 2021), “É autor do insulto a Joacine Katar Moreira feito na porta do gabinete da deputada no Parlamento e de textos em sites de *fake news* de extrema-direita (...) cheios de mexericos, calúnias obscenas e propaganda ao *Chega*.” (referindo-se a Pedro dos Santos Frazão, deputado do *Chega*) (Reis, 2022), “É incómodo ter 12 deputados do *Chega* no Parlamento? Sim.” (Tavares, 2022).

Já as notícias escritas em tom de contestação (21%) dizem respeito a atitudes que geram controvérsia, nomeadamente propostas feitas pelo partido, momentos da campanha eleitoral que foram contra medidas de saúde pública face à pandemia da Covid-19, e o próprio crescimento do partido: “O recurso à estratégia de relativizar uma coisa atirando-lhe para cima um *sound bite* vazio atinge níveis inauditos quando se trata de relativizar o mal que vem ao mundo com a eleição do dito senhor.” (Rego & Telinhos, 2019), “Foi hora e meia de barulho quase ensurdecedor” (sobre a campanha eleitoral de Ventura em Leiria e na Batalha) Lopes, 2021.

Fontes

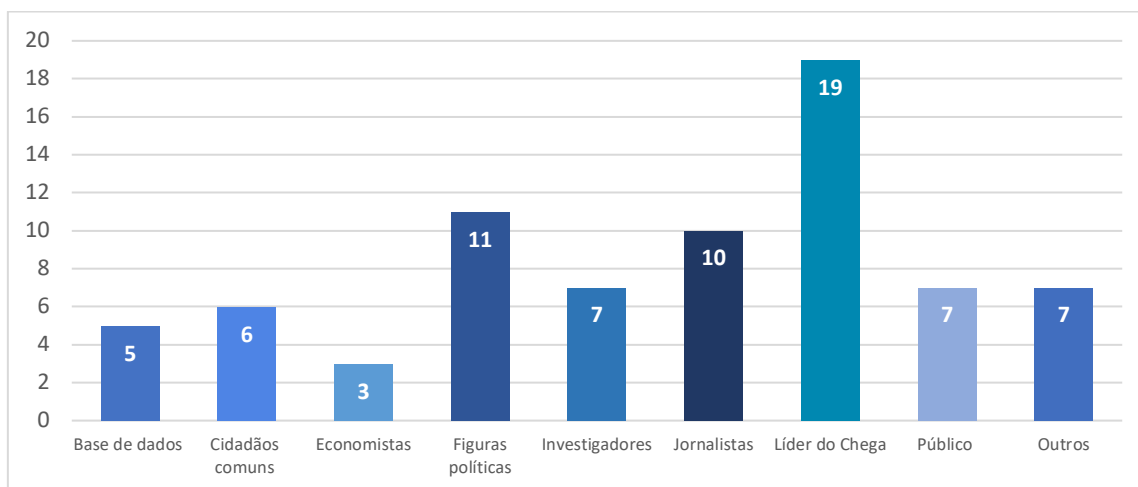


Fig. 11. Principal fonte citada (*Público*)

No que toca às fontes citadas e utilizadas por parte dos jornalistas, é notório que André Ventura é o principal recurso para suportar o que é noticiado sobre ele e o seu partido. Não obstante, também se observa o recurso a outras figuras políticas que falaram sobre o líder do partido em algum momento do período compreendido. Em todos os casos, os comentários feitos ou citados são negativos e mostram o desagrado por parte de outros

líderes perante o crescimento do Partido tido como de ultradireita. Alguns jornalistas recorrem a investigadores, cientistas políticos para falar do fenómeno e crescimento exponencial do partido *Chega* em Portugal. É o caso de Riccardo Marchi, Eduardo Lourenço, Elísio Estanque, Mariana S. Mendes, Cas Mudde ou António Costa Pinto, citados também durante todo o enquadramento teórico. Todos eles ligados ao estudo das democracias, de movimentos populistas e de ultradireita em Portugal e no mundo. O recurso a fontes seguras permite aos jornalistas suportar aquilo que escrevem e apresentar pontos de vista de investigadores credíveis.

Por sua vez, na maioria dos artigos de opinião, não há necessariamente recurso a fontes, pelo que passam principalmente pela visão dos jornalistas face àquilo que escrevem. Mostrar porque são importantes

El País

A recolha de notícias do *El País*, também se centrou em três momentos eleitorais. Tal como no caso português, a recolha de notícias foi feita a partir de palavras-chave. Foram estas *Elecciones Generales*, *10N*, *Vox*, *Santiago Abascal*. Esta análise.

Título da notícia

O indicador *título da notícia* tem, novamente, o objetivo de compreender a mensagem presente ou que se permite transmitir. Tal como no Jornal *Público*, podemos utilizar o título como indicador do tom com que as peças são apresentadas. O título com tom negativo predomina em grande número das notícias recolhidas. Temos exemplos de artigos de opinião como “¿Contra quién vas a votar?” (Amón, 2019), “Spain is not different (Anduiza, 2019) “Mentiras en alta Vox” (Gross, 2019), “Vuelta al pasado” (Llamazares, 2019) “El día que Vox decidió gobernar” (Monge, 2022), que são altamente sugestivos da posição pouco neutra dos autores das mesmas. Não obstante, não são apenas os títulos dos artigos de opinião que marcam logo uma posição relativamente ao que é noticiado: “Vox, la versión desmadrada de PP” (Cué, 2019), “Abascal, un tigre com piel de cordero (González, 2019), “Vox impide el acceso de los periodistas de PRISA a pesar de la resolución de la Junta Electoral” (*El País*, 2019) são exemplos de títulos de artigos não conotados como de opinião ou análise.

Autor da peça e profissão

A responsabilidade de um autor cresce ao assinar a peça que escreve, pelo facto de que, com a sua leitura, será construída uma realidade social.

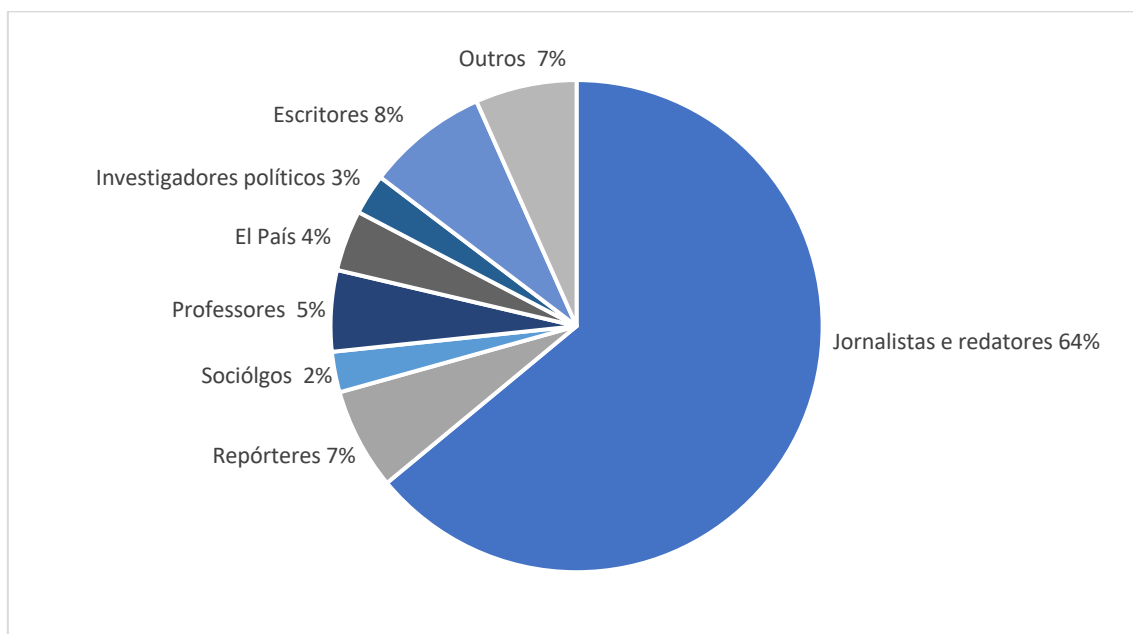


Fig. 12. Principais autores das peças (*El País*)

Relativamente a quem escreve a maioria das peças noticiosas e a sua respetiva profissão, podemos concluir que, tal como no caso português, os jornalistas são quem mais escreve para o jornal (64%), o que seria expectável. Os jornalistas representam mais de metade dos redatores. Não obstante, encontramos também artigos redigidos por escritores (6), professores universitários (4) e investigadores políticos (2). A categoria “Outros”, representada na fig.12 inclui, entre outros, a diretora do próprio jornal (Pepa Bueno), a conselheira de Espanha e a diretora de 40bd, uma base de dados espanhola. A escolha de investigadores e professores na área temática a explorar pretende dar um enquadramento mais científico daquilo que está a ser vivido na contemporaneidade. No total, foram identificados cinquenta e seis diferentes autores ao longo das setenta e cinco notícias recolhidas. Isto tendo em conta que há peças que são redigidas por mais do que um autor. É de realçar que apenas três peças não estão assinadas. Há um jornalista que se destaca no meio de todos, por assinar um total de onze peças. Miguel González é

responsável pela informação diplomática e política de defesa, Casa del Rey e *Vox* no *El País* e tem artigos publicados em todos os momentos eleitorais analisados.

Géneros jornalísticos

No que toca aos géneros jornalísticos, encontramos os mesmos também identificados no *Público*, com exceção dos géneros editorial e entrevista.

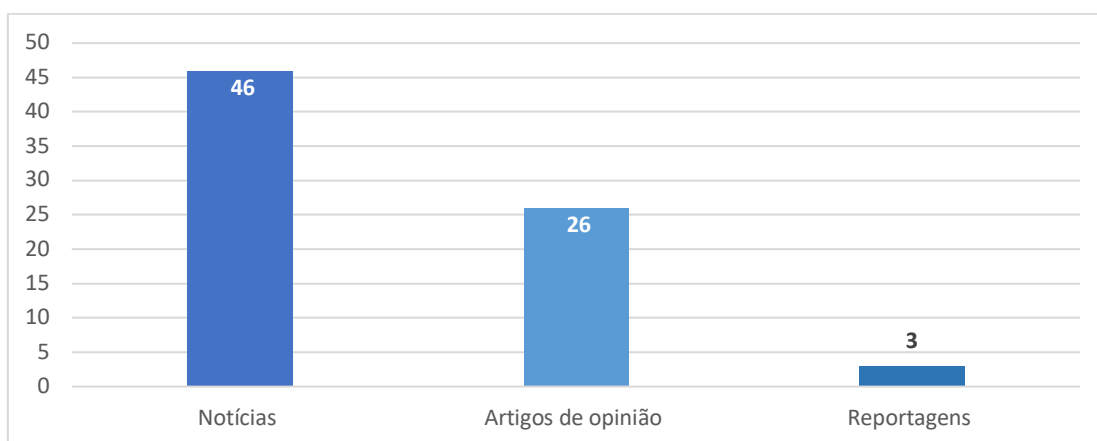


Fig. 13. Géneros jornalísticos (*El País*)

Assim sendo, foram encontradas quarenta e seis notícias, vinte seis artigos e opinião e 3 reportagens.

Contrariamente ao que acontece em Portugal, o número de artigos de opinião inseridos nos períodos eleitorais analisados, encontra-se em número bastante mais reduzido. Enquanto em Portugal estes representam 41% do total de notícias recolhidas, em Espanha esse número vê-se reduzido a apenas 35%. Dentro dos artigos de opinião foram também inseridos os artigos escritos dentro da categoria de *Análisis* no jornal *El País*, onde é especificada a sua função: “*Análisis, exposición didáctica de ideas, conjeturas ou hipóteses, a partir de feitos da atualidade comprovados – não necessariamente do dia – que se refletem no próprio texto. Exclui juízos de valor e aproxima-se mais ao género de opinião, mas diferencia-se do mesmo pelo que não julga nem faz previsões, formula apenas hipóteses, oferece explicações argumentadas e põe em relação dados dispersos*” (*El País*).

Dimensão

No *El País*, a tendência relativamente à dimensão da peça mantém-se semelhante ao caso português. As peças de dimensão média são predominantes (41). Também há bastantes peças de curta dimensão (24), mas as de maior dimensão contam com apenas dez peças.

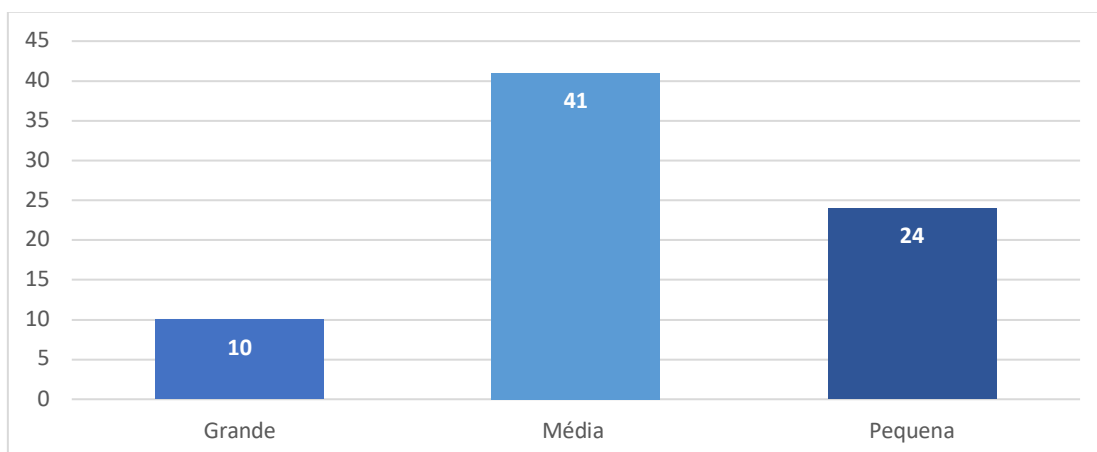


Fig. 14. Dimensão da peça (*El País*)

Tema principal

Sendo nosso objetivo estudar a ascensão da extrema-direita em Espanha e a forma como isso se reflete nos *media*, as notícias recolhidas versam sobre o *Vox* e o seu líder durante os três períodos eleitorais já acima referidos. Muito foi escrito sobre ambos durante este período temporal. Foi possível identificar subtemas que foram bastante explorados e que tiveram forte impacto no território espanhol, mudando de forma significativa o panorama político do país.

Eleições Gerais de 28 de Abril de 2019: A aversão de Abascal aos meios de comunicação tradicionais; Quem são os deputados eleitos pelo *Vox*; A ascensão da extrema-direita no mundo, e principalmente em Espanha.

Eleições Gerais de 10 de Novembro de 2019: As mentiras ditas por Abascal, O problema da imigração realçado pelo líder do *Vox*; Os confrontos entre os partidos tradicionais e *Vox*; A ascensão do *Vox*.

Eleições Regionais de Leão e Castela: O erro em repetir as eleições; A ascensão de Abascal e a eleição de 13 deputados na região de Leão e Castela.

Personagem central

Conseguir identificar a personagem principal da nossa peça dar-nos-á uma noção mais concreta de quem é que é o verdadeiro protagonista do movimento de ultradireita: se o seu líder ou o partido enquanto coletivo de pessoas.

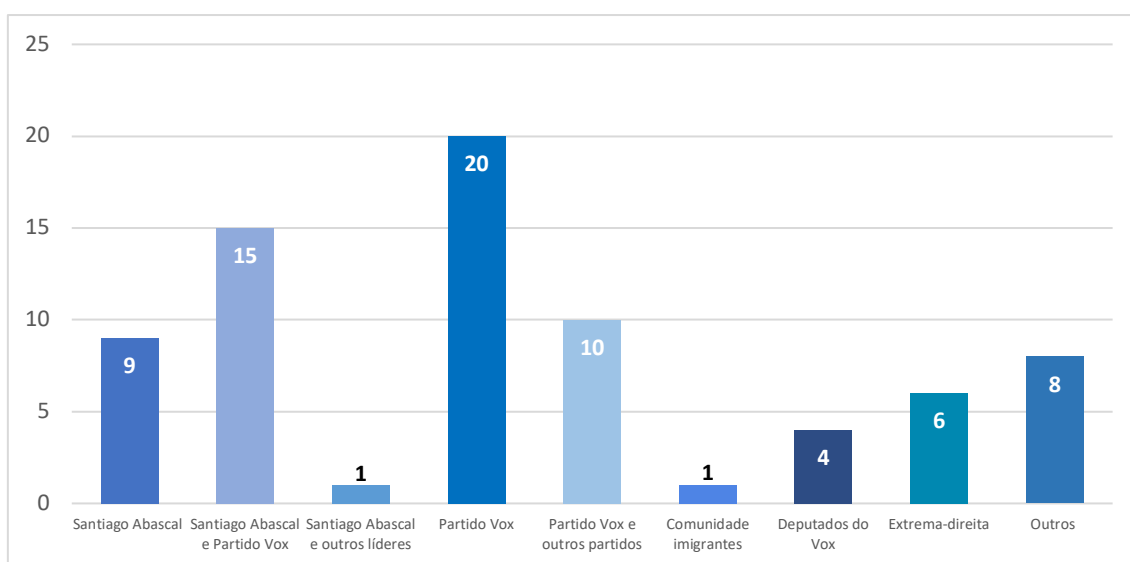


Fig. 15. Personagem principal (*El País*)

Analisadas as notícias, percecionámos que a personagem principal predominante é o Partido *Vox* (27%). Santiago Abascal, por sua vez, só aparece enquanto protagonista em 12% das notícias analisadas. Já 20% das notícias têm como protagonistas tanto Santiago Abascal como o seu partido. A atenção é bastante partilhada entre ambos, sendo que o partido *Vox* tem uma constituição sólida, não dependendo apenas da figura do seu líder. É interessante referir que em grande parte das notícias são também mencionados partidos como o PP e o Ciudadanos.

Destaque dado ao partido de direita

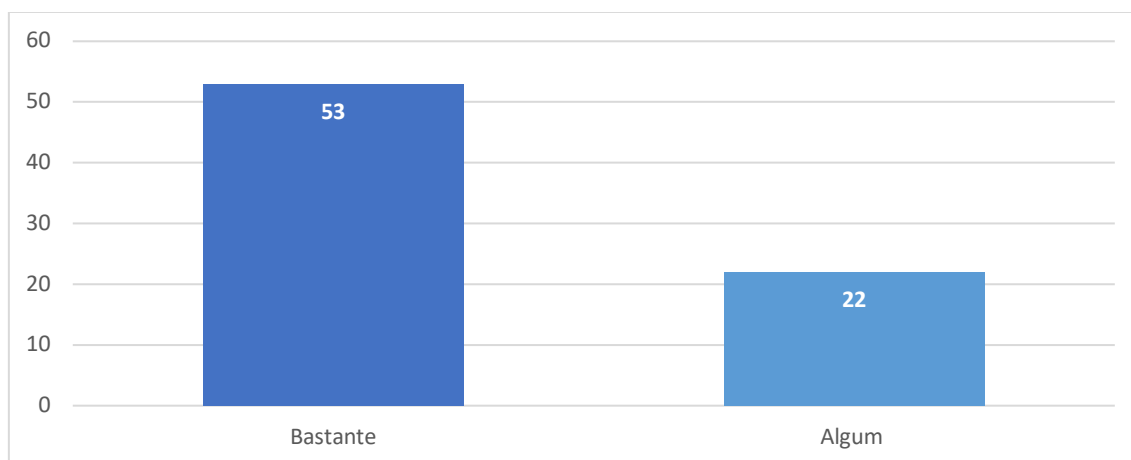


Fig. 16. Destaque dado ao partido de direita (*El País*)

Na sequência do indicador anterior, faz sentido então mencionar o destaque dado ao partido, muitas vezes priorizado face ao seu líder. Na amostra recolhida, não há nenhuma notícia que dê pouco destaque ao partido, contrariamente ao que acontece com o *Chega*. Apenas 29% das notícias apresenta apenas algum destaque ao *Vox*, o que significa que mesmo que não seja o protagonista, é sempre mencionado e lhe conferida alguma relevância.

Tom

O indicador que gostaria de apresentar, e o que na minha ótica tem a maior relevância para podermos responder à questão de partida deste estudo, é o tom com que são escritas as notícias. No caso do *El País*, a tendência revela-se a mesma do jornal português relativamente ao tom positivo. Não há nenhum autor que tenha alguma simpatia ou que demonstre algum apoio para com o partido.

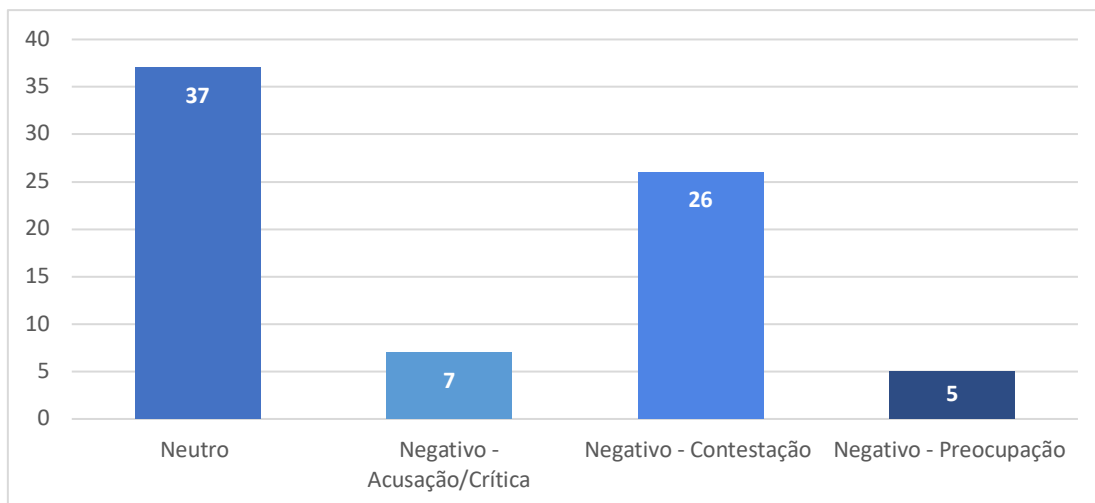


Fig. 17. Tom com que são escritas as notícias (*El País*)

A neutralidade está, por sua vez, bastante presente dos artigos noticiosos, sendo que representam 49% das notícias recolhidas. Nessas peças, o autor, ainda que possa abordar assuntos controversos que envolvam Santiago Abascal e *Vox*, apresentam uma cobertura neutra, sem recorrer a adjetivos negativos ou de reprovação. Limitam-se a retratar os factos tal como aconteceram, dando-lhes em alguns casos contexto. No caso das notícias com tom negativo, são várias as palavras que nos indicam acusação ou crítica, seja nos artigos de opinião seja noutros. Temos como exemplo “*selvagem*” “*irmãos furiosos*”, “*embriaguez patriótica*”, “*encorajamento vingativo*”, “*machista*”, “*xenófobo*”, “*mentiroso*”. No caso das notícias que mostram alguma contestação temos frases como “*Para Abascal, não há espaço para qualquer tipo de diálogo com os defensores da independência catalã e a única solução para a disputa catalã é a imposição da lei, por todos os meios.*” (González, 2019). No que toca à forma como apresentou algumas das suas propostas, foi escrito que “*Apesar de sua agressividade nos bastidores, não nas formas, Abascal suavizou algumas de suas propostas mais polémicas. (...) Pela primeira vez, concluiu com satisfação, pôde apresentar suas propostas "sem manipulação"; isto é, sem a mediação inquisitiva da imprensa.*” (González, 2019). No que toca às notícias com um tom negativo, que de alguma forma demonstram alguma preocupação, destacámos as seguintes frases: “*A extrema-direita pode bloquear o progresso em muitas áreas (...)*” (Altares, 2019), “*O 'Financial Times', a BBC ou 'The Economist', entre outros meios de comunicação internacionais, estão preocupados com*

o surgimento da extrema-direita na Espanha” (El País, 2019), “*A ascensão do Vox é uma notícia muito má para nossa democracia.*” (Barreiro, 2019).

Sendo a extrema-direita um fenómeno ainda em crescimento em Espanha, há grande incerteza relativamente ao rumo que esta tomará nos próximos anos. É certo que a tendência tem sido sempre de crescimento do número de apoiantes e votos ao partido *Vox*.

Fontes

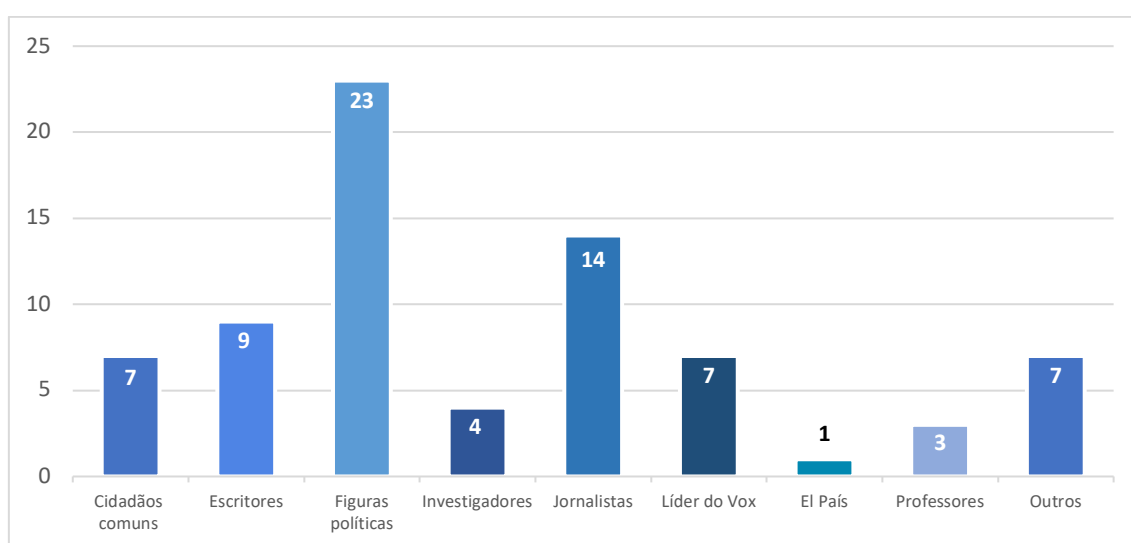


Fig. 18. Principal fonte citada (*El País*)

No que toca às fontes, o caso espanhol diverge um pouco do que acontece em Portugal. Recorre-se mais a figuras políticas para abordar o tema das eleições e menos a especialistas ou estudiosos. Enquanto em Portugal André Ventura é o principal citado nas notícias, em Espanha valoriza-se mais a opinião de diferentes membros do partido, assim como de membros de outros partidos políticos. Como referido acima, o *Vox* não é considerado um partido centrado no líder e isso também se reflete na forma como é noticiado, sendo frequente encontrar citações de outros membros do partido como Víctor González Coello de Portugal (vice-presidente do *Vox*), Magdalena Nevado (deputada do partido), Rocío Monasterio (presidente do partido *Vox* na Comunidade de Madrid), Ivan Espinosa de los Monteros (porta-voz do Grupo Parlamentar *Vox*; cofundador do partido), Ignacio Gil (deputado do partido em Valência) e Javier Ortega Smith (secretário-geral do *Vox*), entre muitos outros.

Análise comparativa da cobertura noticiosa

Feita a análise a ambos os jornais, resta-nos apresentar algumas considerações finais que resulta de uma leitura comparativa dos dados recolhidos.

Foram várias as semelhanças encontradas na cobertura noticiosa dos movimentos de direita radical em Portugal e Espanha.

No que toca ao fluxo de notícias relativamente a cada período eleitoral analisado, é interessante perceber que em Portugal foram encontradas mais notícias durante o período das Eleições Presidenciais, enquanto em Espanha essa tendência manifestou-se durante as Eleições Gerais de 28 de Abril de 2019 (ainda que com uma diferença quase nula da cobertura feita às Eleições Gerais de Novembro de 2019). Em Portugal, estes dados revelam que, de 2019 para 2021, a notoriedade do partido de direita radical aumentou, assim como a necessidade de passar aos eleitores informação sobre o mesmo. É também de notar que o fluxo de notícias, no caso português, é bastante mais intenso no período pós-eleições. Isto poderia significar que é maior a reação ao voto dos eleitores, do que a tentativa de mudar as suas convicções políticas.

Como seria de esperar, a maior parte dos autores das peças, em ambos os jornais, são jornalistas de profissão. Incluindo também os artigos de opinião, as notícias são construídas baseando-se em factos e citando especialistas na área e figuras políticas.

No que toca ao enquadramento das notícias, foi interessante perceber que o jornal espanhol, ao contrário do português, faz uma maior contextualização da informação. Não se limita apenas a enunciar o que foi dito por exemplo, pelo líder do *Vox*. Faz um pequeno enquadramento do contexto em que aconteceu. Além disso, a maioria das notícias são acompanhadas não só por imagens, mas muitas vezes também por um elemento de vídeo que funciona como um complemento ao texto. Não obstante, as notícias do *Público* são também acompanhadas por elementos visuais. É inclusive possível ouvir as notícias, visto que estão todas disponíveis em formato áudio.

Como foi possível constatar, o título de cada notícia tem um peso considerável naquele que poderá ser o tom estabelecido ao longo de toda a peça. E isto refere-se não só a artigos de opinião como a peças noticiosas. Há claramente uma forte indicação negativa em grande parte dos títulos das notícias recolhidas em ambos os jornais.

Mais uma semelhança encontrada durante a leitura das notícias foi que em ambos os jornais é mencionado o facto de os *media* serem acusados de dar demasiada importância àquilo que é dito por Abascal e Ventura. A forma de falar sobre ambos os

líderes é igualmente muito semelhante, utilizando os mesmos termos como “extrema-direita” ou “populista”, e fazendo-se forte evidência ao fim do “excepcionalismo ibérico”. O tom negativo nas notícias é maioritário e notório em ambos os jornais. Ainda assim, há jornalistas que afirmam ser fundamental falar do crescimento destes movimentos de direita radical e apresentar aquilo que fazem. Justificando que não há efetivamente outro assunto mais importante para discutir senão a política portuguesa, pelo facto de estarmos a assistir a uma forte reconfiguração do sistema de partidos quase desde o fim da ditadura. E não é por se falar menos ou inferiorizar André Ventura ou Santiago Abascal que estes deixarão de se manifestar.

Ainda assim, a percentagem de notícias de carácter neutro consegue ser superior no jornal espanhol *El País*, o que efetivamente vai de encontro à hipótese reformulada anteriormente.

Fazendo a ponte para o protagonista das notícias, é perceptível que no *Público* André Ventura é mais vezes mencionado que o partido *Chega*. No caso espanhol o mesmo não se verifica. O *Vox* é mencionado tantas ou mais vezes que Abascal, fortalecendo a ideia de que *Vox* não é um partido que se evidencia pela figura do líder, ao contrário de *Chega*.

Ambos os partidos têm demonstrado um crescimento notório nos últimos anos e isso reflete-se no número de deputados que vão elegendo a nível nacional e regional. O *Chega* passou de 1 para doze deputados, enquanto o *Vox* passou de 24 para 52. A preocupação demonstrada face ao crescimento dos mesmos é inerente e consideravelmente marcada em ambos os jornais.

CONCLUSÃO

A extrema-direita ou direita radical é um fenómeno que voltou a ganhar forte relevância não só em forma de partidos políticos, mas também na forma de outros grupos ligados à ultradireita. Tal como vários jornalistas têm vindo a afirmar, o jornalismo português não estava preparado para lidar com este fenómeno, deixando que este desgastasse de alguma forma a democracia portuguesa (Figueira, 2021).

Ainda que a amostra dos resultados, pela sua pequena dimensão, possa não ser necessariamente espelho da realidade, apresenta conclusões interessantes daquilo que sobre a cobertura mediática destes movimentos em Portugal e Espanha. A linguagem política levada a cabo pelos líderes populistas ibéricos tem-se destacado, naturalmente pela negativa, por se agarrarem a narrativas simplistas de soluções fáceis. As redes sociais são o seu grande alicerce e vieram também deteriorar o jornalismo. No entanto, estas plataformas não se tornaram só a principal fonte de informação, como também a principal fonte de desinformação e *fake news*, manipulação e propaganda política (RTP, 2019).

Nesse sentido, podemos dizer que o *Chega* e o *Vox*, juntamente com os seus líderes, podem ser vistos como uma ameaça à democracia e ao próprio jornalismo, veículo pelo qual se alimentam para disseminar notícias falsas e informação meramente opinativa, procurando, de forma dissimulada, normalizar socialmente o seu pensamento e ações (Figueira, 2021). A análise das notícias revelou que estes novos líderes políticos se aproveitam das instituições democráticas para crescerem e ganharem espaço nas assembleias. Tentam misturar-se na política *mainstream*, fazendo frente aos partidos de direita e centro-direita que se vêem desacreditados pelo povo. O *Chega* de André Ventura e o *Vox*, liderado por Santiago Abascal, têm, aos poucos, minando a confiança dos cidadãos nos *media* tradicionais, virando-se para os nichos criados nas redes sociais, onde não há qualquer tipo de filtragem ou escrutínio. Uma forte consequência deste fenómeno é a desconfiança encontrada frequentemente nas notícias, que se pensam distorcidas ou mesmo falsas por parte dos indivíduos. A desconfiança criada à volta dos meios de comunicação social é uma ameaça para a democracia, pondo em causa valores políticos e sociais.

No que toca ao futuro dos partidos de extrema-direita e direita radical em Espanha e Portugal, parece estar tudo ainda em aberto. No caso do *Chega*, é inegável que André Ventura é uma mais-valia para o partido. É ainda jovem, confiante, tem um forte impacto

nos *media*, aborda os temas políticos com clareza e pragmatismo. Estas características têm garantido a aproximação de pessoas vindas de diferentes contextos políticos. O mediatismo em volta de André Ventura desde as eleições autárquicas de 2017 determinou a forte personalização do projeto político. O discurso do partido é o discurso de André Ventura. Não há perspectivas futuras de um abrandamento desta personificação, visto que continua a garantir uma forte atração de apoiantes. Relativamente às próprias ideias do partido e ao seu programa político, este não reflete uma homogeneidade ideológica dos quadros, entre os quais, pelo contrário, existem sensibilidades diferentes, algumas mais, outras menos flexíveis quando ao liberalismo económico radical e à sua remodelação segundo as contingências e conveniências do crescimento do partido. Isto apresenta-se ao mesmo tempo como uma força e uma fraqueza. Por outro lado, ao contrário de *Vox*, o *Chega* não arranjou ainda uma questão específica para explorar, (como é o caso da unidade territorial em Espanha), o que o torna de imediato eleitoralmente mais fraco (Manuci & Heyne, 2021).

Por sua vez, o *Vox* tem sido uma muleta para o PP e Ciudadanos, que precisam dos seus votos para governar. Ainda assim, sendo considerado bastante moderado, o PP tem perdido votos para o *Vox*, tido por muitos como o único partido que garante a unidade territorial espanhola. Nesse sentido, tem sido um partido credível na formação de governos a nível regional. Abascal tem feito uma forte exploração de alianças com outros partidos ultraconservadores não só da Europa, mas também da América Latina. Continua a construir discursos baseados em palavras-chave para o seu eleitorado, captando a atenção de cada vez mais membros, principalmente jovens através das redes sociais.

No futuro estes partidos poderão vir a perder o apoio que conquistaram até agora, ficando na história como fenómenos passageiros, mas neste momento o seu sucesso mantém-se. O seu crescimento dever-se-á a vários fatores, nomeadamente a visibilidade dada pelos *media* tradicionais.

Assim, assumindo que chegou ao fim o tempo de habituação face à forma como se devem noticiar os movimentos populistas ou de direita radical da atualidade, é necessário, senão fundamental, que o jornalismo volte a ser o principal palco informativo e volte a ganhar a credibilidade que sempre ambicionou. Será necessária, por parte do jornalismo, uma maior vigilância, assim como uma maior exigência, critério e completude nas notícias (Figueira, 2021). Não deixa de ser um princípio democrático disponibilizar igual “tempo de antena” a todos os candidatos que pretendem chegar ao

povo. Mas e se esse tempo for usado para espalhar mentiras e potenciar o ódio a comunidades étnicas? Assim sendo, deve o jornalismo estar ou não do lado do conhecimento e da democracia? Isto, partindo do pressuposto que há valores inegociáveis e que o jornalismo tem o dever ético de defender. Sendo que é através do mesmo que a informação deveria chegar aos cidadãos, é fundamental que não sejam pactuantes com a normalização de um discurso que, por sua via, se disseminará facilmente. Isto não significa que os jornalistas tenham de, a partir de agora, demonstrar a sua opinião ou transpor os seus pensamentos relativos aos temas a abordar. O importante é que o jornalismo não transpore imparcialidade na negociação de valores e princípios, que inclusive estão presentes no código deontológico. Não se pode tratar de forma igual o que é desigual (Figueira, 2021). A democracia é diversidade, é podermos discordar e debater livremente, com o propósito de a melhorar, de a tornar mais justa e inclusiva, não de a destruir. O jornalismo tem de ter uma posição, mostrar que entende o que escreve e que não procura apenas visualizações e cliques. E, para tal, é imperativo que se faça uma boa filtragem daquilo que deve ou não deve ser noticiado e replicado inúmeras vezes. Se há informação que se pode aproximar do carácter sensacionalista, esta deve ser suportada pelo enquadramento correto, assim como apresentadas as suas incoerências e falsidades. Há que esclarecer a informação, e não apenas apresentá-la. O objetivo não seria nunca a censura, mas sim a defesa da democracia.

Ainda que o jornalismo seja um negócio e esteja a passar por uma crise já há alguns anos, é importante não esquecer que o seu objetivo primário não é o lucro. A sua função de informar tem um impacto muito forte na vida das comunidades e possivelmente afetará o seu futuro. Assim, fica a noção de que o jornalismo precisa de uma reestruturação e de encontrar novas formas de subsistência, deixando de forma o marketing e a publicidade, a gestão ou o estudo de audiências. Dar menos atenção mediática à extrema ou direita radical e focar a informação naquilo que realmente interessará a um maior número de indivíduos. Proporcionar temas que tragam um contributo positivo à democracia. Difundir alternativas políticas positivas, com base nas suas ideologias democráticas (Cas Mudde, 2019). A sociedade também tem de valorizar o jornalismo. Tem de haver um equilíbrio permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEÇAS JORNALÍSTICAS

PÚBLICO

Almeida, S. (2021, Janeiro 25) Marcelo ganha e consolida resultado, Ventura afirma-se e esquerda afoga-se. *Público*.

<https://www.publico.pt/2021/01/25/politica/noticia/marcelo-ganha-consolida-resultado-ventura-afirmase-esquerda-afogase-1947752>

Batista, S. (2019, Setembro 25) Chega pretende eliminar o cargo de primeiro-ministro. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/09/25/politica/entrevista/chega-pretende-eliminar-cargo-primeiroministro-1887751>

Borges, L. (2019, Outubro 8) Entrada de extrema-direita no Parlamento "deve alarmar partidos". *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/08/politica/noticia/entrada-extremadireita-parlamento-alarmar-partidos-1889207>

Botelho, L. (2022, Fevereiro 2) Chega e IL querem recuperar debates quinzenais, PS e PSD não cedem. Rui Rio recusa “espectáculo”. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/02/02/politica/noticia/il-vai-tentar-recuperar-debates-quinzenais-quer-mudanca-lei-eleitoral-1994033>

Carvalho, M. (2022, Janeiro 19) Um protagonista sem mérito. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/19/politica/editorial/protagonista-razao-merito-1992470>

Cerqueira, J. (2019, Outubro 11) A preocupação com André Ventura. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/11/politica/opiniao/preocupacao-andre-ventura-1889582>

Cortez, A. (2021, Janeiro 25) Explicar André Ventura ou um aviso à navegação. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/25/opiniao/noticia/explicar-andre-ventura-aviso-navegacao-1947784>

Costa, M. (2021, Janeiro 17) O Populismo ameaça a democracia? E a falta de educação? *Público*. https://www.publico.pt/2021/01/17/p3/noticia/populismo-ameaca-democracia-falta-educacao-1946288?ref=pesquisa&cx=page__content

Crisóstomo, P. (2019, Outubro 7) Iniciativa Liberal, Livre e Chega estreiam-se com eleição em Lisboa. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/iniciativa-liberal-livre-chega-estreiamse-parlamento-eleicao-lisboa-1889095>

Dantas, M. (2022, Janeiro 18) André Ventura admite não ter dados sobre casos de "subsidiodependência" em Portugal, uma das bandeiras do Chega. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/18/politica/noticia/andre-ventura-admite-nao-dados-casos-subsidiodependencia-portugal-bandeiras-chega-1992326>

Dantas, M. (2022, Janeiro 24) BE e Chega: o que separa as campanhas na luta pelo terceiro lugar? *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/24/politica/noticia/be-chega-separa-campanhas-luta-terceiro-lugar-1992860>

Dias, C. & Lusa (2021, Janeiro 10) Comunidade cigana de Serpa contra André Ventura. Líder do Chega manda manifestantes "trabalhar". *Público*. https://www.publico.pt/2021/01/10/sociedade/noticia/comunidade-cigana-serpa-recebe-protesto-andre-ventura-1945745?ref=pesquisa&cx=page__content

Estanque, E. (2021, Janeiro 26) Entre o medo e a ameaça. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/26/opiniao/noticia/medo-ameaca-1947868>

Franco, U. (2022, Janeiro 18) Foi você que pediu 7% para André Ventura? *Público*. https://www.publico.pt/2022/01/18/opiniao/opiniao/voce-pediu-7-andre-ventura-1992195?ref=pesquisa&cx=page__content

Gomes, M. (2022, Fevereiro 5) Dois deputados do Chega recém-eleitos acusados pelo MP do crime de desobediência. *Público*. https://www.publico.pt/2022/02/05/politica/noticia/dois-deputados-chega-recemeleitos-acusados-mp-crime-desobediencia-1994413?ref=pesquisa&cx=page_content

Gomes, M. & Barata, C. (2019, Outubro 7) Já só há três países sem extrema-direita na UE. Ontem, Portugal deixou de ser um deles. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/portugal-juntase-paises-ue-partidos-extremadireita-eleitos-parlamento-1889128>

Gorjão, J. & Pereira, F. (2019, Outubro 10) Em Elvas, o Chega "recolheu o ódio da população" contra os ciganos e ganhou votos. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/10/politica/reportagem/elvas-chega-recolheu-odio-populacao-ciganos-ganhou-votos-1889611>

Henriques, A., Dias, C., Rocha, D. (2021, Janeiro 25) "As pessoas não são de extrema-direita. Deram foi um grito anti-sistema". *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/25/sociedade/reportagem/pessoas-nao-sao-extremadireita-deram-grito-antisistema-1947896>

Henriques, B. & Duarte, S. (2019, Outubro 4) Dr. André Ventura: uma caixa de comentários que ganhou vida no parlamento? *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/04/p3/cronica/dr-andre-ventura-caixa-comentarios-ganhou-vida-parlamento-1888911>

Henriques, B. & Duarte, S. (2019, Setembro 26) Populismo ou a “grunhificação” do bom democrata. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/09/26/p3/cronica/populismo-grunhificacao-bom-democrata-1888011>
https://www.publico.pt/2022/02/02/politica/noticia/il-vai-tentar-recuperar-debates-quinzenais-quer-mudanca-lei-eleitoral-1994033?ref=pesquisa&cx=page_content

Loff, M. (2021, Fevereiro 2) A direita que passámos a ter. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/02/02/opiniao/noticia/direita-passamos-1948870>

Lopes, A., Moutinho, V., Pescada, C. (2022, Janeiro 31) Os vencedores e os vencidos da noite eleitoral. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/31/politica/noticia/vencedores-vencidos-noite-eleitoral-1993660>

Lopes, D. (2021, Janeiro 11) Um presidente de direita e um segundo candidato de extrema-direita? *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/11/opiniao/noticia/presidente-direita-segundo-candidato-extremadireita-1945770>

Lopes, D. (2021, Janeiro 15) A argamassa do Bem e do Mal de Ventura vem de muito longe. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/15/opiniao/noticia/argamassa-bem-mal-ventura-vem-longo-1946507>

Lopes, M. (2021, Janeiro 10) André Ventura eleva a fasquia: quer ter mais votos que a esquerda toda junta. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/10/politica/noticia/andre-ventura-eleva-fasquia-quer-votos-esquerda-junta-1945701>

Lopes, M. (2021, Janeiro 18) "Sou o único candidato que junta o Chega e o PSD", insistiu André Ventura. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/18/politica/noticia/unico-candidato-junta-chega-psd-insistiu-andre-ventura-1946909>

Lopes, M. (2021, Janeiro 20) A chuva que "abençoa" o combate de Ventura nas eleições "do bem contra o mal". *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/20/politica/noticia/chuva-abencao-combate-ventura-eleicoes-bem-mal-1947262>

Lopes, M. (2021, Janeiro 21) Caixas de pastilhas, uma garrafa, uma pedra e uma tampa: contra ou a favor de Ventura? *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/21/politica/noticia/caixas-pastilhas-garrafa-pedra-tampa-favor-ventura-1947415>

Lopes, M. (2021, Janeiro 22) Ventura: Marcelo "é cúmplice deste Governo e deve cair" com a queda de Costa. *Público*. https://www.publico.pt/2021/01/22/politica/noticia/ventura-marcelo-cumplice-governo-cair-queda-costa-1947589?ref=pesquisa&cx=page__content

Lopes, M. (2021, Janeiro 25) Ventura traça a fasquia de 15% para legislativas e avisa PSD: Não haverá Governo sem o Chega. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/25/politica/noticia/ventura-traca-fasquia-15-legislativas-avisa-psd-nao-havera-governo-chega-1947759>

Lopes, M. (2021, Janeiro 27) Ventura foi o candidato de partido "transversal" que captou o "voto de protesto". *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/27/politica/noticia/ventura-candidato-partido-transversal-captou-voto-protesto-1948071>

Lopes, M. (2021, Janeiro, 25) Pela primeira vez em 40 anos há um populista com dois dígitos, avisa Paulo Portas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/25/politica/noticia/primeira-40-anos-ha-populista-dois-digitos-avisa-paulo-portas-1947745>

Lopes, M. (2021, Janeiro, 29) Ventura acusa PSD e CDS de "bullying político" por excluírem o Chega das autárquicas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/29/politica/noticia/ventura-acusa-psd-cds-bullying-politico-excluirem-chega-autarquicas-1948517>

Lopes, M. (2022, Fevereiro 7) Chega na AR: um partido entre a exclusão e a inclusão. *Público*. https://www.publico.pt/2022/02/07/politica/noticia/chega-ar-partido-exclusao-inclusao-1994629?ref=pesquisa&cx=page__content

Lopes, M. (2022, Janeiro 27) Tudo em aberto. PS e PSD lado a lado na dianteira. IL, Chega e Bloco em terceiro. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/27/politica/noticia/aberto-ps-psd-lado-lado-dianteira-il-chega-bloco-terceiro-1993376>

Lopes, M. & Santos N. (2021, Janeiro 12) André Ventura diz-se alvo da comunicação social e afirma que PS é "um esgoto a céu aberto". *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/13/politica/noticia/ventura-dizse-alvo-comunicacao-social-afirma-ps-esgoto-ceu-aberto-1946210>

Lusa (2019, Outubro 7) Chega teve mais votos onde há menor poder de compra e a criminalidade abaixo da média. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/chega-sucesso-locais-menor-criminalidade-abaixo-media-1889168>

Lusa (2021, Janeiro 10) Mais de duas centenas na rua contra presença de Le Pen em Portugal. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/10/politica/noticia/duas-centenas-rua-presenca-le-pen-portugal-1945739v>

Lusa (2021, Janeiro 15) Insulto não diz nada sobre as mulheres, mas tudo sobre André Ventura, diz Marisa Matias. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/15/politica/noticia/insulto-nao-nada-mulheres-ventura-defende-marisa-matias-1946545>

Lusa (2021, Janeiro 16) Ventura posiciona-se a solo contra toda "uma frente presidencial". *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/16/politica/noticia/ventura-posicionase-solo-frente-presidencial-1946648>

Lusa (2021, Janeiro 18) Jantar de Ventura com 160 pessoas em ambiente de festa apesar do confinamento. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/18/politica/noticia/jantar-ventura-160-pessoas-ambiente-festa-apesar-confinamento-1946755>

Lusa (2022, Janeiro 31) Chega consegue melhores resultados nos concelhos com menor poder de compra. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/31/politica/noticia/chega-consegue-melhores-resultados-concelhos-menor-compra-1993728>

Marques, M. (2021, Janeiro 13) Ventura é pechisbeque político. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/13/opiniao/noticia/ventura-pechisbeque-politico-1946033>

Marques, M. (2022, Fevereiro 9) Manual de promoção e normalização do Chega. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/02/09/opiniao/opiniao/manual-promocao-normalizacao-chega-1994764>

Martins, C. (2022, Fevereiro 9) Rita Matias, a mulher antifeminista do Chega. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/02/09/opiniao/opiniao/rita-matias-mulher-antifeminista-chega-1994787>

Martins, R. (2021, Janeiro 24) André Ventura anuncia demissão. Ficou atrás de Ana Gomes. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/24/politica/noticia/ventura-demitese-ficou-atras-ana-gomes-1947601>

Martins, R. & Batista, S. (2019, Outubro 7) Extrema-direita chega ao Parlamento. Quem é e o que defende André Ventura? *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/perfil/andre-ventura-eleito-chega-extrema-direita-parlamento-elei%C3%A7%C3%B5es-1889055>

Mendes, M. (2021, Fevereiro 4) Voto na direita radical: protesto ou simpatia? *Público*. <https://www.publico.pt/2021/02/04/politica/noticia/voto-direita-radical-protesto-simpatia-1949323>

Morais, M. (2021, Janeiro 25) Portugueses do bem. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/25/opiniao/noticia/portugueses-bem-1947821>

Mota, G. (2021, fevereiro 1) Chega: os deserdados do PSD (e do CDS). *Público*. <https://www.publico.pt/2021/02/01/opiniao/noticia/chega-deserdados-psd-cds-1948801>

Mota, G. (2022, Fevereiro 9) Superioridade moral da Constituição da República Portuguesa. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/02/09/opiniao/opiniao/superioridade-moral-constituicao-republica-portuguesa-1994782>

Núncio, M. (2019, Outubro 17) Vou ali e já venho. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/17/politica/opiniao/vou-ali-ja-venho-1890140>

Paiva, R. (2021, Fevereiro 5) Ventura garante estabilidade governativa nos Açores e pede ao PSD para tomar Bolieiro como exemplo. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/02/05/politica/noticia/ventura-garante-estabilidade-governativa-aco-res-pede-psd-tomar-bolieiro-exemplo-1949499>

Pequenino, K. (2022, Janeiro 21) São os partidos mais pequenos que "fazem mais barulho" na Internet. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/21/tecnologia/noticia/sao-partidos-fazem-barulho-internet-1992762>

Pereira, A. (2021, Janeiro 25) População cigana mobilizou-se mais do que nunca para votar. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/25/sociedade/noticia/populacao-cigana-mobilizouse-votar-1947889>

Pisco, P. (2021, Janeiro 21) O germe do fascismo. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/21/opiniao/noticia/germe-fascismo-1947089>

Pontes, D. (2021, Janeiro 11) O monstro vence-se nas urnas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/11/opiniao/noticia/monstro-vencesse-urnas-1945760>

Público & Lusa (2019, Outubro 11) Grupo de adeptos pede fim da "instrumentalização política" do Benfica por André Ventura. <https://www.publico.pt/2019/10/11/politica/noticia/grupo-adeptos-pede-fim-instrumentalizacao-politica-benfica-andre-ventura-1889663>

Rego, X. & Telinhos, H. (2019, Outubro 15) E a extrema-esquerda? Quando a palavra de ordem é normalizar. *Público*.
<https://www.publico.pt/2019/10/15/opiniao/opiniao/extremaesquerda-palavra-ordem-normalizar-1890155>

Reis, B. (2019, Outubro 11) O senhor Ventura não é fascista. *Público*.
<https://www.publico.pt/2019/10/11/politica/opiniao/senhor-ventura-nao-fascista-1889608>

Reis, B. (2022, Fevereiro 1) Quem são os 11 deputados do Chega. *Público*.
<https://www.publico.pt/2022/02/01/politica/noticia/sao-11-novos-deputados-chega-1993801>

Reis, B. (2022, Fevereiro 12) Faltam bons argumentos para combater o Chega. *Público*.
https://www.publico.pt/2022/02/12/politica/opiniao/faltam-bons-argumentos-combater-chega-1995235?ref=pesquisa&cx=page__content

Reis, B. (2022, Fevereiro 5) O Chega cresceu ou caiu? Ambos. *Público*.
https://www.publico.pt/2022/02/05/politica/opiniao/chega-cresceu-caiu-ambos-1994351?ref=pesquisa&cx=page__content

Reis, B. (2022, Janeiro 31) Ventura elegeu onze amigos para ir "atrás de Costa". *Público*.
<https://www.publico.pt/2022/01/31/politica/noticia/ventura-elegeu-onze-amigos-ir-atras-costa-1993677>

Rodrigues, S. & Lopes, M. (2019, Outubro 16) Onde vão sentar-se os pequenos partidos? Para já, na segunda fila. *Público*.
<https://www.publico.pt/2019/10/16/politica/noticia/onde-vao-sentarse-partidos-1890222>

Salazar, R. (2021, Janeiro 21) Vírus Ventura. *Público*.
<https://www.publico.pt/2021/01/21/opiniao/noticia/virus-ventura-1947285>

Silva, M. (2021, Janeiro 11) Riccardo Marchi e o Chega: um partido "anti-sistema" ou um instrumento legitimador da extrema-direita? *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/11/opiniao/noticia/riccardo-marchi-chega-partido-antisistema-instrumento-legitimador-extremadireita-1945898>

Soares, P. (2022, Fevereiro 11) Não têm lugar à mesa de uma democracia. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/02/11/opiniao/opiniao/nao-lugar-mesa-democracia-1995075>

Soldado, C., Botelho, L., Dantas, M., Borges, L. (2022, Janeiro 26) Costa e Rio usam Chega como arma de arremesso. Jerónimo regressa e avisa que PS abre a porta à direita. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/01/26/politica/noticia/costa-rio-usam-chega-arma-arremesso-jeronimo-regressa-avisa-ps-abre-porta-direita-1993281>

Tavares, J. (2019, Outubro 12) Quem tem medo de André Ventura? *Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/12/politica/opiniao/medo-andre-ventura-1889714>

Tavares, J. (2021, Janeiro 12) Esclareça-se: a minha simpatia por André Ventura é zero. *Público*. https://www.publico.pt/2021/01/12/politica/noticia/esclarecase-simpatia-andre-ventura-zero-1945870?ref=pesquisa&cx=page__content

Tavares, J. (2021, Janeiro 26) Meio milhão de pessoas zangadas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/26/opiniao/noticia/meio-milhao-pessoas-zangadas-1947853>

Tavares, J. (2022, Fevereiro 5) A insuportável superioridade moral em relação ao Chega. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/02/05/opiniao/opiniao/insuportavel-superioridade-moral-relacao-chega-1994314>

Villaverde, T. (2021, Janeiro 12) O baile do Ventura. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/12/opiniao/noticia/baile-ventura-1945860>

EL PAÍS

Altares, G. (2019, Maio 3) El verdadero poder de la ultraderecha. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/05/01/actualidad/1556729097_756733.html

Amón, R. (2019, Abril 28) ¿Contra quién vas a votar? *El País*. https://elpais.com/politica/2019/04/26/actualidad/1556300161_018114.html

Andrino, B., Grasso, D., Llaneras, K., Pires, L. (2022, Fevereiro 20) La transversalidad de Vox: le votan en pueblos y ciudades, en barrios ricos y pobres. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-20/la-transversalidad-de-vox-le-votan-en-pueblos-y-ciudades-en-barrios-ricos-y-pobres.html>

Anduiza, E. (2019, Abril 29) "Spain is not different". *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/04/25/opinion/1556187846_547994.html

Applebaum, A. (2019, Maio 12) Los secretos de la estrategia de Vox. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/05/10/ideas/1557485729_129647.html

Barca, A., Calvo, O. (2022, Fevereiro 20) Viaje a la Castilla y León de Vox. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-20/viaje-a-la-castilla-y-leon-de-vox.html>

Barreiro, B. (2019, Novembro 14) Vox y el futuro de nuestra democracia. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/11/13/opinion/1573658031_572819.html

Basterra, F. (2019, Abril 29) Bienvenido, Mr. Trump. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/04/28/opinion/1556470068_358602.html

Blanchar, C. (2019, Novembro 11) Las dos Barcelonas que votan a Vox. *El País*. https://elpais.com/ccaa/2019/11/11/catalunya/1573493577_777879.html

Blas, E. (2022, Fevereiro 17) El Partido Popular se planta contra futuros gobiernos en coalición con Vox. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-17/el-partido-popular-se-planta-contra-los-gobiernos-en-coalicion-con-vox.html>

Bono, F. (2019, Noviembre 11) En el campo de Cartagena a lomos de la extrema derecha. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/11/actualidad/1573499595_126567.html

Bueno, J. (2019, Noviembre 11) Vox obtiene un segundo escaño gracias a sus votos en Barcelona. *El País*. https://elpais.com/ccaa/2019/11/10/catalunya/1573409864_460738.html

Bueno, P. (2019, Noviembre 6) Sueños o golpetazos. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/11/05/opinion/1572964778_904843.html

Burgos, R. (2019, Maio 3) Torre-Pacheco, la huerta de votos de Vox. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/05/02/actualidad/1556813717_618092.html

Calvo, E. (2022, Fevereiro 15) Vetocracia. *El País*. <https://elpais.com/opinion/2022-02-15/vetocracia.html>

Chouza, P. (2022, Fevereiro 16) Yolanda Díaz abre una nueva brecha con Podemos al pedir un "cordón democrático" contra Vox. *El País*. <https://elpais.com/espana/2022-02-16/yolanda-diaz-abre-una-nueva-brecha-con-podemos-al-pedir-un-cordon-democratico-contra-vox.html>

Corres, M. (2022, Fevereiro 13) Los errores se pagan caro. *El País*. <https://elpais.com/opinion/2022-02-14/los-errores-se-pagan-caro.html>

Cué, C. (2019, Abril 22) Vox, la versión desmadrada del PP. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/04/21/actualidad/1555850984_939677.html

Cué, C. (2019, Noviembre 7) El ascenso de Vox desata los nervios en los grandes partidos en la recta final. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/06/actualidad/1573068371_478870.html

Díez, A. (2022, Fevereiro 13) Um espejismo demoscópico em Castilla y León. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-13/un-espejismo-demoscopico-en-castilla-y-leon.html>

Domínguez, I. (2019, Novembro 5) Abascal, el hombre que no estaba allí, pero está. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/04/actualidad/1572896833_708330.html

Domínguez, I. (2022, Janeiro 27) Vox y la pulsión de Mortadelo. *El País*. <https://elpais.com/ideas/2022-01-27/vox-y-la-pulsion-de-mortadelo.html>

El País (2019, Abril 26) La prensa internacional alerta del auge de Vox y de la inestabilidad política tras el 28-A. https://elpais.com/politica/2019/04/26/actualidad/1556267405_354655.html

El País (2019, Novembro 10) Vox impide el acceso de los periodistas de PRISA a pesar de la resolución de la Junta Electoral. https://elpais.com/politica/2019/11/10/actualidad/1573407921_913145.html

El País (2019, Novembro 11) Estos son los 52 diputados de Vox en el Congreso. https://elpais.com/politica/2019/11/11/actualidad/1573458411_284014.html

Fanjul, G. (2019, Abril 29) Esto lo cambia todo. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/04/29/3500_millones/1556547223_964384.html

Faus, J. (2019, Abril 22) Garriga, "soldado" de Vox por la "patria". *El País*. https://elpais.com/ccaa/2019/04/21/catalunya/1555868351_900291.html

Galindo, J. (2019, Novembro 6) Vox y el manto protector. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/11/05/opinion/1572967595_394342.html

González, M. (2019, Abril 21) VOX declara la guerra a la libertad de prensa. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/04/21/actualidad/1555861066_784668.html

González, M. (2019, Abril 24) Abascal contrapone sus plazas de toros llenas a su exclusión de los platós de televisión. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/23/actualidad/1556043721_829308.html

González, M. (2019, Abril 25) Abascal pone a España por encima de los españoles. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/04/24/actualidad/1556102964_933660.html

González, M. (2019, Abril 26) Abascal desafía su techo electoral y busca el voto de izquierdas. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/25/actualidad/1556209066_692249.html

González, M. (2019, Abril 26) Abascal eleva el tono "guerracivilista" en la recta final de su campaña. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/25/actualidad/1556224462_471475.html

González, M. (2019, Abril 27) Abascal desentierra la "antiEspaña" para descalificar a la izquierda. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/26/actualidad/1556295390_562559.html

González, M. (2019, Abril 27) Vox busca el voto del 17% de españoles que rechaza las autonomías. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/27/actualidad/1556368113_925451.html

González, M. (2019, Abril 29) Vox entra en el Congreso con 24 escaños, pero se queda lejos de sus expectativas. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/28/actualidad/1556467382_150442.html

González, M. (2019, Noviembre 8) Vox azuza el rechazo a la inmigración para pedir el apoyo del "votante de izquierdas". *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/11/08/actualidad/1573247796_058624.html

González, M. (2019, Outubro 29) Vox quiere discutir sobre inmigración y no sobre cambio climático. *El País*.

https://elpais.com/politica/2019/10/29/actualidad/1572371208_909716.html

González, M. (2019, Outubro 31) Vox inicia campaña em Cataluña a lomos del desafío secesionista. *El País*.

https://elpais.com/politica/2019/10/31/actualidad/1572551480_329937.html

González, M. (2022, Fevereiro 11) Abascal se prepara para ajustar cuentas con Casado el día después del 13-F. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-11/abascal-se-prepara-para-ajustar-cuentas-con-casado-el-dia-despues-del-13-f.html>

González, M. (2022, Fevereiro 13) Abascal reclama al PP la vicepresidencia de Castilla y León. *El País* <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-13/abascal-exige-al-pp-la-vicepresidencia-de-la-junta-castellano-leonesa.html>

González, M. (2022, Fevereiro 14) Vox exige entrar em el Gobierno de Castilla y León con el mismo trato que tuvo Ciudadanos. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-14/vox-exige-entrar-en-el-gobierno-de-castilla-y-leon-con-el-mismo-trato-que-tuvo-ciudadanos.html>

González, M. (2019, Novembro 5) Abascal, um tigre com piel de cordero. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/04/actualidad/1572892341_198665.html

Gorospe, P. (2019, Novembro 11) PP, Cs y Vox vuelven a irse de vacío em Euskadi. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/11/actualidad/1573500466_774697.html

Gracia, J. (2022, Fevereiro 15) Efectos secundarios de las elecciones en Castilla y León. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-15/efectos-secundarios-de-las-elecciones-en-castilla-y-leon.html>

Gross, T. (2019, Novembro 6) Mentiras en alta Vox. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/11/06/opinion/1573041109_553122.html

Jabois, M. (2019, Abril 29) Vox busca "sherpas". *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/28/actualidad/1556469831_724889.html

Jabois, M. (2019, Noviembre 11) Luna llena sobre la ultraderecha española. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/11/10/actualidad/1573410117_809829.html

Jan, C. (2019, Abril 30) Quiénes son los 24 disputados de Vox. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/04/29/actualidad/1556520917_383598.html

Junquera, N. (2019, Noviembre 7) Más de 2.000 académicos e investigadores lanzan un manifiesto contra "las mentiras de Vox". *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/11/07/actualidad/1573136752_651047.html

Lapuente, V. (2019, Abril 23) Nostradamus y Vox. *El País*.
https://elpais.com/elpais/2019/04/22/opinion/1555945508_755587.html

Lindo, E. (2019, Abril 28) El alma em vilo. *El País*.
https://elpais.com/elpais/2019/04/27/opinion/1556380927_970588.html

Lindo, E. (2019, Noviembre 11) Chiringuitos, inmigrantes, MENAS. *El País*.
https://elpais.com/elpais/2019/11/09/opinion/1573313507_013172.html

Llamazares, J. (2019, Noviembre 16) Vuelta al pasado. *El País*.
https://elpais.com/elpais/2019/11/14/opinion/1573748568_936402.html

Marcos, J. & Ríos, P. (2019, Noviembre 8) Sánchez apela al voto al PSOE como garante de estabilidad y freno a Vox. *El País*.
https://elpais.com/politica/2019/11/08/actualidad/1573246147_744178.html

Martínez-Bascuñán, M. (2019, Noviembre 10) La tentación del fanatismo. *El País*.
https://elpais.com/elpais/2019/11/09/opinion/1573312038_841948.html

Martínez, V., Veja, I., José, E. (2022, Fevereiro 15) Dos pueblos castellanos donde Vox arrasó. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-15/dos-pueblos-castellanos-donde-vox-arraso.html>

Mateo, J. (2019, Novembro 10) PP y Vox avanzan sobre las cenizas de Ciudadanos. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/10/actualidad/1573409510_741889.html

Mateo, J. & Rodríguez-Pina, G. (2019, Maio 3) El reto de Vox descoloca al PP. *El País*. https://elpais.com/ccaa/2019/05/02/madrid/1556820869_962725.html

Molino, S. (2019, Novembro 8) Desdecir las mentiras de Vox. *El País*. https://elpais.com/cultura/2019/11/07/television/1573122409_429067.html

Molino, S. (2022, Fevereiro 16) Pobres provincianos. *El País*. <https://elpais.com/opinion/2022-02-16/pobres-provincianos.html>

Monge, C. (2022, Fevereiro 17) El día que Vox decidió gobernar. *El País*. <https://elpais.com/opinion/2022-02-17/el-dia-que-vox-decidio-gobernar.html>

Navarro, J. (2022, Fevereiro 22) Los 13 nombres del desembarco de Vox en las Cortes de Castilla y León. *El País*. <https://elpais.com/espana/elecciones-castilla-y-leon/2022-02-22/los-13-nombres-del-desembarco-de-vox-en-las-cortes-de-castilla-y-leon.html>

Peinado, F. (2019, Abril 30) Vox gana en el Madrid de la caza y las tradiciones. *El País*. https://elpais.com/ccaa/2019/04/29/madrid/1556565281_096157.html

Rincón, R. (2019, Novembro, 11) Vox es el más votado en 278 municipios. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/11/actualidad/1573500183_676768.html

Rincón, R. (2022, Janeiro 27) El Supremo rechaza la petición de Vox de participar en los debates electorales de Castilla y León. *El País*. <https://elpais.com/espana/2022-01-27/el-supremo-rechaza-la-peticion-de-vox-de-participar-en-los-debates-electorales-de-castilla-y-leon.html>

Rizzi, A. (2019, Noviembre 11) La ultraderecha española da un salto hacia la media de la UE, sin sufrir cordón sanitario. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/10/actualidad/1573411059_037094.html

Rodríguez, J. (2019, Maio 4) La derecha deshecha. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/05/01/actualidad/1556724921_137064.html

Rovira, M. (2022, Fevereiro 16) Aznar sobre Vox: "No veo las ventajas para España en que Le Pen esté en el Gobierno". *El País*. <https://elpais.com/espana/catalunya/2022-02-16/aznar-cuestiona-las-ventajas-de-tener-a-vox-de-socio-de-gobierno.html>

Saiz, E. (2019, Noviembre 11) El PSOE mantiene su hegemonía en Andalucía, CS se desploma y Voz se consolida como tercera fuerza. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/11/10/actualidad/1573407116_160549.html

Sanz, J. (2019, Abril 27) Un responsable del partido de Netanyahu desea un "gran resultado" a Vox. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/04/27/actualidad/1556389255_303473.html

Serrato, F. (2019, Noviembre 12) Vox se extiende por la periferia de la región. *El País*. https://elpais.com/ccaa/2019/11/11/madrid/1573498671_064439.html

Valcárcel, A. (2019, Abril 27) Tribunicios: los partidos que gestionan la indignación de la gente. *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/04/25/ideas/1556212453_411181.html

Vidal-Folch, X. (2019, Abril 22) Un constitucionalismo sin Constitución? *El País*. https://elpais.com/elpais/2019/04/21/opinion/1555868815_839485.html

Viejo, M. (2019, Abril 27) "H de hecho": así se organizan los grupos de activistas de Vox en Twitter. *El País*. https://elpais.com/politica/2019/04/26/actualidad/1556292546_555153.html

BIBLIOGRAFIA

Agüero, F. (1995). *Soldiers, Civilians, and Democracy: Post-Franco Spain in Comparative Perspective*. Johns Hopkins University Press.

Agüero, F. (2000). A transição democrática e os militares em Espanha: uma análise comparativa. *Nação e Defesa*, 94(2), 49-69.

Almeida, F. C. de. (2015). A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet. *Estudos Ibero Americanos*, 41(1), 98-125. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20463>

Almeida, F. C., & Neto, O. C. (2012) Neointegralismo e novas mídias: uma análise sobre a “Ação dos Blogs Integralistas”. In L. P. Gonçalves & R. D. Simões (Eds.), *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista* (Vol. 2, 473-493). EDIPUCRS

Alonso, S., & C. Rovira Kaltwasser. (2015). Spain: No Country for the Populist Radical Right? *South European Society and Politics*, 20(1), 21–45.

Partido Chega (2021). *Grupo Parlamentar*
https://partidochega.pt/index.php/grupo_parlamentar_chega/

Antunes, M. (1988). A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal. *Análise Social*, XXIV (100), 77-95.

Applebaum, A. (2020). *O Crepúsculo da Democracia: O fracasso da política e o apelo sedutor do autoritarismo*. Bertrand Editora.

Ballestrin, L. (2018). O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 4(2), 149-164.

Barrera, C. (1997). Poder político, empresa periodística y profesionales de los medios en la transición española a la democracia. *Comunicación y sociedad X* (2), 7-46.

Barrio, A., Alonso Sáenz De Oger, S., & Field, B. N. (2021). VOX Spain: The Organisational Challenges of a New Radical Right Party. *Politics and Governance*, 9(4), 240–251. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i4.4396> .

Bernardez-Rodal, A., P. Requeijo Rey, & Y. G. Franco (2020). Radical Right Parties and Anti-Feminist Speech on Instagram: Vox and the 2019 Spanish General Election. *Party Politics*, doi:10.1177/1354068820968839.

Betz, H. G. (2002). Conditions favouring the success and failure of radical right-wing populist parties in contemporary democracies. In *Democracies and the populist challenge* (197-213). Palgrave.

Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication*. Routledge.

Bourdieu, P. (1997). A influência do jornalismo. *Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar*, 99-117.

Cádima, F. R. (2001). Os Media na revolução (1974-1976). In J. B d. Brito. (Ed.), *O país em revolução*, 321-358. Editorial Notícias.

Carmona, Á. S. (1996). Irrupção, mudança e realinhamento do sistema de partidos em Espanha (1977-1993). *Análise Social XXI* (135), 45-99.

de Carvalho, P. D. (2010). "¿ Estamos preparados para el cambio?": a Revista Triunfo e o final do Franquismo. *Oficina do Historiador*, 1(1), 51-63.

de Carvalho, P. D. (2012). " *Un periódico que nace al amparo de una convicción irrenunciablemente democrática*": o posicionamento do jornal *El País* diante da transição democrática espanhola (1975-1982) (Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

Chega, (2019) *Setenta Medidas para reerguer Portugal*. <https://partidocheга.pt/wp-content/uploads/2019/09/70-MEDIDAS-PARA-REERGUER-PORTUGAL-CHEGA.pdf>.

Conselho de Imprensa, *A Imprensa escrita em Portugal* —Abril de 1974 a Julho de 1976, Lisboa, Edição do Conselho de Imprensa —Assembleia da República, 1979.

da Costa, J. M. (2011). O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa. *Análise social*, XLVI (201), 765-787.

Dias, J. F. (2020). O Messias já chegou e livrará “as pessoas de bem” dos corruptos: messianismo político e legitimação popular, os casos Bolsonaro e André Ventura, *Polis*, 2(2), 49-60.

Duarte, M. C. & Marchi, R. (2016), As direitas na democracia portuguesa. Origens, Percursos, Mudanças e Novos Desafios. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (81), 213-217.

Eliassen, K. A., & Svaasand, L. (1975). The formation of mass political organizations: An analytical framework. *Scandinavian Political Studies*, 10(A10), 95–121.

Engesser, S., et al. (2017). “Populism and Social Media: how Politicians Spread a Fragmented Ideology.” *Information, Communication & Society* 20 (8), 1109–1126. doi: 10.1080/1369118X.2016.1207697

Ernst, N., S. Blassnig, S., Büchel, F., Esser, F. (2019). “Populists Prefer Social Media Over Talk Shows: An Analysis of Populist Messages and Stylistic Elements Across Six Countries.” *Social Media + Society* 5(1), 1–14.

Prisa, (1980) *Estatuto de la Redacción El País*. <https://www.prisa.com/uploads/2016/03/estatuto-de-redaccion.pdf>

Fawzi, N. (2019). “Untrustworthy News and the Media as “Enemy of the People?” How a Populist Worldview Shapes Recipients’ Attitudes Toward the Media.” *The International Journal of Press/ Politics* 24 (2): 146–164.

Fernandes, R. (2021, Outubro 22) Deixa correr: Como o jornalismo português noticiou a extrema-direita. *Setenta e Quatro* <https://setentaequatro.pt/enfoque/deixa-correr-como-o-jornalismo-portugues-noticiou-extrema-direita>

Fernández, I. & Santana, F. (2000). *Estado y medio de comunicación en la España democrática*. Alianza Editorial

Ferreira, J. M. (1993). Portugal em Transe. In J. Matosso (dir.) *História de Portugal* (vol.8, 1-285) Círculo de Leitores.

Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos: o 'Diário de Notícias', 'Expresso' e 'Jornal Novo' no verão quente de 1975*. Minerva.

Figueira, J. (2021) As notícias da política rasca. *Sinal aberto* <https://sinalaberto.pt/as-noticias-da-politica-rasca/>

Fishman, R. M. (1990) Rethinking state and regime. Southern Europe’s transition to democracy. *World Politics* 42(3) 422-440. <https://doi.org/10.2307/2010418>.

Fonseca, W. (1995). *À sombra do poder – a história da Lusitânia 1944 –1974*. Memórias do Tempo.

Fonseca, W. & Gomes, A. S. (2017). *Heróis anónimos 2 –Jornalismo de agência, história da Lusitânia e da ANI 1944–1975*. Perfil Criativo.

Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. (Tese de Doutoramento em História, FCSH-UNL, Lisboa, Portugal). ProQuest Dissertations and Theses Global.

Gouveia Júnior, L. (2021). O que Portugal pode nos ensinar sobre a extrema direita? *openDemocracy*. <https://www.opendemocracy.net/pt/portugal-pode-ensinar-sobre-extrema-direita/>.

Graber D., McQuail, D., Norris, P. (Eds.) (1998), *The Politics of News: The News of Politics*, CQ Press.

Guimarães, G. (2021). O partido Chega: reformulação e ascensão da direita populista em Portugal. *Locus: Revista De História*, 26(2), 500–505. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31953>

Heyne, L., & Manucci, L. (2021). A new Iberian exceptionalism? Comparing the populist radical right electorate in Portugal and Spain. *Political Research Exchange*, 3(1), 1989985. 10.1080/2474736X.2021.1989985

Huntington, S. P. (1991). Democracy's Third Wave. *Journal of Democracy*, 2(2), 12–34. <https://doi.org/10.1353/jod.1991.0016>

Jiménez, J. C. (2009), *Espana y Portugal en transición. Los caminos a la democracia en la Península Ibérica*. Silex.

Lima, B. P., & de Sá, T. M. (2005). As teorias da transição para a democracia e o caso português. *Relações Internacionais*, 127–144. http://bernardopiresdelima.com/wpcontent/uploads/2013/03/RI7_BPLTMS.pdf

Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Johns Hopkins University Press.

RTP (2019). *De que jornalismo precisa a democracia?* <https://www.rtp.pt/programa/tv/p36637/e5>

Mainwaring, S., & Bizzarro, F. (2019). *O que aconteceu com as democracias da terceira onda?* Medium. <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/o-que-aconteceu-com-as-democracias-da-terceira-onda53babae1a2e2>.

Mallén, J. I. B. (1990). La libertad de expresión en los textos constitucionales españoles. *Documentación de las Ciencias de la Información*, 13, 23. <http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN9090110023A>

Manuci, L. & Heyne, L. (2021, Setembro 13) Quem vota na extrema-direita? O eleitorado do chega e do Vox. *Setenta e Quatro*. <https://setentaequatro.pt/ensaio/quem-vota-na-extrema-direita-o-eleitorado-do-chega-e-do-vox>

Marchi, R. (2012). A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980). *Locus: revista de história*, 18(1), 168-186.

Marchi, R. (2019, Dezembro 21) *Um olhar exploratório sobre o partido Chega*. Observador. <https://observador.pt/opiniaio/um-olhar-exploratorio-sobre-o-partido-chega/>

Marcos-Marne, H., C. Plaza-Colodro, C. O’Flynn. (2021). “Populism and New Radical-right Parties: The Case of VOX.” *Politics*. 10.1177/02633957211019587.

Martins, J. C., de Jong, N., Ghidirimschi, N., Moulder, W., Bulat, C. (2019) How does social media influence the relationship between populists and citizens, and what lessons can be drawn from the Portuguese case?.

Maxwell, K. (1995). *The making of Portuguese democracy*. Cambridge University Press.

Mendes, M., and J. Dennison. 2020. “Explaining the Emergence of the Radical Right in Spain and Portugal: Salience, Stigma and Supply.” *West European Politics* 44 (4): 752–775.

Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Dir), *Portugal 20 Anos de Democracia* (pp.361-405). Círculo de Leitores.

Montero, M., Rodríguez-Virgili, J., & García-Ortega, C. (2008). La construcción mediática de la comunidad política. La prensa en la transición española a la democracia. *Palabra clave*, 11(2), 293-309.

Mudde, C. (2020). *O regresso da Ultradireita-Da Direita Radical à Direita Extremista*. Editorial Presença.

O'Donnell, G., Schmitter, P. C., Whitehead, L., & Lowenthal, A. F. (1986). *Transitions from authoritarian rule: Southern Europe*. Johns Hopkins University Press.

Ortiz, E. B. (2000). *La prensa durante el franquismo: represión, censura y negocio: Valencia, 1939-1975*. Fundación Universitaria San Pablo C.E.U.

Palma, N., Couraceiro, P., Narciso, I., Moreno, J., & Cardoso, G. (2021). *André Ventura: a criação da celebridade mediática*. <https://medialab.iscte-iul.pt/andre-ventura-a-criacao-da-celebridade-mediatica/>

Pinto, A. C. (2021). *O regresso das ditaduras?*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Powell, C. T. (2006). El camino a la democracia en España. *Documentos de Trabajo. Cuadernos de la España Contemporánea*, (1), 5-26.

Público (2022) *Estatuto Editorial*. <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>

Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Esfera dos livros.

Rezola, M. I. (2019). Romper com o passado. *Media & Jornalismo*, 19(35), 249-262. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_17

Rezola, M.I. (2020). 1974-25 de Abril. In C. Fiolhais, J.E. Franco & J.P. Paiva (Dirs.), *História Global de Portugal* (pp. 633-638) Círculo de Leitores.

Ribeiro, N. (2014). Os católicos na transição democrática: o caso da rádio Renascença e a luta pela liberdade de informação. *Povos e Culturas*, (Especial), 239-256.

Rolim, V. (2018). A censura do Estado Novo e do mundo atual. *Escola Superior de Comunicação Social*.

Santana, M. (2021). *A Direita Radical Populista em Portugal* (Working Paper 102) Observatório Político. www.observatoriopolitico.pt

Serrano, E. (2006). A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*, 2, 63-81.

Steven, F. (2021) *O fascismo regressou? Não, chegou a extrema-direita 2*. Setenta e Quatro. <https://setentaequatro.pt/ensaio/o-fascismo-regressou-nao-chegou-extrema-direita-20>

Strömbäck, J. (2008). “Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics.” *International Journal of Press/Politics* 13(3): 228–224.

Tsfati, Y. (2010). “Online News Exposure and Trust in the Mainstream Media: Exploring Possible Associations.” *American Behavioral Scientist* 54(1): 22–42.

van Kessel, S., J. Sajuria, and S. van Hauwaert. (2020). “Informed, Uninformed or Misinformed? A Cross- National Analysis of Populist Party Supporters Across European Democracies.” *West European Politics* 44 (3): 585–610.

Zelizer, B. (2004), *Taking Journalism Seriously: News and the academy*. Sage Publications.

Zelizer B, (2019). Why Journalism needs to Change. *Media and Populism*, 81-92.

ANEXOS

Tabela 1 – Análise noticiosa *Público*

Beleções Legislativas 2019 (3)	Temática da notícia e data	Tempo principal	Género	Autor e perfilado	Dimensão da peça	Personagem principal
24/09/19	Chaga defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Legislativas 2019	Entrevista	Sofia Cordeiro (jornalista especializada)	Pequena	André Ventura
26/09/19	Paulista ou a "punhalada" do bem democrata	Beleções Legislativas 2019	Opinião	Bruno Henrique e Sérgio Duarte (jornalistas)	Média	André Ventura
04/10/19	Chaga defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Legislativas 2019	Opinião	Bruno Henrique e Sérgio Duarte (jornalistas)	Média	André Ventura
07/10/19	Chaga pede mais votos, onde há menor poder de compra e maior índice abaixo da média	Beleções Legislativas 2019	Opinião	Lúcia Soares (jornalista)	Grande	Partido Chaga
07/10/19	Chaga não há de ir ao encontro da D. Diogo, Portugal deve de ser um líder	Beleções Legislativas 2019	Notícia	Margarida Gomes (jornalista) e Cláudia Barata (jornalista)	Média	André Ventura e Partido Chaga
07/10/19	Comunicado Chaga em Portugal. Quem é o que defende André Ventura?	Beleções Legislativas 2019	Notícia	Rui Carlos Martins (jornalista) e Sofia Cordeiro (jornalista)	Pequena	André Ventura
07/10/19	Incitativa Liberal, Lusa e Chaga estendem-se com eleições em Lisboa	Beleções Legislativas 2019	Notícia	Rafael Cavaleiro (jornalista)	Pequena	Fatores que se estendem na Assembleia da República
08/10/19	Estado de emergência política em Portugal. Quem é o que defende André Ventura?	Beleções Legislativas 2019	Notícia	Liliana Borges (jornalista)	Grande	Partido Chaga
10/10/19	Em Euzé, a Chaga "teatraliza" o dilema da população contra o cigano e galego votou	Beleções Legislativas 2019	Reportagem	Joana Botelho Henrique (jornalista)	Grande	André Ventura
11/10/19	Chaga defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Legislativas 2019	Opinião	João Júlio Correia (jornalista)	Pequena	André Ventura e Partido Chaga
11/10/19	Chaga defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Legislativas 2019	Opinião	Bárbara Reis (jornalista principal)	Média	André Ventura e Partido Chaga
12/10/19	Quem tem mais de André Ventura?	Beleções Legislativas 2019	Opinião	João Miguel Tavares (jornalista)	Pequena	André Ventura
15/10/19	É a mesma situação? Quando o sistema de votantes é normalizar	Beleções Legislativas 2019	Opinião	João Miguel Tavares (jornalista)	Pequena	André Ventura
16/10/19	Ventura posiciona-se a propósito da visita "uma frente presidencial"	Beleções Legislativas 2019	Notícia	Lúcia Soares (jornalista)	Pequena	André Ventura
16/10/19	Ontem de manhã os deputados elegeram o PSD. Já na segunda-feira	Beleções Legislativas 2019	Notícia	Sofia Botelho Henrique (jornalista) e Maria Lopes (jornalista)	Pequena	Fatores com um deputado na Assembleia, André Ventura
Beleções Presidenciais 2021 (4)	Temática da notícia e data	Campagna/Entrevista	Autor e perfilado	Dimensão da peça	Personagem principal	
10/02/21	Mais de duas centenas na sua conta pessoal de Le Pen em Portugal	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	André Ventura e Marina Le Pen	Pequena	André Ventura
10/02/21	André Ventura elogia a facção que tem mais votos que a esquerda toda junta	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Pequena	André Ventura
10/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Pequena	André Ventura
10/02/21	Insurreição não é o nada sobre as mulheres, mas tudo sobre Ventura, defende Maria Matias	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Pequena	André Ventura e Catarina Mateus
12/02/21	Vota at 14 milhões	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Maria José da Silva Nunes (jornalista)	Pequena	André Ventura e Catarina Mateus
18/02/21	Janet de Ventura com 140 pessoas em ambiente de festa para o casamento	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Lúcia Soares (jornalista)	Média	André Ventura
18/02/21	"Sou o único candidato que não é Chaga e PSD", critica André Ventura	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura
20/02/21	A Chaga quer "libertar" o combate de Ventura nas eleições. "O bem contra o mal"	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura
20/02/21	Caras de partido, uma grande, uma pequena e uma terceira e a hora de Ventura?	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura
22/02/21	Ventura, Matias, "o cumprimento dos sonhos e da car" com a queda de Costa	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura
22/02/21	André Ventura acusa o PSD de "ser o único problema da Chaga"	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Rita Matias (jornalista)	Pequena	André Ventura e Ana Gomes
25/02/21	Partido primeiro em 40 anos há um populista com dois filhos, avia Paulo Portas	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria José Lopes (jornalista)	Pequena	André Ventura, Ana Gomes, Tiago Muijen, Maria Matias
25/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Pequena	André Ventura
25/02/21	Maneja ginja e consola-se, Ventura afirma-se enquanto alarga-se	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	Manuel Rebelo de Sousa, André Ventura
25/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Ana Catarina Mendes (jornalista)	Média	Comunidade cigana
25/02/21	"As pessoas não são de esquerda-direita. Devem ter um espírito sistemático"	Beleções Presidenciais 2021	Reportagem	Ana Catarina Mendes (jornalista) e Carlos Dias (jornalista)	Grande	André Ventura e Partido Chaga
27/02/21	Ventura ou o candidato do partido "terrenos" que não é "voto de protesto"	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura e Partido Chaga
27/02/21	Ventura acusa PSD de "bullying político" por eleições e Chaga de autarquias	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Pequena	André Ventura e Partido Chaga
10/02/21	Comunidade cigana e Serpa contra André Ventura. Líder do Chaga manda manifestantes "brabancos"	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Carlo Dias (jornalista) e Lúcia Soares (jornalista)	Pequena	Comunidade cigana
10/02/21	Ventura subverte a sua votação. Era o primeiro do Chaga na primeira semana de fevereiro	Beleções Presidenciais 2021	Notícia	Lúcia Soares (jornalista)	Média	André Ventura
11/02/21	O ministro votou-se nas urnas	Beleções Presidenciais 2021	Entrevista	David Pomes (jornalista-político, jornalista)	Média	André Ventura
12/02/21	Ventura subverte a sua votação. Era o primeiro do Chaga na primeira semana de fevereiro	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura
12/02/21	Um candidato de direita em um segundo candidato de esquerda?	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Domènec Melé (jornalista, antigo dirigente do PCP)	Média	André Ventura e Partido Chaga
12/02/21	Recursos Matias e Chaga em relação ao PSD e ao sistema de votação	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Manuel Loff (historiador)	Média	André Ventura e Partido Chaga
12/02/21	O líder do Ventura	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Teresa Villaverde (Realizadora)	Média	André Ventura
12/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	João Miguel Tavares (jornalista)	Média	André Ventura
13/02/21	Ventura e pedibotique político	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Maria José Marques (jornalista)	Média	André Ventura
13/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Domènec Melé (jornalista, antigo dirigente do PCP)	Média	André Ventura
13/02/21	O líder do Ventura em 40 anos há um populista com dois filhos, avia Paulo Portas	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Paulo Pisco (jornalista)	Média	André Ventura
13/02/21	O líder do Ventura em 40 anos há um populista com dois filhos, avia Paulo Portas	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Ricardo Salazar (jornalista)	Média	André Ventura
13/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Maria Moraes Jorge (ministra da Administração Interna de Cabo Verde)	Pequena	André Ventura
13/02/21	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	António Carlos Cortez (jornalista, antigo diretor de imprensa)	Média	André Ventura e novo geração de eletores
13/02/21	Maria Matias defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	João Miguel Tavares (jornalista)	Pequena	André Ventura
10/02/21	Entre o meio e a esquerda	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Eliou Stavrou Professor da Faculdade de Economia e Investigador do CES da UC	Grande	André Ventura e Partido Chaga
01/02/21	Entre o meio e a esquerda	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Manuel Loff (historiador)	Pequena	André Ventura
02/02/21	A direita que passou a ser	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Manuel Loff (historiador)	Pequena	André Ventura
04/02/21	Vota na direita, apresenta ou simpatiza?	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Manuel S. Mendes (Investigador do Midem, Universidade Técnica de Deslandes)	Média	André Ventura e Partido Chaga
05/02/21	Ventura garante estabilidade governativa no Apos e pede ao PSD para tomar Bolsonaro como exemplo	Beleções Presidenciais 2021	Opinião	Rui Pedro Faria (jornalista)	Pequena	André Ventura
Beleções Legislativas 2022 (2)	Temática da notícia e data	Campagna/Entrevista	Autor e perfilado	Dimensão da peça	Personagem principal	
18/02/22	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	André Ventura
21/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Karla Pequeno (jornalista)	Grande	Fatores que mais usam a rede social
24/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Mário Duarte (jornalista)	Média	André Ventura e Catarina Matias
26/02/22	Costa e Rio nova Chaga com uma de comissões, António Borges e a sua pais a porta à direita	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Carlo Dias (jornalista), Leonor Botelho, Miguel Dantas e Liliana Borges (jornalistas)	Média	Presidente dos principais partidos parlamentares
27/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Maria Lopes (jornalista)	Média	Partido Chaga, PSD, IL, Chaga e Bloco de Esquerda
31/02/22	Chaga consegue resultados melhores nos comícios com menor poder de compra	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Lúcia Soares (jornalista)	Pequena	Partido Chaga
31/02/22	O crescimento do populismo e o problema da falta de instrução política nas sociedades	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Ana Lopes (jornalista)	Média	Líderes dos principais partidos parlamentares
02/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Bárbara Reis (jornalista principal)	Média	Partido Chaga e novos cidadãos
02/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Leonor Botelho	Média	André Ventura, José Luís Correia, João Cortes e Figueiredo
02/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	Margarida Gomes (jornalista)	Média	Filipe Matias, Rui Paulo Sousa e André Ventura (deputados do Chaga)
02/02/22	Chaga e PSD no parlamento mas pequenos que "tem mais barulho" na Internet	Beleções Legislativas 2022	Notícia	João Miguel Tavares (jornalista)	Grande	André Ventura e Partido Chaga
05/02/22	O Chaga cresce ou não? Ambos	Beleções Legislativas 2022	Opinião	Bárbara Reis (jornalista principal)	Pequena	Partido Chaga
05/02/22	Rita Matias e resultados em eleições	Beleções Legislativas 2022	Opinião	Carlo Dias (jornalista)	Pequena	Partido Chaga
09/02/22	Maneja ginja e consola-se, Ventura afirma-se enquanto alarga-se	Beleções Legislativas 2022	Opinião	Maria José Marques (jornalista)	Média	Partido Chaga
09/02/22	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	Beleções Legislativas 2022	Opinião	Maria José Marques (jornalista)	Média	Partido Chaga
11/02/22	Não há lugar à esquerda de uma democracia	Beleções Legislativas 2022	Opinião	Paulo Pisco (jornalista)	Média	André Ventura e Partido Chaga
12/02/22	Entre o meio e a esquerda	Beleções Legislativas 2022	Opinião	Manuel S. Mendes (Investigador do Midem, Universidade Técnica de Deslandes)	Média	Fatores do Apos e Partido Chaga
16/02/22	Um protesto sem matar	Beleções Legislativas 2022	Entrevista	Manuel Cavaleiro (jornalista)	Pequena	André Ventura e Partido Chaga
Tom	Principais subtemas	Principais fontes	Destaque dado ao partido de direita			
Neutro	O porquê de André Ventura querer eliminar o cargo de primeiro-ministro	André Ventura	Nenhum			
Negativo - Acusação	André Ventura defende a criação de um cargo de primeiro-ministro	André Ventura	Bastante			
Negativo - Acusação	A forma como André Ventura manifesta as suas ideias (que parecem fadadas de caixas de comentários)	Aximage (Jornal Económico); André Ventura	Alguns			
Neutro	Conselhos onde o partido Chaga obtém mais votos e porquê	EyeData	Bastante			
Negativo - Preocupação	O crescimento do populismo e o problema da falta de instrução política nas sociedades	Público	Alguns			
Negativo - Contestado	Perfil do líder do partido Chaga e algumas das ideias que defende	Público	Bastante			
Neutro	Partidos que entram pela primeira vez no parlamento	Público	Alguns			
Negativo - Preocupação	Preocupação gerada pela entrada do Chaga na Assembleia da República	Susana Sigaloff (ICS) e Paula do Espírito Santo (OSCP)	Bastante			
Neutro	Discussões de Ventura e do partido Chaga em relação aos cidadãos	Residentes de Euzé, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas; RTP	Bastante			
Neutro	Acusação de alguns deputados a Ventura de ter criado imagem política através da sua ligação com o SLB	Grupo de adeptos do SLB na tribuna Expresso; SLB; André Ventura no Record	Bastante			
Negativo - Contestado	André Ventura não é o único problema na Assembleia da República	Público	Bastante			
Negativo - Acusação	André Ventura é de extrema-direita	Francisco Mendes da Silva	Bastante			
Negativo - Acusação	Não é a direita de Ventura que se consegue combater	Rui Tavares no Público	Bastante			
Negativo - Contestado	A extrema-esquerda é do tipo perigosos como a extrema-direita	Público	Bastante			
Neutro	Posição do Chaga durante a campanha eleitoral; Crítica ao atendimento das urgências dos hospitais públicos	André Ventura, presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses	Bastante			
Neutro	André Ventura quer lutar na primeira fila da Assembleia	André Ventura	Bastante			
Tom	Tema/ Mensagem principal	Principais fontes	Destaque dado ao partido de direita			
Neutro	Manifestação contra a presença de Marina Le Pen em Portugal, que para muitos representa uma ameaça para a democracia	Manifestantes; Rede unitária Antifascistas	Alguns			
Neutro	André Ventura quer ter mais votos votando que todos os partidos de esquerda juntos; Encontro de Ventura com Salvini em Portugal	André Ventura	Bastante			
Neutro	Campanha eleitoral de André Ventura	André Ventura	Alguns			
Neutro	Ofensa de André Ventura a Maria Matias relativamente ao batom vermelho	Maria Matias	Alguns			
Negativo - Contestado	A eleição de André Ventura enquanto deputado para a Assembleia da República	André Ventura e Público	Bastante			
Negativo - Contestado	Perfil do líder do partido Chaga e algumas das ideias que defende	Rui Paulo Sousa (Membro da direção nacional do Chaga); RTP	Bastante			
Negativo - Acusação	André Ventura quer ser o candidato do Chaga e do PSD	André Ventura, Maria Matias, José Carlos (Electron); Manifestantes;	Bastante			
Negativo - Contestado	Campanha eleitoral de André Ventura em Leiria e na Batalha	Público	Bastante			
Negativo - Contestado	Campanha eleitoral de Ventura em Setúbal	André Ventura; sondagens Público e RTP; Comandante distrital de Setúbal	Bastante			
Neutro	Acusação de André Ventura ao Governo, com especial foco a Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa	André Ventura	Bastante			
Neutro	André Ventura fica atrás de Ana Gomes nas Eleições Presidenciais de 2012 (uma campanha marcada por momentos polémicos)	André Ventura	Bastante			
Negativo - Preocupação	André Ventura, considerado um populista, ter conseguido bons resultados nas eleições legislativas	Paulo Portas	Alguns			
Neutro	Notícia da demissão do segundo lugar de André Ventura para Ana Gomes	André Ventura	Bastante			
Neutro	Resultados das Eleições Presidenciais 2021	Todos os candidatos à presidência	Bastante			
Neutro	Comunidades ciganas têm recem o crescimento do partido Chaga apenas por uma questão de racismo	Associações (Silaba Dinâmica, Letras Nómadas; Associação Cigana de Coimbra); Segurança Social	Bastante			
Neutro	O que uma o eleitores do Chaga, nas várias regiões do país	Cidadãos comuns	Bastante			
Neutro	Resultados das Eleições Presidenciais 2021 para André Ventura	David Pomes (jornalista, investigador em Economia da Universidade Nova)	Bastante			
Neutro	André Ventura indignado por ter sido excluído do acordo eleitoral para as autarquias	André Ventura	Bastante			
Neutro	Comunidade cigana de Serpa manifesta-se com a chegada de André Ventura	Comunidade cigana de Serpa	Alguns			
Neutro	Novas eleições em fevereiro para eleger o novo líder do Chaga, depois da demissão de André Ventura	André Ventura	Alguns			
Negativo - Preocupação	Importância das eleições e papel do Chaga na política	David Pomes; André Ventura, Marcelo Rebelo de Sousa	Bastante			
Negativo - Contestado	O crescimento do populismo e o problema da falta de instrução política nas sociedades	Peter C. Baker; Marine Le Pen; Benjamin Arditi	Bastante			
Negativo - Acusação	O que defende André Ventura que o pode levar a ficar em segundo lugar nas eleições presidenciais	André Ventura	Bastante			
Negativo - Contestado	Legitimação do partido Chaga por parte de Ricardo Marchi	Ricardo Marchi	Bastante			
Negativo - Preocupação	O futuro de André Ventura e do seu partido	Teresa Villaverde	Bastante			
Negativo - Contestado	Opinião do leitor face a André Ventura	Lúcia Soares (jornalista), António Barreto	Alguns			
Negativo - Acusação	Comparações feitas entre André Ventura e Donald Trump	Miguel Cavalho, Pedro Coelho	Alguns			
Negativo - Acusação	A natureza humana é naturalmente de direita	Eduardo Lourenço, António Damásio, Edgar Morin,	Alguns			
Negativo - Acusação	O que defende André Ventura e como tem levado a cabo a sua campanha eleitoral	Paulo Pisco	Nenhum			
Negativo - Acusação	O perigo que o partido Chaga traz para Portugal	Ricardo Salazar	Bastante			
Negativo - Acusação	O discurso de André Ventura	Maria Moraes	Bastante			
Negativo - Acusação	A nova geração de eleitores e a forma como se deixam levar pelo discurso de Ventura	António Carlos Cortez	Alguns			
Negativo - Acusação	A importância da falha sobre André Ventura por ser o assunto mais importante da política portuguesa	João Miguel Tavares, Jaime Nogueira Pinto, Carlos César, Maria Matias, Ana Catarina Mendes	Bastante			
Negativo - Preocupação	Capitalização do descontentamento e medo da sociedade por obtenção de votos nas Eleições Presidenciais 2021	Eliou Stavrou	Alguns			
Negativo - Contestado	Os votos do centro-direita que foram perdidos para o Chaga	Adriano, Gabriel Leta Mota	Bastante			
Negativo - Contestado	Aproveitamento das fragilidades dos partidos de centro-direita para ganhar eleitores	Manuel Loff	Bastante			
Negativo - Contestado	Chaga: filis eletores ou voto de protesto?	Mariana S. Mendes, Cas Mudde	Bastante			
Neutro	Coligação do Chaga e PSD em governo dos Açores	André Ventura, Expresso, José Manuel Bolheiro, Iniciativa Liberal	Alguns			
Tom	Tema/ Mensagem principal	Principais fontes	Destaque dado ao partido de direita			
Neutro	Vontade de Ventura de eliminar os apoios sociais indevidos; visita a Aveiro	André Ventura	Alguns			
Neutro	Os partidos políticos que mais interagem nas redes sociais	Francisco Conrado (MODA)	Alguns			
Negativo - Acusação	Difamação das campanhas eleitorais de André Ventura e Catarina Martins	Público	Bastante			
Neutro	Acusação de aproximação do Partido Socialista à direita	Catarina Martins, Rui Rio, António Costa, Jerónimo de Sousa,	Alguns			
Neutro	Que partido conseguirá ocupar o terceiro lugar nas eleições legislativas de 2022	Centro de Estudos e Sondagens de Opinião de Instituto Católica	Alguns			
Neutro	Características do eleitorado do Partido Chaga	EyeData	Alguns			
Negativo - Preocupação	Quem sabe vencer e quem foi derrotado nas eleições	Ana Sá Lopes	Alguns			
Negativo - Acusação	Perfil dos 11 deputados do Chaga	Bárbara Reis	Bastante			
Neutro	Questão dos debates quinzenais e vice-presidência do Chaga	João Cortes de Figueiredo, Rui Rio, José Luís Correia, PCP, André Ventura	Alguns			
Neutro	Deputados do Chaga acusados pelo MP de desobediência por organização de um jantar comício com mais de 170 pessoas em plena	Militantes do Chaga; André Ventura, Cooop,	Bastante			
Neutro	Quais as melhores estratégias para evitar o crescimento dos partidos políticos, neste caso do Partido Chaga	Maria Mendes (Midem, Universidade Técnica de Dredan), António Costa Pinto (ICS) e Ricardo Marchi (CEUL)	Bastante			
Negativo - Acusação	O aumento dos votos no partido de André Ventura	André Ventura, George Orwell, programa eleitoral do Chaga	Bastante			
Negativo - Acusação	Principais objetivos da democracia e os seus principais defeitos; importância de se ouvir outros deputados do Chaga	João Miguel Tavares	Bastante			
Neutro	Difamação de votos em André Ventura e Partido Chaga nas eleições presidenciais e nas legislativas	João António (Cooop), António Salvador (Interpacum), Tiago Fernandes (ISCTE)	Bastante			
Negativo - Acusação	Entrevista a Rita Matias, deputada do Chaga que se apresenta como antifeminista	Rita Matias; Carla Martins	Alguns			
Negativo - Contestado	O porquê de se estar a normalizar atitudes tidas pelo partido Chaga	Maria José Marques	Bastante			
Negativo - Contestado	Racabilização moral do partido Chaga	Catarina Matias	Bastante			
Negativo - Acusação	Eleição para o vice-presidente da Assembleia da República; Anti-democracia que o partido Chaga representa	Pedro Filipe Soares	Bastante			
Negativo - Preocupação	Entrevistas feitas a Pacheco Amorim	Observador, SIC	Bastante			
Negativo - Contestado	A necessidade de entender aquilo que diz André Ventura, capaz de o tomar ou não num protagonista	Manuel Cavaleiro	Bastante			

Tabela 2 – Análise noticiosa *El País*

Elecciones Generales 28 de Abril 2019 (40)

Data	Título de noticia	Categoría/Género	Autor o emisión	Dimensión da paga	Personagem principal
21/04/19	Vox declara a guerra a la libertad de prensa	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
21/04/19	Vox critica campaña sin Constitución?	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
22/04/19	Vox, la versión generalista del PP	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Pablo Casado e Partido PSOE e Santiago Abascal e Partido Vox
22/04/19	Nacionalismo y Vox	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Partidos de extrema-derecha en Europa
22/04/19	¿España, "totalitaria" o "liberal"?	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Ignacio García
24/04/19	Abascal comparece sin pizarras de toros. Tema a su exclusión de los plató de televisión	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal
26/04/19	La prensa internacional alerta del auge de Vox y de la inestabilidad política tras el 28-A	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
26/04/19	Abascal eleva el tono "generalista" en la recta final de su campaña	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal
26/04/19	Abascal desfila en Vigo. Anuncio a buses a votantes	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal
26/04/19	"Spain is not different"	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Partidos de extrema-derecha en Europa
27/04/19	Un responsable del partido de nacionalistas dice un "gran resultado" a Vox	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
27/04/19	Vox busca el voto del 17% de españoles que rehúsa la autonomía	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
27/04/19	Abascal desmonta la "antipatria" para desactivar a la izquierda	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
27/04/19	"El día de hoy", así se organizaron los grupos de debate de Vox en Twitter	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Abascal e Partido Vox en Twitter
28/04/19	Centro qué va a votar?	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
28/04/19	Elecciones. Más o menos	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Theresa e Biden
28/04/19	El arma en vivo	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	México e derecha
28/04/19	"¡Bastón! Los partidos que pretenden la infracción de la ley	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Partidos de extrema-derecha en Europa
29/04/19	Vox entra en el Congreso con 24 escaños. Pero se queda lejos de sus expectativas	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
29/04/19	Vox busca "liberal"	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
29/04/19	El día la campaña todo	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
30/04/19	Quieren ser los 24 diputados de Vox	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
30/04/19	Vox gana el Madrid de la casa y las televisiones	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
03/05/19	Tom Pacheco, la huerta de votos de Vox	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Emigrantes en Tom Pacheco
03/05/19	¿Votantes juegan de la ultraderecha?	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Partidos de extrema-derecha en Europa
03/05/19	El reto de Vox decodifica a PP	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	PSOE, PP e Vox
04/05/19	La derecha derecha	Elecciones Generales Abril 2019	Noticia	Noticia	Partidos de derecha en España
04/05/19	Los secretos de la estrategia de Vox	Elecciones Generales Abril 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal

Elecciones Generales 10 de Noviembre 2019

Data	Título de noticia	Categoría/Género	Autor o emisión	Dimensión da paga	Personagem principal
29/10/19	Vox quiere discutir sobre inmigración y no sobre cambio climático	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Vox
31/10/19	Vox inicia campaña en Cataluña a lo más caudal sesionista	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
04/11/19	Abascal, el hombre que está allí, pero no	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
05/11/19	Abascal, un tipo con perfil de conde	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
05/11/19	Vox y el mundo posterior	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
05/11/19	¿Suaves o ágiles?	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
06/11/19	El anuncio de Sánchez nos lleva en grandes partidos en la meta final	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Sánchez, Pablo Casado, Santiago Abascal, Pablo Iglesias
06/11/19	Mentira en alta voz	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
07/11/19	Más de 2.000 académicos e investigadores lanzan un manifiesto contra "las mentiras de Vox"	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Académicos europeos, Partido Vox
07/11/19	Dedican las mentiras de Vox	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Partido Vox
08/11/19	Vox acusa a rehúsa de inmigración para perfil de apoyo de "votantes de izquierda"	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal
08/11/19	Sánchez aplica el voto al PSOE como garante de estabilidad y voto a Vox	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Sánchez
09/11/19	Chistagüitos, Inmigrantes, MINAS	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal
09/11/19	La radiación del nacionalismo	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Partido Sánchez
10/11/19	Luna llena sobre la ultraderecha española	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
10/11/19	La ultraderecha española en un salto hacia la media de la UE, sin sufrir corrimiento sustancial	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Académicos europeos, Partido Vox
10/11/19	El PSOE muestra su hegemonía en Andalucía, CS e izquierda a Vox se consolida como tercera fuerza	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Vox, PSOE, PP e Vox
10/11/19	Vox avanza sobre la inmigración para perfil de apoyo de "votantes de izquierda"	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal
10/11/19	Vox muestra el apoyo de los partidarios de PSOE a pesar de la resolución de la Junta Electoral	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Sánchez
10/11/19	Vox coborea un segundo escaño gracias a sus votos en Barcelona	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal
11/11/19	Vox y el día de hoy	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Partido Vox
11/11/19	PP, CS e Vox vuelven a fin de semana en Estadi	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Santiago Abascal, Ciudadanos e PP
11/11/19	El día de hoy	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Partidos de centro-derecha
11/11/19	Los días de Sánchez	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Vox
11/11/19	El campo de Campaña a lo más de la extrema derecha	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Vox, inmigrantes
12/11/19	Vox se extiende por el partido de la izquierda	Elecciones Generales Noviembre 2019	Noticia	Noticia	Partido Vox
13/11/19	Vox y el futuro de nuestra democracia	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	Vox e PP
13/11/19	¿Suave al pasado?	Elecciones Generales Noviembre 2019	Opinión	Noticia	A ultraderecha en España

Elecciones Regionales León y Castilla 13 de Febrero 2024

Data	Título de noticia	Categoría/Género	Autor o emisión	Dimensión da paga	Personagem principal
11/02/22	Abascal se prepara para ajustar cuentas con Casado el día después del 13-F	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
13/02/22	Un espolino demócrata en Castilla y León	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	PP, PSOE e Vox
13/02/22	Abascal reclama el voto de la izquierda en Castilla y León	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Noticia	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
14/02/22	Vox entra en el Gobierno de Castilla y León con el mismo trato que los Ciudadanos	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Juan García-Gallardo, Santiago Abascal
15/02/22	Dos posibles coaliciones desde Vox	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Partido Vox
15/02/22	Rectos secundarios de las elecciones en Castilla y León	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Partido Vox
16/02/22	Anar sobre Vox: "No voy a votar por España en que el PP está en el Gobierno"	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	José María Aznar
16/02/22	Nacionalismo abala una nueva banca con Podemos al partido "totalitario demócrata" contra Vox	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Reportagem	Noticia	Manuela Díez
17/02/22	El Partido Popular se plantea formar gobierno en coalición con Vox	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Noticia	Noticia	Pablo Casado
20/02/22	La izquierda abala una nueva banca con Podemos al partido "totalitario demócrata" contra Vox	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Santiago Abascal
20/02/22	Méjate la Castilla de León de Vox	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Partido Vox
20/02/22	Los 13 nombres del desmoronamiento de Vox en las Cortes de Castilla y León	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Partido Vox
20/02/22	Las elecciones en Castilla y León	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Partido Vox
15/02/22	Intelectual	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Reportagem	Noticia	Ultraderecha con especial enfoque en Vox
16/02/22	Polvos primarios	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Reportagem	Noticia	Santiago Abascal e Partido Vox
17/02/22	El día que Vox decidió gobernar	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Pablo Casado e Partido PP
17/02/22	Vox y la unión de la izquierda	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Fernando Priego, Santiago Abascal e Partido Vox
17/02/22	El 13-F: repite la elección de Vox para participar en los debates electorales de Castilla y León	Elecciones en Castilla y León Febrero 2022	Opinión	Noticia	Partido Vox

Temas

Temas	Sistema principal	Principais fontes	Destaque dado ao partido de direita
Negativo - Acusação	Abascal e outras facas face aos media, não permitindo a sua presença em alguns eventos e debates	Victor González Collo de Portugal, Santiago Abascal, Kiko Méndez-Monasterio	Santiago Abascal e Partido Vox
Negativo - Acusação	Abascal a Santiago Abascal não ser constitucionalista	Xavier Vidal-Folch (jornalista)	Basistente
Negativo - Acusação	Comparação entre uma manifestação do partido PP e Partido Vox (considerado mais selvagem)	Victor Sánchez del Real, Santiago Abascal, Paco Núñez, Magdalena Nevado, Juan José Cortes, Pablo Casado, Antonio Morales	Basistente
Negativo - Contenda	Crescimento do partido de direita na Europa	Carles J. Col (jornalista)	Basistente
Negativo - Preocupação	Discurso populista do candidato a Barcelona Ignacio Garriga; Partido de deputado	Ignacio Garriga	Basistente
Neutro	O líder de Vox apresenta-se como único candidato capaz de fazer frente aos socialistas, comunistas e separatistas	Santiago Abascal, Rocío Monasterio, Iván Espinosa de los Monteros	Basistente
Negativo - Preocupação	Alguns dos propostas feitas por Abascal a seu partido antes das eleições	Santiago Abascal (Forces Ciudadas no final de notícia)	Basistente
Neutro	Declaração da imprensa internacional pelo forte crescimento do partido Vox nas eleições de 28 de Abril	BBC, Financial Times, The Economist, Foreign Policy, Política Exterior, Le Monde, O Político, The Guardian	Basistente
Neutro	Declaração de Santiago Abascal em Valência sobre a necessidade da continuidade histórica de Espanha	Santiago Abascal, Ignacio Gil	Basistente
Neutro	Voto-morandinho partido Abascal em Espanha com Vox e seu argumento falacioso	Santiago Abascal, David (seno de uma pequena empresa subsidiária)	Basistente
Negativo - Preocupação	Elevada fragmentação partidária nos parlamentos europeus; crescimento dos partidos de ultradereita	Eva Andúta	Basistente
Neutro	Membro do partido Likud demonstrou o seu apoio a Abascal nas eleições de 28 de Abril; aborrecimento ao populismo nacionalista europeu	El Haazan, Partido Vox	Basistente
Neutro	Méjate de Santiago Abascal de ultrapassar os 17% dos votos, atribuído mais eleitores por além de antigos apoiantes do PP	Santiago Abascal, Narciso Alcházul, presidente do GAD3, Iván Espinosa de los Monteros	Basistente
Neutro	Santiago Abascal alinha a estratégia "Real España" para o diferenciar-se dos partidos de esquerda	Rocío Monasterio, Javier Ortega Smith, Santiago Abascal	Basistente
Neutro	Rede de usuários nas redes sociais que apoiam Santiago Abascal e o seu partido	Usuários do Twitter, Mark Zuckerberg, Dani Remigio (informático)	Basistente
Negativo - Acusação	O voto não é favor de Abascal, mas sim uma demarcação do "mainstream"	Pierre Rosenthal	Basistente
Negativo - Contenda	As propostas de "Trumpismo" em Espanha no corpo do partido Vox	Francisco J. Bustera	Basistente
Negativo - Preocupação	Preocupação com os resultados das eleições de 28 de Abril, nomeadamente com o crescimento da extrema-direita	Elvira Lindo	Basistente
Negativo - Contenda	O crescimento da extrema-direita na Europa e a crise da democracia	Amelia Vázquez del	Basistente
Negativo - Contenda	O partido Vox consegue eleger 24 deputados mais do que qualquer das suas expectativas	Santiago Abascal, Rocío Monasterio, Javier Ortega Smith	Basistente
Negativo - Contenda	O que diferencia os partidos de direita do Vox, que é o preço faz para enfrentar o Vox	Javier Ortega Smith, Santiago Abascal, Rocío Monasterio, Gonzalo Fanjul	Basistente
Negativo - Acusação	O impacto que o partido Vox terá em Espanha, face às suas ideias e propostas	C. Jan	Basistente
Neutro	Reves-governação de 24 deputados	Antonio Perales, José Ignacio Castellano	Basistente
Neutro	Vitória de Vox em alguns dos núcleos mais rurais de Madrid	Moradores de Torre Pacheco	Basistente
Neutro	Voto emigrante na região de Torre Pacheco e o forte apoio ao Vox por parte dos locais	Juli Etxebarri (responsável do Diálogo Estratégico de Londres), Luis Corrado (Análisis de risco político) Emmanuel Carrère (escritor)	Basistente
Negativo - Preocupação	O crescimento da extrema-direita na Europa e mais concretamente em Espanha, com a chegada do Partido Vox	Pablo Casado, Isabel Díaz Ayuso, Javier Ortega Smith, Ignacio Aguado	Basistente
Neutro	O que diferencia os partidos de direita do Vox, que é o preço faz para enfrentar o Vox	José María Aznar, Pablo Casado	Basistente
Negativo - Acusação	Advisão entre os partidos de direita em Espanha	Basistente	Basistente
Negativo - Contenda	O crescimento do partido Vox. Alguns das suas principais características	Basistente	Basistente
Temas/Mensagem principal	Temas/Mensagem principal	Principais fontes	Destaque dado ao partido de direita
Negativo - Acusação	O discurso de Vox a bandeira da Imigração, acima dos problemas climáticos	CS	Basistente
Negativo - Contenda	Discurso de Vox na Catalunha	Santiago Abascal	Basistente
Negativo - Contenda	Comentário ao debate entre Abascal, Sánchez, Casado, Rivera e Iglesias	Isiño Domínguez	Basistente
Negativo - Contenda	Prestação de Abascal no debate com os restantes líderes dos partidos parlamentares; tema da Imigração	Miguel González	Basistente
Negativo - Contenda	O crescimento da extrema-direita na Europa e mais concretamente em Espanha, com a chegada do Partido Vox	Jorge Galindo, Ricardo Duxida	Basistente
Negativo - Contenda	O debate entre os cinco líderes dos principais partidos europeus, com destaque para o partido Ciudadanos na legislatura passada	Pepu Bueno	Basistente
Neutro	Preocupação com os resultados das eleições de 10 de Novembro, nomeadamente com o crescimento do partido Vox	Pedro Sánchez, Pablo Casado, Santiago Abascal, Pablo Iglesias	Basistente
Negativo - Contenda	Tentativa do presidente de Vox em estabelecer um partido "autenticidade" (falado depois dos outros líderes políticos)	Theodorin Lohr-Gross	Basistente
Neutro	Publicação de um manifesto assinado por vários académicos contra as mentiras do partido Vox	Manifiesto escrito pelos 2.000 professores e investigadores	Basistente
Negativo - Contenda	Vox ganhou bastantes votos face ao silêncio dos outros partidos políticos	Sergio del Molino	Basistente
Neutro	O partido Vox pretende mobilizar eleitores de esquerda	Santiago Abascal	Basistente
Neutro	Apoio de Sánchez para conter o crescimento da ultradereita	Manuel Jabois	Basistente
Negativo - Contenda	As mentiras que Abascal acaba por se introduzir no debate político	Elvira Lindo	Basistente
Negativo - Contenda	As mentiras que Abascal acaba por se introduzir no debate político: como contá-las?	Rocío Monasterio, Matthew Deacona	Basistente
Negativo - Contenda	Vox tornou-se a terceira força política em Espanha	Andrea Rizi	Basistente
Negativo - Contenda	Forte crescimento do Partido Vox e o que o distingue dos demais partidos de ultradereita na Europa	Teresa Rodríguez, Alberto Garçon	Basistente
Neutro	Vox foi o partido que melhor resultados teve nas eleições gerais em Andaluzia	Juan José Mosteo	Basistente
Neutro	Vox tornou-se a terceira força política em Espanha e conseguiu quase de quinta para terceira força política	Partido Vox, Antonio Jesús Fonseca-Herrero	Basistente
Negativo - Contenda	Vox impõe de o acesso aos jornalistas do Grupo Pñia	Ignacio Garriga	Basistente
Neutro	Vox conseguiu eleger dois deputados em Barcelona	Reyes Rincón	Basistente
Neutro	Vox já não é um partido restrito de algumas regiões de Espanha	Pedro Gorrope	Basistente
Neutro	O PP faz Boica única região de Espanha onde o Vox não teve representação (nem os partidos nacionais de direita)	Basistente	Basistente
Negativo - Contenda	Todos os deputados eleitos do partido Vox para o Congresso	El País	Basistente
Neutro	Vox consegue mais votos nas eleições de 13-F e mais membros de Barcelona	CS/dos comuns	Basistente
Negativo - Contenda	Vox é a primeira força política em Múrcia graças à forte imigração	CS/dos comuns, Ana Belén Castañón	Basistente
Negativo - Contenda	O partido Vox conseguiu a vitória em 16 municípios	CS/dos comuns	Basistente
Negativo - Preocupação	O voto no partido Vox dispararam face a uma crise de identidade desencadeada pelo conflito catalão e a imigração	Belén Barreiro	Basistente
Negativo - Contenda	O líder de demócrata espanhol que se revela nos momentos de maior vulnerabilidade	Basistente	Basistente
Temas/Mensagem principal	Temas/Mensagem principal	Principais fontes	Destaque dado ao partido de direita
Neutro	Posibilidade do Vox nas eleições de Leão e Castela ao poder conseguir eleger pelo menos 10 deputados	Santiago Abascal	Basistente
Neutro	O Vox obtiver resultados bastante superiores ao que era esperado	Basistente	Basistente
Neutro	Santiago Abascal elege a vice-presidência em Leão e Castela depois das eleições locais	Santiago Abascal	Basistente
Negativo - Contenda	O crescimento da extrema-direita na Europa e mais concretamente em Espanha, com a chegada do Partido Vox	Manuela Díez	Basistente
Neutro	Santiago Abascal quer entrar no governo de Leão e Castela com as mesmas condições que as que o partido Ciudadanos na legislatura passada	Juan García-Gallardo, Santiago Abascal	Basistente
Negativo - Contenda	Apoio por parte de CS/dos comuns ao partido Vox em pequenas aldeias da região de Leão e Castela	CS/dos comuns das terras de Torómba e Sorbe e Castro del Val	Basistente
Negativo - Contenda	Leão e Castela recebem o apoio político entre o centro-direita e a extrema-direita	Basistente	Basistente
Negativo - Contenda	Tentativa de compreender o porquê da regressão democrática em Espanha que passou do lugar "deficiente" em 2022	Moháid Naím e Francis Fukuyama	Basistente
Neutro	O presidente espanhol dá uma opinião concreta à possível aliança de PP em Vox. Mas afirma não ver vantagens para Espanha que Mariee Le Pen esteja no governo	José María Aznar	Basistente
Negativo - Contenda	O crescimento da extrema-direita na Europa e mais concretamente em Espanha, com a chegada do Partido Vox	Yolanda Díaz	Basistente
Negativo - Contenda	Vox usa as propostas espanholas como mais uma bandeira do seu discurso	Sergio del Molino	Basistente
Neutro	Pablo Casado pretende deixar o partido Vox fora dos seus governos; Leão e Castela é o primeiro cenário de fratura entre o PP em Vox. No entanto há muita gente que defende que devam um entendimento entre os dois partidos	José María Aznar, Pablo Casado, Isabel Díaz Ayuso	Basistente
Negativo - Contenda	Pablo Casado poderá negociar a regressão de Espanha ao nível de chegar a acordos com o Vox. Este foi um dos pontos das eleições anteriores	Basistente	Basistente
Neutro	O partido Vox consegue bons resultados do seu entre os barros mais ricos e com também nos barros mais pobres, tanto nas pequenas aldeias que nas grandes cidades. Consegue ser um partido transverbal	INE, Juan Castilla y León/EL PAÍS	Basistente
Neutro	O perigo de Vox na região de Leão e Castela, o apoio demócrata em algumas das principais regiões da região	CS/dos comuns	Basistente
Neutro	O partido Vox conseguiu eleger 10 deputados para o governo de Leão e Castela	Basistente	Basistente
Negativo - Acusação	Os deputados de Vox vivem constantemente de distâncias de heterónimos, como Fernando Priego	Juan Navarro	Basistente
Neutro	Vox não poderá participar nos debates eleitorais por não ter um grupo parlamentar próprio em Castela e Leão	Reyes Rincón	Basistente